



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO

Protocolo: 01-303575/2023

Data/Hora Cadastro: 21/12/2023 15:58:52

Interessado Principal: SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCACAO - SME

E-mail:

Telefone: 995300119

CPF/CNPJ: 76.417.005/0012-39

Unidade Administrativa:

Assunto Principal: 7267 - PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO / e-PROTOCOLO

Código T.T.D.: 13-18-01-01 - EDUCAÇÃO - PROJETO PEDAGÓGICO DA ESCOLA

Atendimento: Prioridade Normal

Observações:

Projeto Político-Pedagógico da Escola Municipal Batel-EIEF

Esse documento é regulamentado pelo Decreto Municipal nº. 848 de 15 de agosto de 2018, que visa: promover a utilização de meios eletrônicos para a realização dos processos administrativos com segurança, transparência e economicidade; ampliar a sustentabilidade ambiental com o uso da tecnologia da informação e comunicação; e facilitar o acesso dos cidadãos e da Administração às informações das diversas instâncias administrativas.

Obs: Para informações a respeito do andamento deste protocolo é possível a consulta no site:

[HTTP://CONSULTAPROTOCOLO.CURITIBA.PR.GOV.BR](http://CONSULTAPROTOCOLO.CURITIBA.PR.GOV.BR)



SÚMULA DAS INFORMAÇÕES DO PROTOCOLO - 01-303575/2023

Status do Protocolo:

EM ANDAMENTO

Informações de Cadastro:

Nome e Matrícula: ELIANA CRISTINA MANSANO - 80833

Unidade de Cadastro: EDCRFE - Coordenadoria Regularização Func Inst Ed



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
ESCOLA MUNICIPAL BATEL - EIEF

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

**CURITIBA
2023**



IDENTIFICAÇÃO

Nome da instituição

Escola Municipal Batel – EIEF

Endereço completo

Rua Desembargador Motta, 2082 – Centro – Curitiba – Paraná

Telefone

(41) 3324-1321

E-mails

embatel@sme.curitiba.pr.gov.br / embatel@educacao.curitiba.pr.gov.br

Equipe gestora

Diretora: Débora Fernanda Bessa Erthal

Vice-diretora: Ana Paula Taschetto Bueno

Pedagoga: Wlasta Maria Curi Staben de Moura Leite



CURITIBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
ESCOLA MUNICIPAL BATEL - EIEF

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO (RME) DE CURITIBA	6
2 PRINCÍPIOS EMBASADORES DA EDUCAÇÃO NA RME DE CURITIBA	7
3 O CURRÍCULO NAS ESCOLAS DA RME DE CURITIBA – ENSINO FUNDAMENTAL.....	22
3.1 CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	24
4 DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL NA RME DE CURITIBA.....	30
5 CULTURA DIGITAL E APRENDIZAGEM CRIATIVA NA RME CURITIBA	31
6 DOCUMENTAÇÃO ESCOLAR E RECURSOS FINANCEIROS.....	33
6.1 PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO DE VIDA ESCOLAR/LACUNA DE SÉRIE	34
6.2 PROCESSO DE CLASSIFICAÇÃO	34
6.3 PROCESSO DE RECLASSIFICAÇÃO	35
6.4 LRCOM – LIVRO REGISTRO DE CLASSE ONLINE DO MUNICÍPIO.....	36
6.5 APPF – ASSOCIAÇÃO DE PAIS, PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS.....	36
7 PROGRAMAS E PROJETOS NAS ESCOLAS DA RME DE CURITIBA .	38
7.1 BIBLIOTECAS ESCOLARES E FARÓIS DO SABER.....	50
8 EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	51
9 NRE MATRIZ E O CONTEXTO EDUCACIONAL	53
9.1 CONTEXTO EDUCACIONAL NO NRE MATRIZ	53
9.2 CARACTERIZAÇÃO DO NRE-MZ E ARTICULAÇÃO COM OS PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS DA RME DE CURITIBA AO CONTEXTO ECONÔMICO, HISTÓRICO E CULTURAL DA REGIONAL MATRIZ.....	54
9.3 NÚMERO DE UNIDADES.....	54
9.4 CONTEXTOS E TRANSFORMAÇÕES: DIAGNÓSTICOS E PRÁTICAS	56
9.5 AVALIAÇÃO DE SISTEMA: ÍNDICES DE IDEB, PROVA CURITIBA	61
9.6 ARTICULAÇÃO COM OS PRINCÍPIOS DA RME NA GARANTIA DO DIREITO À APRENDIZAGEM	62



CURITIBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
ESCOLA MUNICIPAL BATEL - EIEF

9.7	AÇÕES DO NRE-MZ E A PRÁTICA EDUCATIVA REALIZADA NAS ESCOLAS	63
9.8	AÇÃO DO NRE-MZ NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL.....	64
9.9	. PROGRAMAS E PROJETOS NAS ESCOLAS DO NRE	65
10	CONTEXTO EDUCACIONAL DA ESCOLA MUNICIPAL BATEL - EIEF.	78
10.1	IDENTIFICAÇÃO.....	78
10.1.1	Nome da instituição	78
10.1.2	Endereço completo	78
10.1.3	Telefone.....	78
10.1.4	E-mails.....	78
10.1.5	Equipe gestora.....	78
10.2	CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR / QUESTIONÁRIO ESPECÍFICO	78
10.3	HISTÓRICO DA UNIDADE	80
10.3.1	Atos normativos de criação e denominação da escola	80
10.3.2	Histórico da instituição	80
10.4	OS TERRITÓRIOS, OS ESPAÇOS E OS TEMPOS DA ESCOLA	83
10.4.1	Características do entorno.....	84
10.4.2	Diagnóstico do contexto econômico e histórico-cultural da comunidade	84
10.4.3	Como o tempo escolar é organizado.....	85
10.4.4	Tempo de permanência: organização para planejamento, avaliação e estudos com o acompanhamento do pedagogo.....	86
10.5	CARACTERIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA INSTITUIÇÃO ...	87
10.5.1	Formação inicial dos profissionais.....	88
10.5.2	Plano de desenvolvimento profissional	89
10.6	ETAPAS E MODALIDADES OFERTADAS.....	91
10.7	REGIME ESCOLAR	91
10.7.1	Dias letivos e carga horária anual	91
10.7.2	Calendário Escolar	92
10.8	MATRIZ CURRICULAR/CARGA HORÁRIA (ANOS FINAIS E EJA)	92
10.9	TURMAS E HORÁRIOS (EI, EF, EJA, EE)	92



10.10	PRINCÍPIOS E FINS	93
10.10.1	Da Instituição.....	94
10.10.2	Da Gestão Escolar	95
10.10.3	Órgãos Colegiados (Conselho de Escola, Grêmio e Conselho de Classe).....	96
10.10.4	Instituição Auxiliar (APPF)	100
10.11	ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO.....	101
10.12	AVALIAÇÃO EDUCACIONAL	104
10.13	PROCESSOS DE REGULARIZAÇÃO DA VIDA ESCOLAR.....	108
10.13.1	Classificação.....	108
10.13.2	Reclassificação	109
10.14	AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	109
10.15	OBJETIVOS DE CADA ETAPA/MODALIDADE OFERTADA E FORMA DE ORGANIZAÇÃO.....	110
10.16	ENSINO FUNDAMENTAL.....	110
10.16.1	Educação Integral em Tempo Ampliado.....	112
10.16.2	Programas e projetos na escola	115
10.17	EDUCAÇÃO INFANTIL	117
10.17.1	As transições das crianças no contexto escolar	119
10.18	EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	123
10.18.1	Atendimento Pedagógico Domiciliar (APD).....	124
10.18.2	Classe Especial (CE).....	124
10.18.3	Sala de Recursos Multifuncionais	125
10.18.4	Profissional de Apoio Escolar	126
10.18.5	Sala de Recursos de Aprendizagem	126
10.18.6	Centros Municipais de Atendimento Educacional Especializado	127
10.19	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA.....	127
10.20	PROCESSOS DE TRANSIÇÃO.....	128
10.21	EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	129
11.	REFERÊNCIAS.....	132



CURITIBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
ESCOLA MUNICIPAL BATEL - EIEF

1 APRESENTAÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO (RME) DE CURITIBA

A Rede Municipal de Ensino (RME) de Curitiba, em 2021, com 185 Escolas Municipais e 230 Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) que ofertam a educação básica, abrangendo a Educação Infantil em creche, pré-escola, Ensino Fundamental, anos iniciais e finais, em escolas regulares e nas modalidades de Educação Especial e de Educação de Jovens e Adultos (EJA). Para o atendimento educacional especializado, a RME de Curitiba tem 11 CMAEEs (Centros Municipais de Atendimento Educacional Especializado). As unidades educacionais estão credenciadas no Sistema Municipal de Ensino e possuem seus cursos autorizados.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) n.º 9394/1996, em seu art. 32, define a oferta do Ensino Fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, que tem por objetivo a formação básica do cidadão (BRASIL, 1996). A RME de Curitiba oferta em suas escolas os anos iniciais e, em 11 dessas escolas, os anos finais. O atendimento à educação escolar para jovens e adultos está presente nas escolas municipais conforme a demanda da cidade, assegurando-lhes o acesso público e gratuito aos que não concluíram o Ensino Fundamental na idade própria. Para além das escolas regulares, a RME de Curitiba conta com escolas na modalidade de Educação Especial com a oferta de Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental.

O art. 29 da referida lei regulamenta como primeira etapa da educação básica a Educação Infantil que tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. A Educação Infantil está organizada em creche, com atendimento de 0 a 3 anos de idade, e em pré-escola, de 4 a 5 anos de idade (BRASIL, 1996). O atendimento dessa etapa acontece nos CMEIs e a oferta de pré-escola, em 154 Escolas Municipais, atendendo ao disposto na Lei n.º 12.796, de 4 de abril de 2013.

¹ Dados do DPEI, 20/10/2021.



Na RME de Curitiba, foi convencionado que, conforme a legislação, o termo utilizado ao sujeito que está inserido na Educação Infantil é “criança” e no Ensino Fundamental é “estudante”, não desconsiderando a especificidade do ser criança enquanto categoria social (SARMENTO, 2013) na primeira e segunda etapa da educação básica, assim como o sujeito no contexto da EJA.

Outra forma de atendimento realizado na RME de Curitiba são as Salas de Recursos Multifuncionais nas escolas municipais e os CMAEEs que promovem um sistema inclusivo para aprendizagem ao considerar as necessidades específicas das crianças e estudantes, disponibilizando recursos pedagógicos e de acessibilidade, conforme as normas vigentes.

Nesse sentido, a RME de Curitiba prevê a organização de Projetos Político-Pedagógicos² que contemplem as ofertas consolidadas na escola em suas especificidades, sendo essas etapas ou modalidades da educação básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação Especial e EJA). Para tanto, o desenvolvimento do trabalho pedagógico busca contextualizar e articular os conhecimentos expressos nos diferentes campos de experiências, para a Educação Infantil, e nos componentes curriculares, para o Ensino Fundamental, ressignificando esses conhecimentos por meio de metodologias participativas e criativas que valorizem os saberes e as práticas pedagógicas cotidianas, a partir da efetivação da escola como espaço e tempo que possibilitam os direitos de aprendizagem a todos e todas³.

2 PRINCÍPIOS EMBASADORES DA EDUCAÇÃO NA RME DE CURITIBA

O art. 205 da Constituição Federal (CF) do Brasil de 1988 determina que a educação é direito de todos e dever do Estado e da Família, reiterado pela Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDBEN) de n.º 9.394 de 1996,

² O processo de (re)elaboração dos Projetos Político-Pedagógicos das escolas da RME de Curitiba aconteceu no decorrer dos anos de 2021, 2022 e 2023, envolvendo todas as instâncias da Secretaria Municipal da Educação de Curitiba, os Núcleos Regionais da Educação de Curitiba e as Escolas Municipais da Rede Municipal de Ensino de Curitiba.

³ A escrita desse documento destaca inicialmente os atores do processo educativo em suas formas masculina e feminina. Deste ponto em diante, apresentamos apenas a marca do masculino, conforme predomínio na língua portuguesa para facilitar a leitura do material, sem, contudo, desconsiderar a importante caracterização de gênero nos tempos atuais.



visando ao pleno desenvolvimento do sujeito, e, nesse viés, a educação escolar é fundante, para que o sujeito exerça sua participação na sociedade de forma consciente e crítica (BRASIL, 1988).

Cury (2008) complementa, como a educação é juridicamente protegida, é necessário cercar esse direito com outros marcos legais, nessa perspectiva a LDBEN n.º 9.394/1996 reafirma a educação como direito público subjetivo, o que implica na responsabilidade de se ofertar uma educação de qualidade às crianças e aos estudantes.

Freire (2007) assevera que o essencial ao se falar em qualidade, é que se desvele e se reconheça em qual concepção esse termo está imbuído, se está articulado a um ponto de vista progressista, revelador das intencionalidades educativas, ou seja, o termo é polissêmico, e se faz necessário refletir continuamente sobre os propósitos e estratégias imbricadas na qualidade que se deseja.

A RME de Curitiba fundamenta-se nos princípios da inclusão e da equidade para balizar as suas ações, a fim de que o direito à uma educação de qualidade se efetive nas unidades educativas, oportunizando às crianças e aos estudantes a garantia do acesso, da permanência e do sucesso escolar, objetivando a qualidade educacional, como previsto na CF do Brasil de 1988 (CURITIBA, 2020). Freire (2016) corrobora esses princípios ao se referir que a educação precisa considerar a vocação ontológica do homem, ou seja, a vocação de ser sujeito.

Tendo o princípio de equidade como eixo norteador de todas as práticas, a RME de Curitiba desenvolve ações com o objetivo de justiça social, de igualdade de oportunidades, de valorização da diversidade e de promoção das diferentes alfabetizações.

Portanto, compreender o princípio de equidade como ação estruturante significa entender que cada sujeito é único na comunidade escolar, com histórias e vivências singulares, e incorporar em todas as ações a busca por uma escola mais justa, que supere preconceitos, relacionados às diferentes identidades e orientações sexuais, às etnias, à pobreza e à religião. Além de manter o



compromisso com a prevenção, promoção, proteção, defesa e reparação de direitos, visando a transformação de realidades.

O princípio da inclusão compreende que é direito de todos o acesso à educação e que as diferenças precisam ser valorizadas, assim como potenciais devem ser reconhecidos, o que impulsiona transformações de práticas sociais e políticas que permeiam os sistemas de ensino, pressupondo a igualdade de oportunidades e aprendizagem a todas as crianças e estudantes.

Dessa forma, é necessário ampliar o olhar para além dos muros da escola, dialogando de forma direta a maneira como a cidade pensa, age, se relaciona e convive com a diversidade, em consonância com os princípios da Cidade Educadora.

O compromisso com uma escola pública, gratuita e de qualidade se traduz em concepções e práticas que, articuladas, estão sempre voltadas ao direito à aprendizagem das crianças e dos estudantes. Nesse contexto, a qualidade almejada para as escolas da RME de Curitiba implica em promover múltiplas oportunidades para que as crianças e os estudantes avancem na apropriação dos conhecimentos científicos e históricos de forma ativa (CURITIBA, 2020).

O propósito é oportunizar o desenvolvimento das crianças e dos estudantes em suas diferentes dimensões humanas, há o reconhecimento de que o sujeito avance em suas aprendizagens. Os tempos e os espaços escolares são organizados tendo em vista a função social da escola e a compreensão de que o cotidiano dessa instituição educativa é balizado por princípios democráticos.

A efetivação da função social da escola parte do princípio de que a educação é direito de todos, sendo um direito fundamental, individual e coletivo, social e inalienável do sujeito, na construção de uma sociedade mais justa, igualitária, em que os direitos sejam igualmente respeitados, inter-relacionados, interdependentes, promovidos e protegidos.

O modelo de sociedade que a RME de Curitiba objetiva é aquele em que todos possam ter igualdade de oportunidades e vida digna, que respeita os sujeitos e suas singularidades, que oferece os meios necessários para que todos



possam transformar suas realidades e fundamentados em princípios democráticos.

A busca por uma consciência crítica, no contexto da sociedade em que vivemos, é responsabilidade, inclusive, da escola. Assim, pensar em crianças e estudantes como sujeitos de direitos que possuem vivências a serem compartilhadas é compreendê-los pertencentes à escola, à casa, ao bairro e à cidade. Para ocupar o espaço de protagonistas das ações de ensino e de aprendizagem, precisamos compreender que as crianças e os estudantes apresentam necessidades e interesses diferentes com objetivo da formação integral e autonomia de cada uma delas.

Nesse sentido, a escola promove a formação de um sujeito crítico, curioso, reflexivo, ativo e atuante na sociedade em que vive. É o lócus que oportuniza a comunidade escolar⁴ a refletir sobre a diversidade cultural, promovendo o respeito mútuo e a igualdade entre todos.

A Educação como um ato político possibilita diferentes caminhos para a transformação da sociedade, e nesse sentido, a equidade enquanto princípio é fundamental. Ao valorizar a pluralidade cultural a partir do conhecimento, do olhar para as vivências e experiências de todos os sujeitos que fazem parte da comunidade escolar, constroem-se caminhos para o diálogo a partir da democracia como garantia de direitos de crianças e estudantes.

Nessa perspectiva, considerando que a educação é um bem público implicando a cidadania e o exercício consciente da mesma, é necessário que a gestão democrática seja princípio na escola, garantindo a ideia de que as instituições públicas que ofertam a educação básica têm como base administrativa o princípio da Gestão Democrática, como está regulamentado na LDBEN n.º 9.394/1996 (BRASIL, 1996).

Assim, as escolas da RME de Curitiba, baseadas nesse princípio, propõem atitudes e ações que possibilitam a participação da comunidade escolar

⁴ Entende-se como partícipes da comunidade escolar crianças, estudantes, famílias e/ou responsáveis, professores, equipes gestoras e demais profissionais da escola.



como sujeitos ativos, que tomam decisões coletivas, com objetivo da garantia do direito à educação, ideia complementada por Cury (2007, p. 494) ao inferir,

A gestão democrática da educação é, ao mesmo tempo, por injunção da nossa Constituição (art. 37) (BRASIL, 1988): transparência e impessoalidade, autonomia e participação, liderança e trabalho coletivo, representatividade e competência. Voltada para um processo de decisão baseado na participação e na deliberação pública, a gestão democrática expressa um anseio de crescimentos dos indivíduos como cidadãos e do crescimento da sociedade enquanto sociedade democrática. Por isso a gestão democrática é a gestão de uma administração concreta.

Portanto, o processo de gestão democrática a ser realizado na escola será intencional, comprometido com os princípios do direito à educação, por meio do fortalecimento dos órgãos colegiados (Conselho de Escola, Associação de Pais, Professores e Funcionários – APPF, Grêmios Estudantil e Conselho de Classe), com vias a construção de uma sociedade democrática.

A RME de Curitiba prevê que todas as suas unidades educativas, independentemente do tempo de oferta, tenham de quatro (4) a nove (9) horas diárias, desenvolvam práticas educativas que coadunem com a formação integral do sujeito em suas múltiplas dimensões, preconizando o direito à educação. Há, portanto, o reconhecimento de que a educação é indispensável ao exercício da cidadania, contribuindo na formação do sujeito crítico, reflexivo, resiliente e aberto ao novo, pois é função da escola garantir que todas as crianças e estudantes, independentemente do contexto socioeconômico, tenham acesso aos conhecimentos científicos e históricos e deles se apropriem e articulem esses saberes à vida em sociedade (CURITIBA, 2020).

Nessa perspectiva, a RME de Curitiba oferta a Educação Integral em Tempo Ampliado, que tem como objetivo a extensão da oferta dos tempos e espaços com qualidade para as crianças e os estudantes. Sendo assim, há necessidade de um diálogo constante entre a concepção curricular, a concepção de Educação Integral em Tempo Ampliado e a multiculturalidade presente em cada unidade educativa. Candau (2018, p. 171) nos aponta que

As vivências do estudante, dentro e fora da escola, são constituídas de ações e interações que configuram o desenvolvimento da identidade do sujeito. A escola necessita considerar, no processo de ensino e de



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

ESCOLA MUNICIPAL BATEL - EIEF

aprendizagem, os saberes que o estudante adquire em outros espaços e vivências com vistas à sua formação integral.

A ampliação de tempo escolar está prevista na LDBEN n.º 9.394/1996, art. 34, quando assegura e determina que o ensino deverá ser estendido progressivamente a fim de potencializar a educação integral do ser humano.

Na RME de Curitiba, os estudantes que frequentam escolas que ofertam Educação Integral em Tempo Ampliado têm acesso a até nove horas de atividades pedagógicas que visam aprofundar e ampliar a aprendizagem, com a finalidade de contribuir para o aprendizado dos estudantes e ampliar o conhecimento, potencializando o desenvolvimento de todos e de cada um como cidadãos autônomos.

Os Faróis do Saber e Inovação renovaram a referência das bibliotecas como centros de pesquisa e produção, agora em espaços *makers*⁵, de exploração, de descoberta, de criação e de produção de conhecimento.

Ao refletir sobre a garantia do direito à educação, ao esporte, à arte e à cultura, mas sobretudo, à qualidade de ensino, a RME de Curitiba oportuniza a realização de projetos educacionais que possibilitam a efetividade do processo de desenvolvimento integral e de aprendizagem das crianças e dos estudantes. Desse modo, alguns projetos são provenientes de propostas das próprias escolas, e outros são realizados em parceria com diferentes secretarias e/ou instituições, além de programas do governo federal e estadual. As bibliotecas presentes nos Faróis do Saber também se configuram como local de inserção social, permitindo experiências literárias que contribuem na trajetória reflexiva do leitor.

Para Freire (2007), existe uma pluralidade na singularidade do sujeito, e nessa diversidade de culturas, de histórias, de contextos, cada um trará respostas que serão únicas. Dessa forma, a educação emancipatória possibilita às crianças e aos estudantes o exercício da criatividade, da criticidade, da interação, do conhecimento da realidade imediata para que haja sua superação,

⁵ São espaços de produção digital onde se encontram disponíveis variados recursos de alta e baixa tecnologia. Além de disponibilizarem o acesso a tecnologias e materiais diversificados, potencializam a partilha de conhecimento e criação de sinergias, com foco na criatividade e inovação.



respondendo e atuando criticamente frente aos desafios da sociedade contemporânea, num diálogo indissociável entre o coletivo e o singular.

Atenta em colocar a escola no sentido do seu tempo, a RME de Curitiba busca metodologias inovadoras que possam colaborar para os processos educativos⁶. Para contribuir com uma formação de cidadãos críticos e ativos, em uma sociedade que está em constante transformação, é importante propiciar às crianças e aos estudantes oportunidades de criar, de se expressar e testar seus conhecimentos. Ideias orientadas pela abordagem pedagógica da Aprendizagem Criativa (RESNICK, 2020).

A RME de Curitiba assume princípios, concepções e práticas que consolidam uma escola inclusiva e equânime, e nesse propósito, ressalta a importância de promover contextos de convivência e participação. A compreensão de que as escolas são espaços de vida que contribuem para a aprendizagem e para o desenvolvimento das crianças e dos estudantes, da Educação Infantil ao Ensino Fundamental, garante os direitos de identidade, cidadania, criticidade e respeito à democracia como compromisso político e social, num processo contínuo de aprendizagens.

Fundamentando-se nesses princípios, a organização em Ciclos de Aprendizagem – instituída no Ensino Fundamental da RME de Curitiba a partir da LDBEN n.º 9.394/1996 e do parecer do CEE/PR n.º 487/1999 – coloca o estudante como centro do fazer educativo, e assim considera a progressão em suas aprendizagens de forma contínua, de acordo com tempos, ritmos e formas de aprender.

A concepção e a organização em Ciclos de Aprendizagem atribuem, segundo Arroyo (2019, p. 193), “[...] um trato diferenciado a essa diversidade de trajetórias humanas e temporais dos aprendizes”, o que possibilita a consolidação do compromisso com o direito de aprender. Ao considerar as diferentes trajetórias dos estudantes, suas histórias, seus saberes, seus

⁶ Em 2021, foi formalizado o Acordo de Cooperação com a Rede Brasileira de Aprendizagem Criativa (RBAC). O objetivo dessa parceria é ampliar a aprendizagem criativa, mão na massa e relevante para as crianças e os estudantes



interesses, seu contexto de vida, parte-se do princípio que a escola é espaço de produção e de intercâmbio cultural.

Essa proposta possibilita que o currículo em ação seja revisto a partir do espelho dos estudantes, pois, como afirma Arroyo (2007), estes são vislumbrados no centro do fazer educativo, e o acesso aos conhecimentos científicos e históricos – previsto no currículo prescrito/oficial⁷ – será planejado e efetivado em diálogo com os saberes que os estudantes trazem dos diferentes espaços de vivência.

Desse modo, a organização em Ciclos de Aprendizagem prevê um *continuum* curricular em que haja espaço para o diálogo e para o intercâmbio entre conhecimentos, saberes e culturas, articulando esses saberes à vida em sociedade. De acordo com Moreira e Candau (2008), é função da escola, ao colocar em ação um currículo emancipatório, criar condições para que os estudantes compreendam a sociedade em que vivem, para nela intervirem de forma autônoma, crítica, democrática e solidária.

O compromisso com uma escola inclusiva e equânime alicerça a organização em Ciclos de Aprendizagem, o que traz a responsabilidade dos profissionais da escola em analisar se o trabalho educativo vem contemplando as singularidades do sujeito da aprendizagem.

Nas escolas da RME de Curitiba, tem-se como premissa que os tempos e os espaços são organizados considerando os direitos de aprendizagem dos estudantes, seus interesses, seus saberes, suas culturas e para isso se faz necessário diálogo permanente entre escola e comunidade. Há o reconhecimento da pluralidade cultural presente na organização do trabalho pedagógico, uma vez que em uma organização em Ciclos de Aprendizagem, o currículo, o planejamento e a avaliação educacional se realizam articuladamente, considerando a multiplicidade dos tempos de aprender.

⁷ “Em todo sistema educativo, como consequência das regulações inexoráveis às quais está submetido, levando em conta sua significação social, existe algum tipo de prescrição ou orientação do que deve ser seu conteúdo, principalmente em relação à escolaridade obrigatória. São aspectos que atuam como referência na ordenação do sistema curricular, servem de ponto de partida para a elaboração de materiais, controle do sistema, etc.” (SACRISTÁN, 2000, p. 104)



A garantia da organização, o acompanhamento e a mediação do processo de ensino e aprendizagem, considerando avanços e conquistas dos estudantes, os Ciclos de Aprendizagem são estruturados em:

- Ciclo I – 1.º, 2.º e 3.º ano.
- Ciclo II – 4.º e 5.º ano.
- Ciclo III – 6.º e 7.º ano.
- Ciclo IV – 8.º e 9.º ano.

Esse modelo organizativo permite às escolas planejar e avaliar o trabalho pedagógico tendo como centro o estudante, o que contribui para a consolidação de um currículo em ação voltado para a integralidade do sujeito da aprendizagem.

Fundamentando-se nessa concepção e organização curricular, as escolas vislumbram um currículo em ação que possibilite às crianças e aos estudantes se apropriarem dos saberes, construam significados em diferentes tempos escolares, independentemente da etapa da escolarização ou do ano que estejam frequentando, além de permitir aos “profissionais da educação avançarem nas suas concepções e práticas”, conforme alude Mainardes (2009, p. 7).

Desse modo, na RME de Curitiba, os níveis ou dimensões da avaliação educacional são balizados por uma concepção de ensino e de aprendizagem emancipatórios, tendo, portanto, caráter diagnóstico, o que reverbera na (re)organização do trabalho pedagógico. De acordo com Luckesi (2018), o uso diagnóstico da avaliação permite a prática da mediação, pois traz subsídios para o (re)planejamento das práticas educativas. É importante destacar que a avaliação diagnóstica ocorre em diferentes momentos do ano letivo, para que haja possibilidades de redimensionar os processos de ensino com o objetivo de que as crianças e os estudantes avancem em suas aprendizagens.

Na avaliação de sistema ou de larga escala, as informações contextuais são analisadas com vistas ao redimensionamento das ações educativas para que todos os estudantes tenham seu direito de aprender e a se desenvolverem respeitados. No que tange ao Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), sob a responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), objetiva produzir indicadores educacionais



que venham a revelar a qualidade, a equidade e a eficiência educacional de estados e municípios do país.

A RME de Curitiba ao participar das avaliações de âmbito federal, estadual ou municipal objetiva subsidiar a elaboração e monitoramento de políticas públicas que venham contribuir com a melhoria contínua da qualidade educacional. Dessa forma, a RME de Curitiba, desde 2018, com a Prova Curitiba, tem possibilitado à Secretaria Municipal da Educação (SME), aos Núcleos Regionais da Educação (NREs) e às escolas diagnosticar e refletir sobre os processos de ensino e (re)organizar estratégias com “[...] a finalidade de aperfeiçoar continuamente o trabalho pedagógico e, dessa forma, a qualidade educacional” (CURITIBA, 2020, p. 25).

A avaliação institucional com característica diagnóstica possibilita, segundo Fernandes e Freitas (2008), que a comunidade educativa exerça seu protagonismo, avaliando os âmbitos administrativos, financeiros, estruturais e pedagógicos, o que traz elementos para o (re)planejamento escolar. Ao avaliar a instituição como um todo, por meio dos Parâmetros e Indicadores de Qualidade (PIQ), avalia-se o próprio Projeto Político-Pedagógico (PPP) e o Plano de Ação da escola, articulando esse nível de avaliação ao planejamento escolar, com o objetivo de “[...] reorientar propostas com vistas à melhoria contínua do ambiente educativo” (CURITIBA, 2020, p. 25).

A avaliação da aprendizagem, realizada na escola, possui função diagnóstica articulada ao planejamento de ensino e ao plano de aula, pois à medida que os professores acompanham e mediam o processo de aprendizagem dos estudantes, analisam tanto o seu próprio planejamento quanto a sua efetivação, o que envolve a avaliação dos processos de ensino e de aprendizagem e redimensionamento da prática pedagógica.

A avaliação da aprendizagem, segundo Luckesi (2018), não é um ato isolado, mas integrado à organização do trabalho pedagógico desenvolvido na escola. Nessa perspectiva de avaliação, o profissional da educação analisa os percursos de aprendizagem de cada criança e de cada estudante, media e (re)planeja estratégias diferenciadas e diversificadas com vistas a atender aos diferentes tempos, ritmos, formas e necessidades de aprendizagem.



A avaliação da aprendizagem traz subsídios para a tomada de decisões, pois oferece aos profissionais da escola dados qualitativos que são considerados no processo de ensino e de aprendizagem, consolidando a dimensão processual e mediadora da avaliação educacional. Assim, o acompanhamento do professor em relação ao processo de aprendizagem ocorre de forma contínua, bem como a sua mediação, o que caracteriza a organização e concepção que acolhe os diferentes tempos de vida, as singularidades da Educação Infantil e especificamente, os Ciclos de Aprendizagem.

Hoffmann (2018) afirma que a avaliação nessa concepção é inclusiva e justa, pois permite ao professor acompanhar a criança e o estudante e tem por intenção auxiliar os seus percursos individuais, analisar as suas estratégias de construção das aprendizagens e de tomada de decisões para que avancem nesse processo contínuo. Dessa forma, deve-se ter em vista que o olhar avaliativo abarca “[...] as singularidades dos [estudantes] para que as estratégias pedagógicas possam ser adequadas a cada um” (HOFFMANN, 2018, p. 16).

A avaliação da aprendizagem, segundo a autora, está relacionada à interação entre professor e criança, professor e estudante, sendo uma ação permanente a ser planejada e sistematizada pelo docente. Esse processo exige registro dos caminhos da aprendizagem de cada criança e de cada estudante, para que sejam delineadas atividades diferenciadas e diversificadas que contemplem as singularidades dos sujeitos da aprendizagem. Desse modo, a avaliação tem uma perspectiva dialética, o que implica em observar, refletir e mediar o processo de aprendizagem de forma contínua.

Segundo Perrenoud (2008), para realizar intervenções pedagógicas assertivas, é essencial que haja articulação entre a avaliação e as situações didáticas. Para a efetivação de uma avaliação formativa é essencial que o professor seja um observador atento aos avanços realizados pelo estudante, propondo novos desafios e situações problematizadoras, de acordo com os objetivos de ensino e aprendizagem dispostos no currículo e com os conhecimentos que o estudante já consolidou em sua escolaridade.

A avaliação da aprendizagem na RME de Curitiba caracteriza-se por ser cumulativa e contínua, fundando-se na LDBEN n.º 9.394/1996, o que



responsabiliza aos profissionais da escola organizá-la no decorrer do processo de ensino e de aprendizagem. Para sistematizar esse processo, são utilizados instrumentos de avaliação e instrumentos de registro de avaliação, o que possibilita a autoavaliação e a (re)organização do trabalho.

Para que os instrumentos de avaliação estejam em consonância com a concepção e com a organização curricular em ciclos de aprendizagem, é necessário diversificá-los, utilizando diferentes fontes de informação e de qualificação do processo avaliativo. Quanto aos instrumentos de registro de avaliação, o professor organiza a sistematização do processo de aprendizagem do estudante por meio dos registros dos professores, fichas, portfólios, Plano de Apoio Pedagógico Individualizado (PAPI) e do Relatório de Avaliação Individual da Aprendizagem (Relatório AVALIA).

Desse modo, os Conselhos de Classe – realizados de acordo com o calendário escolar e documentos oficiais – ocorrerão com base em documentação pedagógica sistematizada, para que haja discussão coletiva e avaliação dos processos de ensino e de aprendizagem, fundamentando-se em registros realizados pelos profissionais no decorrer do trimestre:

No caso das reuniões do Conselho de Classe, os professores devem apresentar portfólio, que demonstre o percurso da aprendizagem dos estudantes em todos os componentes curriculares, cadernos do estudante, diferentes instrumentos de registro do professor, Relatório de Avaliação Individual da Aprendizagem (Relatório AVALIA), Plano de Apoio Pedagógico Individual (PAPI), fichas, entre outros, que possam contribuir com os profissionais na realização das reflexões, discussões e reorganização do trabalho pedagógico (CURITIBA, 2020, p. 28-29).

O Conselho de Classe se configura como uma instância coletiva de participação e é organizado em três movimentos que se inter-relacionam: Pré-conselho, Conselho e Pós-conselho, o que traz a responsabilidade da equipe gestora da escola por acompanhar, intervir e mediar toda a organização do trabalho pedagógico no decorrer do ano letivo. A consolidação dos processos educativos inclusivos e equânimes visa que cada estudante seja visto em suas singularidades, e, sendo assim, os movimentos que envolvem o Conselho de Classe são formativos para os profissionais, de reflexão sobre a prática e de (re)planejamento do trabalho pedagógico.



Na Educação Infantil, a avaliação precisa estar articulada com os princípios, concepções e finalidades dessa etapa educacional. Nesse sentido, a LDBEN n.º 9.394/1996, em seu art. 31, estabelece que “[...] a avaliação far-se-á mediante o acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental” (BRASIL, 1996). Destaca-se que, na Educação Infantil, não há pré-requisito para o ingresso da criança no Ensino Fundamental.

Essa perspectiva é reforçada nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – DCNEIs, que ressaltam o caráter de acompanhamento do trabalho pedagógico, a elaboração de registros e documentação que torne visível o trabalho educativo desenvolvido em cada instituição educacional, sem o objetivo de seleção, promoção ou classificação (BRASIL, 2009).

Quanto aos instrumentos de registro de avaliação com a finalidade de acompanhar a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças que frequentam a Educação Infantil ofertada na escola, por meio do registro dos professores, é realizado o parecer descritivo que torna visível as aprendizagens, considerando os percursos individuais, singulares de construção de conhecimento. Do mesmo modo, cumpre o papel ético de narrar essas aprendizagens para as famílias.

O parecer descritivo é uma importante ferramenta para o professor, que em um processo contínuo de observação, de registro e de reflexão sobre suas práticas pedagógicas, toma consciência de que modo suas ações reverberam nas aprendizagens das crianças. E é por isso que a avaliação na RME de Curitiba não é um fim, mas um meio de observar e compreender a complexidade e o dinamismo da aprendizagem e do desenvolvimento da criança e do estudante, de promover reflexões e tomadas de decisão que possibilitem a qualificação das práticas.

Nesse sentido, compreender o desenvolvimento humano como pertencimento e exercício da cidadania, e que a aprendizagem ocorre ao longo da vida, é propor processos de avaliação participativa e contínua, com discussões e reflexões que contemplem a participação dos diferentes segmentos da comunidade escolar. Essa proposição tem como foco os processos participativos das próprias crianças e dos estudantes, a partir da concepção de



que avaliar é acompanhar e registrar a aprendizagem e o desenvolvimento dos sujeitos nos contextos em que estão inseridos, a partir de um olhar teórico-prático-reflexivo sobre as manifestações sucessivas e gradativas, considerando suas individualidades, tempos e formas de aprender.

Na perspectiva da avaliação como diagnóstico para o (re)planejamento, o planejamento escolar, em todos os seus âmbitos, o PPP, o plano de ação, o planejamento de ensino e o plano de aula, são inter-relacionados, pois têm como propósito a efetivação dos objetivos educacionais e a organização na perspectiva em que o estudante sempre avance em suas aprendizagens e em seu desenvolvimento.

Ao elaborar o plano de ação anualmente, com a participação efetiva da comunidade educativa, consideram-se as concepções e encaminhamentos propostos no PPP, os diagnósticos do contexto educacional, assim como os dados advindos do PIQ, a fim de que sejam sistematizadas proposições a serem efetivadas no decorrer do ano letivo, possibilitando melhorias permanentes no ambiente educativo e conseqüentemente a qualidade educacional.

Outra etapa do planejamento escolar é o planejamento de ensino. Esse documento é elaborado pelos profissionais da escola a partir de diagnósticos realizados ao longo do ano letivo articulado aos conhecimentos, objeto de estudo dos componentes curriculares dispostos no Currículo do Ensino Fundamental: Diálogos com a BNCC (2020). O planejamento de ensino é organizado de forma coletiva e nele se reflete, se propõem e se sistematizam metodologias, recursos e instrumentos de avaliação a serem utilizados.

Articulado a essas etapas do planejamento está o plano de aula, que é elaborado pelo professor na perspectiva de organizar a prática docente, de forma detalhada, contemplando estratégias didáticas diferenciadas e diversificadas com o intuito de atender a individualidade do sujeito.

Nesse propósito, a organização do trabalho pedagógico nas escolas da RME de Curitiba é efetivada em prol do direito à aprendizagem, e que o currículo seja inclusivo e o planejamento educacional esteja articulado com os propósitos



da formação humana integral e que a avaliação educacional cumpra sua função ao redimensionar as práticas educacionais, como propõe Arroyo (2019).

De acordo com Freire (2003), quando há diálogo entre a escola, crianças, estudantes e suas famílias/responsáveis, há uma integração que possibilita a transformação da realidade. O diálogo, nessa perspectiva, é parte da natureza histórica dos sujeitos, em que há encontro e reflexão sobre a realidade e sobre os diferentes saberes, conhecimentos e culturas.

A escola integrada à comunidade em que está inserida, ao seu entorno, ao bairro e aos diferentes territórios educativos⁸ da cidade em que se situa, entende que os sujeitos precisam compreender a sua realidade para nela intervir, exercendo assim sua cidadania plena.

Curitiba, ao se tornar uma cidade educadora⁹, possui compromisso de ampliar as diferentes ações educativas no contexto da cidade. Dessa forma, a oferta de programas nos âmbitos sociais, culturais e educativos visam pertencer a um projeto educativo (AIETA; ZUIM, 2012).

No contexto da educação municipal, inúmeras são as propostas desenvolvidas para contribuir com os compromissos firmados, por exemplo, o Programa Linhas do Conhecimento (PLC). De acordo com Freire (2017, p. 29):

Enquanto educadora, a Cidade é também educanda. Muito de sua tarefa educativa implica a nossa posição política e, obviamente, a maneira como exercemos o poder na Cidade e o sonho ou a utopia de que embebamos a política, a serviço de que e de quem a fazemos. A política dos gastos públicos, a política cultural e educacional, a política de saúde, a dos transportes, a do lazer.

Nesse sentido, o PLC promove o fortalecimento da consciência urbana, da sustentabilidade e da identidade cidadã por meio da pertença dos sujeitos aos espaços da cidade, envolvendo professores, crianças e estudantes em

⁸ Como territórios educativos entende-se o espaço humanizado que possibilita vivências potencializadas pelo planejamento de ações que intencionalmente permitem múltiplas experiências educativas, considerando espaços de aprendizagem formais e informais. Um território educativo preconiza o exercício da educação de forma ampla e democrática, com o objetivo de compreender os sujeitos, os espaços e os tempos como pedagógicos. Enfatiza-se o pertencimento ao espaço em que se encontram os estudantes e toda a comunidade compreendendo o (seu) lugar de aprender.

⁹ Curitiba passou a integrar oficialmente, em outubro de 2019, a AICE – Associação Internacional das Cidades Educadoras –, da qual fazem parte mais de 360 cidades do mundo.



práticas de exploração e conhecimento de Curitiba, considerando três pilares fundamentais: conhecer, amar e cuidar da cidade.

Pensando a cidade como *lócus* educativo, novos desafios são postos para a escola e há a necessidade de (re)inventar o cotidiano escolar. Nessa perspectiva, o contexto de pandemia (Covid-19) iniciado em 2020 postulou uma nova conjuntura educacional, em que as tecnologias se fizeram ainda mais presentes. Foram incorporadas na RME de Curitiba ações com videoaulas e videopropostas transmitidas em canal aberto de TV e plataforma YouTube, além das diferentes possibilidades que podem ser inseridas no contexto educacional, abrangendo variadas metodologias, com estratégias que possibilitaram a ampliação dos tempos e espaços de aprendizagem de crianças, estudantes e familiares e/ou responsáveis, juntamente com a equipe pedagógica das unidades.

O enfrentamento da pandemia da Covid-19 evidenciou experiências em relação às oportunidades de ampliar os momentos de aprendizagem, pautou as ações de todas as equipes (SME, NREs e escolas) consolidando Curitiba como uma Cidade Educadora e buscando avançar em relação ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4, que indica a Educação de Qualidade.

3 O CURRÍCULO NAS ESCOLAS DA RME DE CURITIBA – ENSINO FUNDAMENTAL

O currículo na RME de Curitiba tem como propósito contribuir com a formação humana integral envolvendo o trabalho com os conhecimentos científicos, históricos e culturais, articulando-os aos saberes que os estudantes trazem de seus diferentes espaços de vivência.

Logo, o currículo em ação é vislumbrado como todas as práticas desenvolvidas no interior da escola, o que segundo Sacristán (2008), configura-se como práxis, sendo ponte entre a teoria e a prática pedagógica, reconhecendo-se que toda a prática realizada na escola é elemento curricular.

Dessa forma, o currículo em ação envolve o planejamento escolar, a consolidação desse planejamento e a avaliação de todas as ações realizadas na



escola, como também as práticas que não envolvem controle técnico, mas relacionam-se à organização dos tempos, dos espaços e dos conhecimentos, ao acolhimento de famílias e/ou responsáveis e às formas em que os princípios dispostos nos documentos oficiais são vivenciados na escola.

O currículo escolar são as trajetórias, as escolhas, as metodologias, as estratégias elencadas, os conhecimentos, os saberes e as culturas presentes na escola. Logo, a escola é espaço e tempo para diálogo e intercâmbio cultural de práticas da democracia (enquanto princípio e enquanto método), conforme corrobora Freire (2003, p. 14) ao refletir sobre a educação democrática como “[...] um trabalho do homem com o homem, e nunca um trabalho verticalmente do homem [...]”.

O Currículo do Ensino Fundamental: Diálogos com a BNCC (2020) traz em seus princípios e fundamentos a inclusão e a equidade em uma Cidade Educadora, o que responsabiliza a escola e os profissionais que nela atuam a colocarem em ação práticas educativas emancipatórias, valorizando e considerando a diversidade e a heterogeneidade. De acordo com Moreira e Candau (1998), o currículo é o coração da escola, pois é por meio dele que são sistematizados os esforços pedagógicos em função do direito à aprendizagem e o acesso ao conhecimento científico, histórico e social dos estudantes.

O Currículo do Ensino Fundamental: Diálogos com a BNCC (2020) decorreu do trabalho coletivo dos profissionais da RME e foi construído com uma lógica espiralada, de forma que os conhecimentos trabalhados em um ciclo de aprendizagem sejam revisitados, ampliados e aprofundados em outro ciclo, sem perder a visão do todo (CURITIBA, 2021).

Desse modo, os objetivos de ensino-aprendizagem são planejados de acordo com cada ano, mas considera-se para essa organização e ensino, o objetivo do Ciclo de Aprendizagem e o reconhecimento da pluralidade presente na escola, numa perspectiva do avanço permanente do estudante. Nesse sentido, afirma-se que o Currículo do Ensino Fundamental possui as seguintes características: cíclico, dialógico e contínuo.

O currículo é cíclico, pois supera a perspectiva de currículo enquanto listagem de conteúdos fixos, permitindo propostas didático-pedagógicas em que



o estudante tenha condições de continuar a aprender; é dialógico porque há possibilidades intercomunicantes entre os sujeitos e o objeto do conhecimento, integrando a realidade local e global; e é contínuo, pois não há rupturas entre os Ciclos de Aprendizagem e valorizam-se os saberes da comunidade educativa.

Os conhecimentos dispostos no Currículo do Ensino Fundamental são direitos de aprendizagem dos estudantes e previstos no planejamento, articulados aos interesses dos estudantes, sua fase de desenvolvimento e seus saberes, necessidades e formas de ver o mundo (CURITIBA, 2020).

3.1 CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

A partir das concepções de criança no ambiente escolar, a primeira etapa da educação básica está amparada pelo Currículo da Educação Infantil: Diálogos com a BNCC (CURITIBA, 2020), que embasa a especificidade do trabalho pedagógico na educação infantil. O currículo nessa etapa é entendido como um conjunto de práticas pedagógicas cotidianas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos do patrimônio sócio-histórico já sistematizado pela humanidade, de modo a promover condições para o desenvolvimento integral das crianças, por meio das interações e brincadeira (BRASIL, 2009a).

Nessa concepção, o currículo é centrado na ação da criança e do professor, em suas relações com as práticas sócio-históricas, bem como, na diversidade de conhecimentos e na habilidade das crianças em experienciar e argumentar sobre o seu entorno físico e social. O currículo, pautado na ação/desenvolvimento dos sujeitos e nas suas relações com o mundo, é compreendido ao mesmo tempo como individual, coletivo e social.

O currículo da primeira infância é composto por dois aspectos: os conceitos de aprendizagem e desenvolvimento, que tem a ver com as questões corporais, motoras, comunicativas, linguísticas, emocionais, sensoriais e cognitivas, e os conceitos de aprendizagem e desenvolvimento eminentemente sociais de integração na cultura, nas práticas sociais, no reconhecimento de pertencimento e no exercício da cidadania.



A partir da compreensão de que a escola é espaço de vida, a vivência de experiências cotidianas, significativas nesse ambiente, contribuem para a aprendizagem e para o desenvolvimento. Ao oferecer às crianças condições para expressarem suas intenções e suas potencialidades por meio de experiências, valorizando as interações e a brincadeira, assume-se o compromisso pedagógico da Educação Infantil, pois a unidade educativa é pensada na dimensão relacional do contexto onde se efetivam os direitos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças.

Esses dois aspectos são vivenciados simultaneamente nas proposições desenvolvidas junto às crianças, para tanto, seis dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento anunciados na BNCC (2017, p. 33), conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se, são o modo de assegurar condições para que as crianças aprendam ao desempenharem, em diferentes situações e ambientes, papel ativo que as convidam a vivenciar desafios e sentirem-se provocadas a resolvê-los (BRASIL, 2017).

Esses são direitos que precisam estar protegidos nas instituições de educação infantil, pois eles são indissociáveis e são o mote do planejamento das práticas pedagógicas cotidianas. Eles derivam dos princípios ético, político e estético anunciados nas DCNEI (BRASIL, 2009a). Dessa maneira, o princípio ético traduz os direitos de conhecer-se e conviver, o princípio político, os direitos de participar e expressar e o princípio estético, os direitos de brincar e de explorar que se transformam no processo de aprendizagem e o potencializam no desenvolvimento das crianças na vida cotidiana.

Ao garantir os direitos, as práticas pedagógicas nas escolas estão comprometidas com a democracia e a cidadania, com o respeito à pessoa e às relações cotidianas, com oportunidades educacionais que consideram as diversas maneiras pelas quais as crianças, nesse momento de suas vidas, experienciam o mundo, produzem saberes, interagem e expressam interesses e curiosidades de modo subjetivo.

Ao compreender que as práticas pedagógicas estão imersas na vida cotidiana e assegurar os direitos de aprendizagem e desenvolvimento como dimensões democráticas e curriculares, esse modo de organizar e orientar os



planejamentos educativos assevera o educar e o cuidar de cada criança e acolhem a experiência de aprender subjetiva como processo de produção de sentidos, possibilitando às crianças a vivência e a aprendizagem de modo orgânico e como condição para experienciar o que a vida oferece (DEWEY, 2002).

Considerar as crianças no centro do processo educativo é compreender que, desde o nascimento, pensam de modo sofisticado e complexo. E, a partir desse pressuposto, se reconhece como processo fundamental o valor da experiência, que é única e singular para cada sujeito. Como nos traz Larrosa (2002), a experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca, algo que nos transforma e nos configura enquanto sujeitos em nossa integralidade.

Dewey (2002), ao falar de experiência propõe olharmos para a *inteireza* que compõe a construção de sentidos e significados. Fochi (2020, p. 55) explica que “o modo de apreensão da criança sobre as coisas do mundo é interpelado por tudo aquilo que a criança dispõe e busca colocar em relação para a construção de significado”.

A partir dessas reflexões, pode-se inferir que, nos espaços educacionais, é preciso investir em contextos que favoreçam a experiência de aprender, que sejam lugares habitáveis¹⁰ e estéticos¹¹, que respeitem as especificidades e singularidades de cada criança e do grupo de crianças, que sejam seguros e desafiadores, com materiais de qualidade, que deixem marcas de afeto e que contribuam com a efetivação de uma relação horizontal entre o professor e a criança. Espaços que sejam planejados e refletidos continuamente numa perspectiva de processo, de investigação e de descoberta, pautado no diálogo, no cultivo da curiosidade e no compromisso com as aprendizagens das crianças.

¹⁰ Constituem-se como "espaço dinâmico, inter-relacional, qualificado e aberto às possibilidades múltiplas das atuações humanas, às quais dá sentido existencial". Um espaço, também – como diria Gaston Bachelard (1983) – poético" (HOYUELOS, 2006, p. 76).

¹¹ Esse conceito de “experiência estética se conforma por uma dinâmica de inter-relações entre os sujeitos e a estrutura de oportunidades que os provoca, sob condições ambientais favoráveis, oferecidas pela prática educativa à constituição de processos significativos” (VIEIRA, 2018, p. 169).



Ao considerar a experiência de aprender, busca-se uma educação baseada nas relações: criança-criança, criança-professor, criança-meio, bem como, com a sociedade, com as culturas, com os conhecimentos e com as subjetividades. Relações que estão pautadas nas singularidades dos gestos cotidianos, reconhecendo as potencialidades das crianças, em diferentes contextos de aprendizagens e seu protagonismo em diferentes vivências.

Nessa orientação, o professor que atua com crianças da Educação Infantil, assume um papel relacional no processo educativo, isto é, existe a (co)construção de conhecimentos (EDWARDS, 1999). Ao compreender as necessidades das crianças, o professor oferta situações para a construção de aprendizagens que atendem tais necessidades, criando espaços relacionais de bem-estar, educação e de cuidado, em que as crianças se sintam convidadas a descobrir por si, experimentar e aprender nas interações e na brincadeira e acessar o patrimônio sócio-histórico.

Para tal, a organização dos espaços e dos materiais com intencionalidade pedagógica é fundamental para possibilitar que a criança possa criar enredos, tornando-os esteticamente provocativos, convidativos e desafiadores, de acordo com as capacidades e características das crianças, também é fundante a reflexão sobre a organização da jornada cotidiana, ou seja, a gestão do tempo que oportuniza às crianças a se organizarem em diferentes arranjos de grupos e a exercitarem o poder de escolha. Além das organizações de espaços, materiais e tempos, tornar visível os percursos de aprendizagens vividos pelas crianças e pelo professor é um importante movimento democrático e um recurso para a investigação da própria prática pedagógica (STENHOUSE, 1975), ademais restitui memória às crianças e o desenvolvimento de ações metacognitivas (MARIOTTI; CANTELLI; PEREIRA, 2017).

Na organização da jornada das crianças “todos os momentos da vida cotidiana na escola, se intencionalmente pensados e planejados, desenvolvem importantes processos de aprendizagem” (FOCHI, 2019, p. 251) e são fruto de investigação e reflexão permanentes para a qualificação das ações cotidianas e construção de saberes sobre a criança e sobre a docência. Essa jornada é planejada tendo em vista os percursos singulares, com flexibilidade e



acolhimento para que crianças possam viver com conforto e bem-estar o cotidiano nas unidades educacionais.

O arranjo curricular na Educação Infantil se organiza por campos de experiências, que se caracterizam como forma de circunscrever a construção de conhecimentos vivida por crianças e adultos, por meio dos patrimônios culturais e sociais que serão evidenciados no trabalho pedagógico da Educação Infantil.

Os campos de experiências emergem das DCNEI (BRASIL, 2009a), que apresentam, no Art. 9.º, as doze experiências que devem ser promovidas às crianças, concentradas em cinco campos (O eu, o outro e o nós; Escuta, fala, pensamento e imaginação; Corpo, gestos e movimentos; Traços, formas, sons e cores; Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações) que são o foco do trabalho junto às crianças.

Os cinco campos de experiências são explorados a partir dos interesses e das investigações das crianças e estão centrados na ação do sujeito, em uma perspectiva colaborativa de produção de saberes, que no processo compreende que a criança se desenvolve e aprende por meio das relações e interações, das múltiplas linguagens, nas experiências concretas da vida cotidiana e no convívio em um espaço de vida coletiva (BRASIL, 2009a).

Esses campos de experiências estão entrelaçados e sustentam a concepção da criança que é potente, curiosa, questionadora, criativa, com agência e produtora de cultura. Os campos estão articulados aos direitos de aprendizagem, que expressam os diferentes modos como a criança aprende e se desenvolve: brincando, convivendo, conhecendo-se, expressando, explorando e participando.

Para o planejamento pedagógico, nessa etapa da Educação Básica, é imprescindível que o professor tenha compreensão de quem são as crianças atendidas e de suas características subjetivas. Isso é possível por meio das relações estabelecidas com as famílias de cada criança e com o conhecimento sobre a aprendizagem e o desenvolvimento e, conseqüentemente, pelo convívio na vida cotidiana, ou seja, a observação atenta, os registros que dão suporte para as reflexões sobre as práticas pedagógicas e o compartilhamento da vida vivenciada junto às crianças.



A partir dessas reflexões e ações sobre a construção de conhecimentos nessa etapa da educação é que o planejamento educativo se constitui, ou seja, isso se manifesta no modo como se planeja a organização dos espaços, na oferta dos materiais, dos brinquedos, dos objetos e das ferramentas da cultura, na organização dos grupos e no modo como é gerido o tempo. É importante planejar as chegadas, os deslocamentos, as jornadas cotidianas e as despedidas na escola, bem como, as atividades de atenção pessoal, a alimentação, a higiene e o descanso, considerando nesse planejamento, as ações individuais e coletivas.

A participação ativa das crianças na construção dos planejamentos cotidianos e em sua própria avaliação oferece ao professor uma perspectiva única dos processos, pois, o ponto de vista infantil permite que as propostas pedagógicas ofertadas às crianças sejam sustentos das dimensões democráticas, com os arranjos sociais, políticos e pedagógicos que constituem a oferta de atendimento na escola.

As ações desenvolvidas junto às crianças são pautadas por construções de conhecimentos profundamente inter-relacionados, privilegiando a perspectiva interdisciplinar. Sendo assim, não há hierarquização entre os eixos, direitos, campos e saberes, ademais, todos os aspectos da vida cotidiana que a criança vive são importantes para a sua aprendizagem e o seu desenvolvimento e devem ser vivenciados simultaneamente nas propostas pedagógicas ofertadas às crianças.

O ato de privilegiar as experiências infantis, compreendendo-as como um processo intenso e complexo de apropriação do mundo, reafirma o compromisso com a aprendizagem e desenvolvimento de cada criança. Todo esse conjunto de saberes está profundamente relacionado às ações concretas da vida cotidiana e em práticas pedagógicas que privilegiam as relações sociais e culturais que, de maneira única, é significado por cada criança.



4 DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL NA RME DE CURITIBA

A formação dos profissionais da educação constitui uma oportunidade para o desenvolvimento profissional e pessoal, pois ajuda a olhar para o contexto e modificar a prática pedagógica. Podemos dizer que existe um processo recursivo e dialógico entre a formação e a prática pedagógica (MORIN, 2006), porque ao mesmo tempo em que a formação amplia e aprofunda nosso olhar sobre a prática, é a partir das vivências e das demandas da prática que são organizadas e (re)formuladas as ações formativas. Conforme Freire (1996, p. 20):

A educação é permanente não porque certa linha ideológica ou certa posição política ou certo interesse econômico o exijam. A educação é permanente na razão, de um lado, da finitude do ser humano, de outro, da consciência que ele tem de finitude. Mas ainda, pelo fato de, ao longo da história, ter incorporado à sua natureza não apenas saber que vivia, mas saber que sabia e, assim, saber que podia saber mais. A educação e a formação permanente se fundam aí.

A formação na RME de Curitiba estrutura-se em torno de um programa denominado: Veredas Formativas – que propõe ações integradoras e contextuais, envolvendo os processos de desenvolvimento profissional e pessoal, com conteúdos concretos, oportunidades de aprendizagem, relevância para as práticas e o impacto na aprendizagem dos estudantes (DAY, 2001; PRYJMA; WINKELER, 2014).

Uma formação multidimensional, pois além do desenvolvimento profissional as ações formativas visam ao desenvolvimento pessoal, cultural, emocional, com ações relacionadas a questões de saúde mental e qualidade de vida dos profissionais. As ações formativas, desenvolvidas nas unidades educacionais durante as permanências e a organização da Semana de Estudos Pedagógicos (SEP), fortalecem esses momentos de estudo sistematizados e compõem o desenvolvimento profissional. Nesse sentido, ao pensar em ações formativas globais na e para a Rede Municipal de Ensino de Curitiba e em ações locais e periféricas como as que ocorrem dentro das escolas, evidencia a importância da formação para a qualidade do ensino na cidade.



A formação subsidia a prática pedagógica e fortalece os processos de aprender na cidade. Na trama da cidade educadora, os processos formativos ocorrem em múltiplos espaços (presenciais e virtuais), organizados pelas equipes da SME, NREs e unidades educacionais, e incluem no mapa espaços educacionais, culturais e históricos como, por exemplo, universidades; praças; parques; museus; faróis do saber e inovação; bibliotecas, entre outros.

5 CULTURA DIGITAL E APRENDIZAGEM CRIATIVA NA RME CURITIBA

A Rede Municipal de Ensino (RME) de Curitiba realiza diversas ações relacionadas à utilização das tecnologias digitais na educação e à Aprendizagem Criativa¹². Dentre elas, destacam-se os projetos: Jornalistas Mirins (Jornal Eletrônico e Rádio Escola), Robótica Educacional, Robótica de alta performance, Faróis do Saber e Inovação, Faróis do Saber Móveis, bem como a Adoção Sistêmica da Aprendizagem Criativa. Essas ações visam favorecer o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes, desenvolver a criatividade e promover a cultura digital¹³.

A cultura possibilita perpetuar as histórias e as formas de interagir com o mundo. Nesse contexto, a cultura digital amplia as possibilidades de interação, mediadas pelo uso das tecnologias digitais.

A cultura digital traz novos desafios à educação. Por isso, a criatividade se torna cada dia mais importante para uma atuação social autônoma, responsável e humana, possibilitando criar novas ideias e pensar em nuances diferentes para superar os desafios que surgem ao longo da vida (TORRE, 2005).

¹² Aprendizagem Criativa é uma abordagem pedagógica proposta pelo pesquisador Mitchel Resnick, do *Lifelong Kindergarten* do MIT Media Lab que se baseia no construcionismo de Seymour Papert, nas ideias de Piaget, Paulo Freire, Maria Montessori e outros grandes pensadores. Resnick (2020, p. 7) acredita que “[...] aprendizagem baseada no modelo de jardim de infância seja exatamente o que é preciso para ajudar as pessoas de todas as idades a desenvolverem as capacidades criativas necessárias para prosperar na sociedade de hoje, que vive em constante mudança”.

¹³ Acultura digital é um conceito, oriundo da Cibercultura, que se refere ao conjunto de práticas, conhecimentos, costumes e formas de interação social, realizadas por meio de recursos digitais, como a internet, computadores, tablets, smartphones, entre outros (LÉVY, 1999; LEMOS, 2013).



A criatividade como um aspecto epistemológico e metodológico é uma característica fundamental para a prática social, tanto como uma capacidade pessoal, quanto coletiva, ao possibilitar ações inovadoras e de transformação da sociedade. (TORRE, 2005). A criatividade é necessária à vida das pessoas e à sociedade em geral. Ela é considerada a base da inovação e não se limita a tecnologias ou materiais específicos.

Por meio do desenvolvimento do pensamento criativo, adquire-se habilidades relacionadas à resolução de problemas e à tomada de decisões. Para Rosas (2016, p. 29), “[...] criatividade é conotação fundante do pensamento freireano em educação”.

Por isso, a busca por abordagens pedagógicas que auxiliem no desenvolvimento do pensamento criativo, dentro das unidades educacionais, tem como fundamento teórico-prático a abordagem pedagógica da Aprendizagem Criativa (RESNICK, 2020).

A Aprendizagem Criativa (RESNICK, 2020) conta, originalmente, com 4 pilares denominados os 4 Ps: Projetos, Pares, Paixão e Pensar Brincando. Em decorrência do desenvolvimento dessa abordagem pedagógica para além do contexto das salas de aulas, mas também nos espaços *maker* dos Faróis do Saber e Inovação, acrescentou-se o P de Propósito e o P de Poderosas Ideias.

Os Ps são princípios norteadores ou pilares que auxiliam no:

[...] desenvolvimento de experiências de aprendizagem que possibilitem a pessoas de todas as idades e contextos projetar, criar, experimentar e explorar exatamente como acontece em um jardim de infância [...] são norteadores para ajudar todos a se desenvolverem como pensadores criativos (CURITIBA, 2018, p. 30).

Uma aprendizagem baseada em projetos desenvolve novas ideias, habilidades e estratégias. A aprendizagem acontece de forma efetiva quando o estudante se envolve na construção significativa de um projeto, seja de que tamanho for. (RESNICK, 2020). A aprendizagem também deve ser colaborativa e compartilhada. Trabalhar em pares é importante para que os estudantes desenvolvam experiências criativas, interajam com outras pessoas e troquem conhecimentos.



Quando as crianças e os estudantes trabalham em projetos de que têm interesse, ficam mais motivados e dispostos a trabalhar por mais tempo. Essa paixão é o combustível para novas aprendizagens (RESNICK, 2020).

Aprender envolve ludicidade e exploração. A criança e o estudante devem manipular diferentes materiais, testar o novo e assumir riscos sem medo do erro. Brincar é experimentar. Pensar brincando não trata apenas de brincar, é necessário explorar. Para Resnick (2020), a partir dessas situações, podem surgir soluções brilhantes e ideias totalmente novas e inesperadas.

Ao imaginar, a criança e o estudante pensam no que desejam criar, de forma individual ou coletiva. Para criar, é hora de colocar a mão na massa. Ao brincar, vai experimentando diferentes tecnologias e materiais. Ao refletir, verá o que está adequado e o que não está. E ao imaginar, vai pensando sobre uma possível mudança em algum aspecto ou uma nova forma de construir o que já realizou.

O propósito tem a intenção de empoderar e incentivar os envolvidos para multiplicarem o que estão aprendendo e, com isso, inspirar mais pessoas com poderosas ideias ou impactar outras realidades a partir do projeto desenvolvido.

A implementação de estratégias pedagógicas que contemplem os pilares da Aprendizagem Criativa e a utilização pedagógica das tecnologias digitais pode contribuir para o desenvolvimento de uma aprendizagem pautada na criatividade e na inovação, de maneira conectada com a cultura digital, aspectos essenciais para o contexto educacional contemporâneo.

6 DOCUMENTAÇÃO ESCOLAR E RECURSOS FINANCEIROS

As escolas da RME de Curitiba ao organizarem a documentação da vida escolar dos estudantes, assim como ao administrar as verbas recebidas dos órgãos oficiais, consideram os documentos orientadores procedentes da SME de Curitiba.



6.1 PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO DE VIDA ESCOLAR/LACUNA DE SÉRIE

A Lacuna de Série é o procedimento adotado quando detectada a irregularidade na documentação escolar do/a estudante, ou quando não houver registro em um dos anos/série/disciplina no histórico escolar.

Para os processos de Regularização de Vida Escolar/Lacuna de Série a Rede Municipal de Ensino de Curitiba baseia-se na Deliberação n.º 09/2021 do CEE-CP/PR e na Instrução Normativa n.º 06/2021 da Secretaria Municipal da Educação de Curitiba.

O processo de regularização de vida escolar do estudante – lacuna de série, será de responsabilidade do diretor(a)/vice-diretor, sob o acompanhamento do Núcleo Regional de Educação (NRE) pertinente.

A elaboração, a execução e o encaminhamento do processo de regularização da vida escolar são de responsabilidade da unidade que detém a matrícula do estudante, mesmo quando a irregularidade for constatada em documento de transferência recebido de outra instituição de ensino.

A efetivação do processo se dará após a emissão do Ato de Regularização de Vida Escolar/Lacuna de Série pelo Departamento de Planejamento Estrutura e Informações – DPEI.

Caberá ao (à) secretário (a) da unidade registrar o Ato de Regularização no Sistema Estadual de Registro Escolar (SERE), bem como anexar toda a documentação do processo na pasta individual do(da) estudante na secretaria da escola.

6.2 PROCESSO DE CLASSIFICAÇÃO

Classificação é o procedimento adotado para estudantes transferidos/as de escolas de outro município/estado sem documentação legal comprobatória, para estudantes transferidos oriundos de escolas do exterior com documentação legal, para estudantes transferidos de escolas do exterior sem documentação legal e com domínio da Língua Portuguesa, para estudantes transferidos de escolas do exterior sem documentação legal e sem domínio da Língua



Portuguesa (Del. CEE/PR n.º 09/2021 – art. 35), para estudantes egressos de classe especial e das escolas de ensino fundamental na modalidade educação especial e para estudantes matriculados na Educação de Jovens e Adultos – EJA.

A classificação poderá ser realizada em qualquer série/ano, ciclo, módulo ou outra unidade de percurso adotada, com exceção do 1º ano do Ensino Fundamental.

Para os processos de Classificação a Rede Municipal de Ensino de Curitiba baseia-se na Deliberação n.º 09/2021 do CEE-CP/PR e na Instrução Normativa n.º 04/2021.

A efetivação do processo se dará após a emissão da Informação pelo Departamento de Planejamento Estrutura e Informações – DPEI.

Caberá ao (à) secretário (a) da unidade realizar a manutenção do Sistema Estadual de Registro Escolar (SERE), bem como anexar toda a documentação do processo na pasta individual do(da) estudante na secretaria da escola.

6.3 PROCESSO DE RECLASSIFICAÇÃO

Reclassificação é o procedimento adotado para reencaminhar o/a estudante para a série/ano conforme seu grau de experiência e desempenho, independentemente do que esteja registrado em seu Histórico Escolar. O processo de Reclassificação também pode ser adotado no caso de estudantes que apresentem altas habilidades/superdotação, desde que atestadas por especialistas habilitados conforme legislação vigente e diretrizes do Departamento de Inclusão e Atendimento Educacional Especializado – DIAEE e, ainda, no caso de estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

A reclassificação poderá ser realizada em qualquer série/ano, ciclo, módulo ou outra unidade de percurso adotada, com exceção do 1º ano do Ensino Fundamental.

Para os processos de Reclassificação a Rede Municipal de Ensino de Curitiba baseia-se na Deliberação n.º 09/2021 do CEE-CP/PR e na Instrução Normativa n.º 04/2021.



A efetivação do processo se dará após a emissão da Informação pelo Departamento de Planejamento Estrutura e Informações – DPEI.

Caberá ao (à) secretário (a) da unidade realizar a manutenção do Sistema Estadual de Registro Escolar (SERE), bem como anexar toda a documentação do processo na pasta individual do(da) estudante na secretaria da escola.

6.4 LRCOM – LIVRO REGISTRO DE CLASSE ONLINE DO MUNICÍPIO

O uso do Livro Registro de Classe Online Município (LRCOM) foi instituído na Rede Municipal de Ensino de Curitiba pela Resolução n.º 68/2020 e normatizado pela Instrução Normativa n.º 5/2023, sendo o documento oficial da RME para comprovação de frequência, das atividades escolares realizadas e do processo avaliativo, sob responsabilidade dos professores e demais profissionais da educação envolvidos nesse processo, garantindo o direito dos registros escolares fidedignos às crianças e aos estudantes.

Os registros no LRCOM devem ser padronizados de forma que constituam a perfeita escrituração da vida escolar das crianças e estudantes e garantam a qualquer tempo a integridade e veracidade das informações, dentro dos prazos estipulados pela Secretaria Municipal da Educação de Curitiba.

6.5 APPF – ASSOCIAÇÃO DE PAIS, PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS

A Associação de Pais, Professores e Funcionários (APPF) é uma Organização da Sociedade Civil (OSC), sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública municipal, que representa os interesses comuns dos profissionais, dos pais das crianças e dos estudantes das unidades escolares da SME de Curitiba, não sendo remunerados seus membros.

Tratando-se de pessoa jurídica de direito privado, a APPF é constituída por prazo indeterminado e com atuação colegiada entre seus membros, sempre composta por Pais, Responsáveis Legais ou Responsáveis pelo acompanhamento da vida escolar de crianças e /ou estudantes, Professores e Funcionários da Unidade Escolar.



Os membros da Diretoria e dos Conselhos Administrativo e Fiscal que compõem uma APPF são eleitos em Assembleia Geral. A participação da família na vida escolar das crianças e dos estudantes vai além do comparecimento nas reuniões e nas festividades, estando presente também no processo de gestão democrática da unidade escolar.

É por meio da participação na APPF que as famílias ampliam sua participação direta, efetiva e colaborativa no processo educacional, contribuindo ainda no controle social e na fiscalização do uso dos recursos públicos descentralizados na Educação.

Segundo o Estatuto da APPF, são objetivos da Associação de Pais, Professores e Funcionários:

- I - promover atividades com finalidades de relevância pública e social;
- II - participar de reuniões com a equipe pedagógico-administrativa da Unidade, discutindo e sugerindo ações que oportunizem a integração família-escola-comunidade;
- III - integrar a comunidade ao contexto escolar, visando à discussão da política educacional para a democratização do ensino e a conquista da gestão colegiada;
- IV - representar os interesses da comunidade escolar, contribuindo para a melhoria do ensino;
- V - promover o entrosamento entre pais, alunos(as), professores(as), pedagogos(as), funcionários(as) e a comunidade, através de atividades sócio educativas, culturais e esportivas;
- VI - colaborar na promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos e de outros valores universais;
- VII - gerir e administrar os recursos financeiros próprios da associação e os que lhe forem repassados através de doações, contribuições, convênios, acordos, termos de colaboração com as prioridades estabelecidas em reunião conjunta com a Diretoria, Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Assessoria Técnica da APPF da Escola/CMEI/CMAEE com registro em livro ata.



7 PROGRAMAS E PROJETOS NAS ESCOLAS DA RME DE CURITIBA

Os programas e projetos desenvolvidos na RME de Curitiba estão fundamentados na concepção de formação integral do ser humano e, nessa perspectiva, propõe o desenvolvimento de ações voltadas ao processo de ensino e aprendizagem, por meio da ampliação do tempo, do acesso a diferentes experiências e/ou ambientes educativos.

O desenvolvimento de programas e projetos torna a escola um espaço irradiador de conhecimento. Além de promover parcerias e ações integradas para o fortalecimento de novas descobertas e vivências culturais, atividades relacionadas à saúde, ao esporte e lazer para toda a comunidade.

Os projetos e programas são desenvolvidos nos diferentes setores da SME, sendo exemplos:



CURITIBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
ESCOLA MUNICIPAL BATEL - EIEF

PROJETO/PROGRAMA	DESCRIÇÃO	SETOR RESPONSÁVEL NA SME
Programa #tamojunto	É uma ferramenta desenvolvida por meio da parceria entre a Secretaria Municipal da Educação e a Secretaria Municipal da Saúde, para o trabalho relacionado à prevenção ao uso de drogas ilícitas, com base nas influências sociais e habilidades de vida. É composto por doze aulas para os estudantes e três oficinas para Pais e Responsáveis. O programa aborda já nos primeiros anos da adolescência, quando os estudantes têm entre 11 e 14 anos, o uso de drogas, de forma a promover a valorização da vida e da saúde. É indicado que programas de prevenção deste tipo aconteçam em escolas nos anos iniciais da adolescência.	CEFAR
Programa Elos - Educação, Saúde e Cidadania	Este programa traz aos estudantes as contribuições à sua formação humana, sociopolítica e psicopedagógica. O desafio do Programa é buscar uma proposta que contemple a formação de sujeitos coletivos em todas as suas dimensões, pautada nos seguintes eixos estruturantes: Desenvolvimento Cognitivo; Solidariedade (Ética da Cooperação); Empatia e Respeito à Diversidade; Autonomia; Assertividade; Coletivos na constituição de sujeito e sociedade.	CEFAR
Ministério Público na Escola	Promove e sensibiliza a comunidade escolar por meio de campanhas sobre o enfrentamento do trabalho infantil, identificando, acolhendo e notificando as situações. O intuito é fomentar a geração de conhecimento sobre a realidade do trabalho infantil em Curitiba e no Brasil, com destaque para as suas piores formas; divulgar os canais de denúncia de situações de trabalho infantil (disque 100, 156); reduzir o índice de abandono e evasão escolar. Ofertar formação específica sobre o tema em consonância com a recomendação administrativa do Ministério Público do Trabalho.	CEFAR
Escola de Pais	Este Projeto traz temas contemporâneos relacionados aos papéis das famílias e das instituições educativas na educação de crianças e estudantes, buscando formar uma rede colaborativa entre famílias curitibanas e Secretaria Municipal da Educação para discutir estas temáticas.	CEFAR
Programa de Acolhimento Pedagógico aos Órfãos da COVID-19	O intuito deste projeto é o de mapear e acolher as crianças e adolescentes enlutados, verificar a situação em que estão vivendo, a existência da chamada família estendida, ou seja, tios, tias, avós ou outros familiares que estão lhes dando amparo, orientar para questões jurídicas de guarda, questões psicológicas e segurança nutricional e, principalmente, orientar as crianças, adolescentes e seus familiares para as questões voltadas à aprendizagem, que podem se manifestar neste momento.	CEFAR
Programa DIGA	Articulado pela UFPR, o programa busca possibilitar que educadores e comunidade escolar ampliada, reconheçam e adotem estratégias eficazes para monitoramento e atendimento das múltiplas formas de violência, preconceito e discriminação no ambiente escolar, com ênfase para o bullying, a partir da perspectiva da educação e direitos humanos.	CEFAR



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
ESCOLA MUNICIPAL BATEL - EIEF

PROGRAMA LEIA+	Desenvolve ações que permitam consolidar a Equidade como um princípio de gestão, promovendo reflexões e práticas para garantia do direito à educação: do acesso, da permanência e da aprendizagem, em trajetórias protegidas, a todos e a cada um dos estudantes e crianças matriculados nas unidades educacionais participantes do Programa LEIA+. Das ações do programa destaca-se o Projeto de Apoio Pedagógico LEIA+ e o Projeto LEIA+ ESPORTES.	CEFAR
PROJETO LEIA+ EXTENSÃO	Integra o Plano de Ações Pedagógicas da SME, que visa à retomada de conteúdos elementares do Currículo da RME para os estudantes do Ensino Fundamental no período pós-pandemia, com o objetivo de garantir a recomposição das aprendizagens de estudantes matriculados nas unidades escolares que não fazem parte do grupo de escolas já atendidas pelo Programa LEIA+.	CEFAR
Programa Linhas do Conhecimento	A partir dos objetivos e princípios do programa, são desenvolvidas propostas lúdicas, ações de ampliação cultural e aulas de campo, ampliando e explorando os territórios educativos da cidade. Tais iniciativas são aliadas, ainda, ao processo de formação continuada dos docentes da RME de Curitiba.	Linhas do Conhecimento
Projeto Educação Para o Empreendedorismo Sustentável – Jovens Empreendedores Primeiros Passos (JEPP)	Busca incentivar a cultura empreendedora, aliada ao desenvolvimento da cultura de cooperação, de inovação, de ecossustentabilidade, de ética e cidadania. O projeto é desenvolvido em escolas que ofertam Educação Integral em tempo ampliado, com estudantes do 1.º ao 5.º ano do EF, em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), por meio da metodologia Jovens Empreendedores Primeiros Passos (JEPP).	Linhas do Conhecimento
Embaixadores do Futuro na Cidade Educadora	Tem como objetivo desenvolver competências cidadãs e posturas ativas e investigativas, na busca e compartilhamento de experiências para solucionar problemas locais e globais, por meio da diplomacia. O público-alvo são estudantes de 6º ao 8º ano do ensino fundamental, viabilizando sua participação em eventos, apresentações culturais, seminários e palestras, visitas a consulados e embaixadas, encontro com cônsules e embaixadores e aulas de campo em museus, memoriais e outros espaços destinados à apropriação cultural. A proposta é desenvolvida em parceria com a Assessoria de Relações Internacionais da Prefeitura de Curitiba.	Linhas do Conhecimento
Projeto Fala Curitibinha / Fala Curitibano	Busca promover momentos de participação cidadã, por meio da identificação e apontamento de estratégias para solução de um problema do/no contexto escolar, os quais, posteriormente são expostos em um espaço público de diálogo junto a autoridades e gestores da Prefeitura Municipal de Curitiba (PMC), da SME e do Instituto Municipal de Administração Pública (IMAP). O Projeto Fala Curitibinha/Fala Curitibano é destinado às crianças do Pré II, 4º, 5º e 8º anos do Ensino Fundamental, EJA e Educação Especial.	Linhas do Conhecimento



CURITIBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
ESCOLA MUNICIPAL BATEL - EIEF

Projeto Hortas Escolares, Pomares e Jardins de Mel	Visa desenvolver ações de educação ambiental e alimentar em pequenos espaços e terrenos localizados nas unidades educacionais municipais de Curitiba, a fim de promover a conscientização de crianças, estudantes e professores para a importância da alimentação saudável e do cultivo de alimentos em hortas urbanas, e também a conscientização sobre a importância das abelhas nativas sem ferrão, para o processo de polinização das plantas. O projeto é desenvolvido em parceria com a Secretaria Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (SMSAN) e também promove a formação de professores, suporte técnico e pedagógico durante o desenvolvimento da proposta.	Linhas do Conhecimento
Canto Coral	O projeto desenvolve a musicalidade e contribui para a educação vocal dos estudantes, além disso, proporciona a ampliação musical e a prática vocal em grupo dos coralistas e promove ações que contribuam para a formação musical e o desenvolvimento profissional dos regentes.	Coordenadoria de Projetos – Gerência de Projetos Educacionais
Fanfarra e Corpo Coreográfico	O projeto Corpo Coreográfico tem como finalidade, interpretar, dar vida, criar e concretizar a peça que está sendo tocada pela Fanfarra. O projeto Fanfarra permite ao estudante entrar em contato com a educação musical e com instrumentos musicais, como bombo, caixa, surdo, prato e lira, proporcionando conhecimento teórico desta arte.	Coordenadoria de Projetos – Gerência de Projetos Educacionais
Flauta Doce	O projeto desenvolve aulas de educação musical para aprender a tocar o instrumento em conjunto, ampliando o repertório cultural. Possibilita a musicalização por meio da experimentação, da ampliação de repertório e da prática musical.	Coordenadoria de Projetos – Gerência de Projetos Educacionais
Educação Musical e Natal no Palácio Avenida	Visa oportunizar aulas de educação musical (primeira fase) e ensaios para as apresentações de Natal no Palácio Avenida (espetáculo de Natal – segunda fase), promovido pelo Banco Bradesco. Os estudantes participam de um encontro semanal, nas dependências do Teatro Palácio Avenida, com aulas de educação musical, técnica vocal e canto coral.	Coordenadoria de Projetos – Gerência de Projetos Educacionais
Percussão	Promove o ensino de percussão corporal, cup song (“música com copos”), jogos de mãos e instrumentos musicais de percussão convencionais e alternativos. Proporciona a musicalização dos estudantes por meio do trabalho instrumental e corporal em grupo, com um repertório variado.	Coordenadoria de Projetos – Gerência de Projetos Educacionais
Teatro e Dança	Visa oferecer a prática da cena e dança e a reflexão de questões presentes na vida cotidiana, próxima ou distante de sua realidade. Contribui para o desenvolvimento da consciência crítica e da criatividade, além da ampliação de repertório.	Coordenadoria de Projetos – Gerência de Projetos Educacionais
Atletismo	O trabalho com o atletismo é desenvolvido nas escolas municipais com adaptação aos materiais e locais disponíveis em cada unidade. Neste esporte são trabalhadas muitas capacidades físicas como: resistência cardiorrespiratória e muscular, força, potência, velocidade, agilidade e	Coordenadoria de Projetos – Gerência de Projetos Educacionais



CURITIBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
ESCOLA MUNICIPAL BATEL - EIEF

	coordenação. Os estudantes gostam muito desta modalidade, pois realizam atividades como corridas, saltos, arremessos e lançamentos.	
Capoeira	A capoeira é uma manifestação da cultura popular brasileira que reúne características bem peculiares: mista de luta, jogo e dança, praticada ao som de instrumentos musicais (berimbau, pandeiro e atabaque), palmas e cânticos, manifestando-se para quem pratica um sistema de autodefesa e treinamento físico.	Coordenadoria de Projetos – Gerência de Projetos Educacionais
Futebol de Rua	A proposta objetiva a inclusão educacional de crianças e adolescentes em situação de risco social, com o apoio de uma pedagoga do instituto que desenvolve o acompanhamento pedagógico, além disso utilizando o futebol de rua para incentivar a construção de valores através da prática esportiva.	Coordenadoria de Projetos – Gerência de Projetos Educacionais
Futsal e Futebol	O trabalho com o futsal e o futebol são realizados de forma recreativa e competitiva, desenvolvendo consciência participativa, cooperativa e solidária, portanto, cidadã. Além disso, oportuniza-se a sociabilidade, o amadurecimento emocional e psicomotor do indivíduo, favorecendo o aprendizado do saber ganhar e saber perder, do repartir, do organizar, do liderar, do persistir e do ser responsável. Nesse sentido, o futsal atua como um aliado na educação, visando melhorias no ensino-aprendizado dos estudantes e oportunizando sua participação em torneios e competições.	Coordenadoria de Projetos – Gerência de Projetos Educacionais
Ginástica Rítmica	A movimentação executada se torna muito benéfica, pois por meio desse exercício que envolve grande habilidade motora, a criança, o adolescente ou o jovem que pratica atividade física, especificamente a ginástica, seja comum ou rítmica, tem a oportunidade de desenvolver o autoconhecimento e com isso autoconfiança, proporcionando o desenvolvimento de diferentes habilidades físicas e o reforço das já existentes, proporcionando seu desenvolvimento integral. Ainda se tratando do desenvolvimento corporal e motor, a atividade possibilita condicionamento postural devido ao trabalho com diferentes movimentos, aperfeiçoando o equilíbrio e ritmo.	Coordenadoria de Projetos – Gerência de Projetos Educacionais
Judô	O judô é uma arte marcial japonesa que possui valores humanitários, morais, educacionais e éticos. Esta modalidade esportiva entra como prática pedagógica escolar, uma vez que desenvolve valores de qualidade. Desenvolve a disciplina; a coordenação motora; o equilíbrio do corpo e da mente; a agilidade de movimento e de raciocínio; o respeito às regras e ao oponente; a noção de coletividade, a amizade e o pertencimento; o controle da ansiedade.	Coordenadoria de Projetos – Gerência de Projetos Educacionais



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
ESCOLA MUNICIPAL BATEL - EIEF

Leões do Vôlei e Voleibol	O referido projeto desenvolve-se com a inclusão da metodologia 3D's de minivoleibol, a qual tem por base a filosofia adotada pelo atleta Emanuel no decorrer de sua carreira esportiva. Esta metodologia prioriza o desejo, a determinação e o domínio. Desejo em descobrir os anseios e mostrar os espaços na sociedade; determinação em programar direções e definir as etapas da vida e domínio em formar um caráter e personalidade distinta, com propósito de fraternidade e paz para com as necessidades do próximo. O trabalho do voleibol, por meio da iniciação com o minivôlei, tem por vantagem a capacidade de adaptação às características de crescimento e desenvolvimento motor do estudante. A possibilidade de jogar em um espaço menor e com material adaptado auxilia na execução dos fundamentos, proporcionando ao estudante motivação em aprender esta modalidade.	Coordenadoria de Projetos – Gerência de Projetos Educação
Rugby	O referido projeto possui como objetivos específicos: ofertar atividades educativas complementares aos estudantes das escolas municipais; promover competições e entretenimento na modalidade do rugby; propiciar aos estudantes das escolas municipais a técnica do rugby; identificar possíveis talentos e estabelecer futuros convênios com clubes e universidades e educar pelo esporte.	Coordenadoria de Projetos – Gerência de Projetos Educação
Taekwondo	Arte marcial coreana que significa “caminho dos pés, das mãos e do espírito”, revelando a proposta de desenvolvimento integral do participante. Os principais valores do Taekwondo são: cortesia, integridade, perseverança, autocontrole e espírito indomável. Tem como objetivo proporcionar acesso à cultura, à filosofia e às técnicas corporais desta arte marcial aos participantes.	Coordenadoria de Projetos – Gerência de Projetos Educação
Tênis	O trabalho do tênis, por meio da iniciação com o minitênis auxilia no desenvolvimento de habilidades motoras dos estudantes como a coordenação, as habilidades óculo-pedais, o aprimoramento de noção espaço temporal, como também auxiliam no desenvolvimento físico, como a melhora da resistência cardiorrespiratória, flexibilidade, força e velocidade. As atividades propostas têm a preocupação de respeitar os limites maturacionais e físico dos estudantes, tornando-se um aliado no desenvolvimento da criança.	Coordenadoria de Projetos – Gerência de Projetos Educação
PROFESP (Programa Forças no Esporte)	Projeto em parceria com a Aeronáutica e o Exército, onde os estudantes vão até o espaço do CINDACTA ou 20.º BIB para praticar esportes. Questões de educação e organização são trabalhados com os estudantes, além de fornecerem alimentação para todos que participam das atividades. É um projeto com grande ganho pedagógico, pois eles aprendem questões além daquelas que são aprendidas na escola.	Coordenadoria de Projetos – Gerência de Projetos Educação
Xadrez	O objetivo do projeto de xadrez, nas escolas municipais, é inseri-lo no processo de ensino-aprendizagem, visando preparar o estudante para que seja capaz de tomar decisões em situações que exijam o raciocínio rápido. Além disso, a prática do xadrez desenvolve habilidades	Coordenadoria de Projetos – Gerência de Projetos Educação



CURITIBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
ESCOLA MUNICIPAL BATEL - EIEF

	como: memória, concentração, planejamento e tomadas de decisões, o que possibilita aos nossos estudantes a participação de sucesso em torneios e campeonatos de xadrez.	
Punhobol	A metodologia do minipunhobol com progressões utiliza quadras minimizadas, conseqüentemente a ampliação da área de jogo de acordo com o processo de desenvolvimento. São também utilizadas bolas mais leves, que representam o nível de jogo dos estudantes. A possibilidade de praticar o Punhobol de forma reduzida e com materiais adequados para o ensino torna possível aos estudantes a execução dos fundamentos, proporcionando motivação, pois os mesmos terão êxito e prazer nas atividades.	Coordenadoria de Projetos – Gerência de Projetos Educação
Golfe	O projeto Golfe para a Vida tem por objetivo democratizar as ações de contraturno com a oferta do golfe escolar nas escolas municipais de Curitiba. Este projeto proporciona aos estudantes a vivência de uma modalidade considerada de acesso apenas a pessoas com alto poder aquisitivo, quebrando o status de um esporte da elite, por meio do desenvolvimento de atividades relacionadas à Educação Física e à metodologia do “soft golf”.	Coordenadoria de Projetos – Gerência de Projetos Educação
Guarda Municipal Mirim	Programa para crianças e adolescentes, elaborado pela Secretaria Municipal da Defesa Social (SMDS), em parceria com a Secretaria Municipal da Educação. As atividades pedagógicas e lúdicas do Programa são realizadas em contraturno escolar. É coordenado e executado por guardas municipais qualificados. Visa contribuir para que os estudantes assumam seu autodesenvolvimento, especialmente do caráter, ajudando a desenvolver suas potencialidades físicas, intelectuais, sociais, afetivas e espirituais, para o exercício da cidadania, tornando-os cidadãos disciplinados, responsáveis, atuantes na sua comunidade.	Coordenadoria de Projetos – Gerência de Projetos Educação
Justiça e Cidadania Também se Aprendem na Escola	Projeto em parceria com o Tribunal de Justiça e tem como objetivo principal conscientizar professores e estudantes (alcançando também seus pais e responsáveis) sobre seus direitos e deveres, mostrando a importância e como exercê-los, bem como promover a integração do Poder Judiciário com a comunidade e ampliando o conhecimento sobre cidadania e justiça. Desenvolvido pela professora do 5.º ano durante o ensino regular.	Coordenadoria de Projetos – Gerência de Projetos Educação
PROERD (Programa Educação de Resistência às Drogas e à Violência)	Os estudantes do 5.º ano são atendidos semanalmente por um Policial Militar, que desenvolve atividades pedagógicas visando o fortalecimento de vínculos, noções de cidadania e o fortalecimento de competências sociais que previnam a violência e o uso e abuso de drogas.	Coordenadoria de Projetos – Gerência de Projetos Educação



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
ESCOLA MUNICIPAL BATEL - EIEF

	Recebem uma cartilha e a intervenção pedagógica dos policiais, ocorre por meio de uma proposta de trabalho e metodologia diferenciadas em sala de aula, no período regular.	
Trânsito com Educação	Projeto desenvolvido em parceria com a EPTRAN. Os agentes vão até a escola mensalmente para ministrar aulas diferenciadas sobre o trânsito. Em cada encontro é abordado um assunto diferente, tais como: cinto de segurança, cadeirinha, placas horizontal e vertical, atitudes seguras para o pedestre e o condutor, entre outros dispositivos importantes. Aplicado para os estudantes dos 5.º anos do período regular.	Coordenadoria de Projetos – Gerência de Projetos Educacionais
Cidadania Jovem – Informar para Formar	Projeto desenvolvido pela URBS, em parceria com a Secretaria Municipal da Educação, com o objetivo de melhorar o comportamento de novos usuários do transporte coletivo e incentivar o respeito aos bens públicos. Os estudantes participam de palestras, momentos cívicos, visitas orientadas aos locais de controle do transporte da cidade e de entrevistas. Seu principal objetivo é formar o comportamento responsável de novos usuários do transporte coletivo e incentivar o respeito aos bens públicos. Atende estudantes dos 5.º anos das escolas participantes, no período regular.	Coordenadoria de Projetos – Gerência de Projetos Educacionais
Programa Defesa Civil na Educação – Conhecer para Prevenir (CPP)	O Programa é desenvolvido em parceria entre a Secretaria de Defesa Social e a Secretaria Municipal de Educação. Tem como objetivo preparar os estudantes por meio de ações educativas a adotarem uma postura correta em situações de risco, evitando acidentes e minimizando danos em casos de catástrofe e prevenindo contra as principais adversidades presentes na vida urbana e que podem ser hipóteses do cotidiano. Participam todos os estudantes de todas as escolas.	Coordenadoria de Projetos – Gerência de Projetos Educacionais
Programa Saúde na Escola (PSE)	O PSE é um programa federal desenvolvido nas escolas municipais e CMEIs (Centro Municipal de Educação Infantil) com o objetivo de promover ações de prevenção a doenças, articuladas de forma intersetorial entre as redes de saúde e de educação. As escolas são selecionadas pelo Ministério da Saúde atendendo a todos os estudantes das unidades escolhidas, no período regular.	Coordenadoria de Projetos – Gerência de Projetos Educacionais
Dengue	É uma parceria com a UFPR e SMS, tendo como principal objetivo a compreensão da relação existente entre geografia, clima e saúde, com foco no combate e prevenção da dengue, transmitida pelo mosquito <i>Aedes aegypti</i> , trabalhados com os alunos dos 4.º anos, atendendo os componentes curriculares dessas etapas. Desenvolvido nas escolas atendidas pelo PSE.	Coordenadoria de Projetos – Gerência de Projetos Educacionais



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
ESCOLA MUNICIPAL BATEL - EIEF

Tracoma	Parceria com a SMS, tem como principal objetivo diagnosticar o tracoma e encaminhar para tratamento especializado na doença. A seleção da escola é feita pela SMS e todos os estudantes são atendidos.	Coordenadoria de Projetos – Gerência de Projetos Educação
Descarte de Medicamentos	Parceria da SME com a UFPR, por meio dos graduandos do Curso de Farmácia. A escolha e o número de escolas trabalhadas ficam a cargo da própria UFPR e desenvolvido por meio de palestras e jogos com os estudantes de 5.º ano no período regular.	Coordenadoria de Projetos – Gerência de Projetos Educação
Leitura em Movimento, Debutantes, Cabide Sustentável, Horta em Ação	Planeja e acompanha as atividades socioeducativas realizadas nas unidades educacionais, envolvendo cinco eixos (Cultura, Educação e Cidadania, Esporte e Lazer, Geração de Renda e Saúde) garantindo ações de qualidade, que atendam a participantes de todas as faixas etárias, valorizando a inclusão e as atividades lúdicas. Possibilita à comunidade o acesso gratuito às atividades socioeducativas de qualidade, promovidas por instituições da sociedade civil organizada de Curitiba, por voluntários e pela Prefeitura Municipal de Curitiba e coordenadas pela SME, nas escolas participantes do Programa.	Coordenadoria de Projetos – Gerência do Programa Comunidade Escola
Cabide Sustentável	Propicia momentos de interação, estabelecendo maneira cortês de permutar artigos em geral, estimulando a convivência, a educação para o consumo consciente e a preservação do meio ambiente, estimulando o desapego de utensílios domésticos, peças de vestuário, brinquedos, etc.	Coordenadoria de Projetos – Gerência do Programa Comunidade Escola
Leitura em Movimento	Acontece nos espaços da Cidade Educadora. Incentiva o hábito da leitura, leva o público a escolher seu livro não tendo a obrigação em devolvê-lo, mas sim de passar para outra pessoa favorecendo desta maneira o relacionamento cultural e a disseminação de uma prática solidária e sustentável.	Coordenadoria de Projetos – Gerência do Programa Comunidade Escola
Debutantes	Essa ação dá-se por meio da seleção de adolescentes que completam 15 anos, que mostram interesse em participar por meio de uma entrevista e que frequentam o PCE, ao longo do ano de realização do projeto. As adolescentes selecionadas participam de cursos, oficinas, visitas monitoradas e passeios que são disponibilizados pela SME, parceiros ou voluntários do projeto.	Coordenadoria de Projetos – Gerência do Programa Comunidade Escola
Horta em Ação	O projeto torna prática a educação ambiental crítica, possibilitando aos estudantes e à comunidade a participação e a vivência da agricultura urbana e comunitária, abrindo espaço para discussões sobre problemas ambientais, proporcionando uma reflexão sobre o uso de seu espaço domiciliar, tornando-o um local de produção, mesmo que apenas simbólico,	Coordenadoria de Projetos – Gerência do Programa Comunidade Escola



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
ESCOLA MUNICIPAL BATEL - EIEF

	relacionando-o com a alimentação mais saudável, sem agrotóxicos, bem como a soberania e a segurança alimentar.	
Parada Literária	Bate-papo (online) com escritores, aos profissionais da educação e à comunidade em geral. Conversa sobre as produções autorais, num diálogo sobre as perspectivas literária e artística, com o objetivo de proporcionar o contato com autores e obras locais, enfatizando a importância das atividades culturais que possam contribuir na formação literária dos participantes. Em plataforma online, com transmissões mediadas por agentes de leitura, no canal do Youtube da Secretaria Municipal da Educação, com cerca de 31 mil visualizações.	Coordenadoria de Projetos - Gerência de Faróis do Saber e Bibliotecas (GFSB)
Bosque Alemão na Palma da Mão	Contações de histórias gravadas pelas Bruxas da Casa Encantada (segundas-feiras, às 15h). Atingiu 17059 visualizações. Aos professores, aos estudantes e à comunidade em geral, disponíveis na Página do <i>Facebook</i> da SME.	Coordenadoria de Projetos - Gerência de Faróis do Saber e Bibliotecas (GFSB)
Praça do Japão na Palma da Mão	Contações de histórias gravadas pelas personagens japonesas da Biblioteca Hideo Handa (sextas-feiras, às 15h). Atingiu 14370 visualizações. Aos professores, estudantes e à comunidade em geral, disponíveis na Página do <i>Facebook</i> da SME.	Coordenadoria de Projetos - Gerência de Faróis do Saber e Bibliotecas (GFSB)
Robótica Educacional	O projeto de Robótica Educacional busca promover a aprendizagem por meio de conceitos da matemática, física, engenharia, computação, design, ciência e tecnologias, utilizando construções e protótipos que explorem as habilidades dos estudantes para estimular a criatividade, promover a inovação e desenvolver competências socioemocionais como cooperação, senso de responsabilidade, autonomia, senso crítico, flexibilidade e autodeterminação. A RME conta com o desenvolvimento de duas propostas para o trabalho com a Robótica Educacional: a utilização de kits LudoBot disponíveis em todas as escolas, cuja plataforma de programação tem uma linguagem adaptada para crianças a partir de 7 anos e kits EV3 da Lego, destinados para o projeto desenvolvido no contraturno de alunos e professores do 6.º ao 9.º ano, com uma linguagem de programação mais avançada e específica para a faixa etária dos estudantes. O kit EV3 permite às escolas do Ensino Fundamental II, por adesão e disponibilidade dos estudantes e professores envolvidos, a participação em torneios e eventos como o First Lego League (FLL) e a Olimpíada Brasileira de Robótica (OBR).	Gerência de Inovação Pedagógica



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
ESCOLA MUNICIPAL BATEL - EIEF

<p>Projeto Jornalistas Mirins Projeto Rádio Escola</p>	<p>A realização do projeto com os estudantes, do 1.º ao 9.º ano, possibilita a criação e a editoração de jornais para serem publicados e veiculados na internet, no site oficial do projeto https://extraextra.curitiba.pr.gov.br/</p> <p>Os jornalistas mirins, mediados pelos docentes supervisores, podem se manifestar por meio de produções de seu interesse ou elaboradas de forma individual e coletiva, como na produção de entrevistas, anúncios, vídeos, charges, homenagens, entre outros gêneros textuais; permitindo que realizem conexões com outros fatos ou fontes de informação. As atividades desenvolvidas permitem aos envolvidos a reflexão sobre o mundo à sua volta e sobre os assuntos da atualidade, levando-os a analisar as informações, formulando-as com coerência, promovendo o protagonismo e viabilizando o acesso à tecnologia digital.</p> <p>O projeto oportuniza aos estudantes, do 1.º ao 9.º ano, o contato com a produção radiofônica promovendo o desenvolvimento de um sujeito ativo de sua própria comunicação, proporcionando aos estudantes alternativas para o desenvolvimento de suas potencialidades de expressão verbal e escrita; de como utilizá-las com maior eficácia, de forma crítica, significativa e ética, em práticas sociais; incentivando a pesquisa e a leitura sobre assuntos da atualidade; fomentando a produção de diferentes gêneros radiofônicos e o protagonismo juvenil.</p>	<p>Gerência de Inovação Pedagógica</p>
<p>Televisando e Ler e Pensar</p>	<p>São projetos desenvolvidos pelo Instituto do Grupo Paranaense de Comunicação (IGRPCOM), em parceria com Secretaria Municipal da Educação, que promovem a formação dos profissionais da rede municipal usando a mídia jornal e o jornal Gazeta do Povo para promover a leitura, a cidadania e a alfabetização midiática. O Ler e Pensar pode ser desenvolvido por profissionais que atuam na Educação Infantil, no Ensino Fundamental I e II. O projeto Televisando é direcionado para profissionais da educação que atuam no Ensino Fundamental I e tem como objetivo geral o uso da mídia TV, como recurso pedagógico e facilitador do processo de ensino e de aprendizagem, da educação para cidadania e da educação midiática.</p>	<p>Gerência de Inovação Pedagógica</p>
<p>Projeto Faróis do Saber e Inovação</p>	<p>Desenvolvido no espaço maker, que está localizado no mezanino dos faróis do saber. O projeto tem a proposta de oferecer aos estudantes, professores e comunidade escolar a oportunidade de criar, expressar e testar ideias; construir projetos pessoais e em grupo com base nos interesses e paixões dos participantes; trocar ideias e refletir sobre o processo de criação; desenvolver a colaboração e o respeito mútuo; explorar e brincar, percebendo o erro não como fracasso e sim como parte do processo de aprendizagem; criando projetos com o uso de materiais alternativos e ou alta tecnologia.</p>	<p>Gerência de Inovação Pedagógica</p>



CURITIBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
ESCOLA MUNICIPAL BATEL - EIEF

Gincana Virtual	A proposta de trabalho com a Gincana Virtual aborda temas contemporâneos, com o intuito de contribuir com a formação de estudantes e professores para o convívio em sociedade. As atividades realizadas pelas equipes dos estudantes do 1.º ao 9.º ano, envolvendo diferentes desafios que promovem a utilização de diversas tecnologias disponíveis nas escolas, entre outros materiais, e toda a ação ocorre sob a orientação do professor das turmas. Os desafios e as demais atividades desenvolvidas são publicadas na página oficial da Gincana Virtual, no Portal da Educação.	Gerência de Inovação Pedagógica
Programa Curitibinhas na Inclusão, Bullying não!	O Programa Curitibinhas na Inclusão, Bullying não! busca a mitigação de ações de intimidação sistemática, conforme a Lei n.º 13.185, que caracteriza o bullying como uma violência física ou verbal com intenção de intimidar, humilhar, maltratar, menosprezar de modo repetitivo e persistente. O objetivo fundamental deste programa, é proporcionar o conhecimento sobre o que é o bullying, o que caracteriza esse fenômeno e suas consequências, para que desse modo, sejam desenvolvidas ações preventivas à essa prática.	DIAEE
Escola de Pais – Inclusão	Este projeto, em consonância com os princípios de uma cidade educadora, desenvolve por meio da ação pedagógica valores e práticas da cidadania democrática: o respeito, a tolerância, a participação, a responsabilidade, que reverberam na sociedade, fazendo uma rede de apoio às famílias dos estudantes em Inclusão da RME.	DIAEE
Programa Escola Acessível	Promover condições de acessibilidade ao ambiente físico, aos recursos didáticos e pedagógicos e à comunicação e informação nas escolas públicas de Ensino Regular, conforme disposto na Resolução n.º 20, de 19 de outubro de 2018.	DIAEE
Programa Sala de Recursos	O programa tem como principal objetivo a aquisição de materiais didáticos e pedagógicos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, para atender as especificidades pedagógicas dos estudantes da Educação Especial, matriculados em classes comuns das escolas públicas do Ensino Regular das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal, conforme disposto na Resolução n.º 15, de 7 de outubro de 2020.	DIAEE



7.1 BIBLIOTECAS ESCOLARES E FARÓIS DO SABER

As bibliotecas escolares e Faróis do Saber da RME de Curitiba constituem espaços essenciais de formação de leitores na escola e devem estar devidamente equipados e organizados para que os estudantes possam realizar leituras, estudos e pesquisas. Para isso, é necessário que a equipe responsável pela biblioteca esteja atenta às normas e leis que regulamentam o funcionamento desses espaços, garantindo assim o acesso à informação e à cultura de forma igualitária e equitativa para todos os estudantes, professores e comunidade escolar.

A legislação brasileira prevê a oferta de bibliotecas escolares em todo o país, assegurados pelo texto constitucional e pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), além do que determina os seguintes documentos:

- Lei n.º 12.244 de 24 de maio de 2010, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do país, determina em seu Art. 1º que “as instituições de ensino públicas e privadas de todos os sistemas de ensino do País contarão com bibliotecas”.
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), em seu art. 26, inciso V, estabelece que os currículos da educação básica devem contemplar o "acesso à biblioteca escolar e a consulta de materiais didáticos, pedagógicos e literários".
- Resolução n.º 4/2010 do Conselho Nacional de Educação (CNE), que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, determina que as bibliotecas escolares devem ser integradas ao projeto pedagógico da escola e ter como objetivo principal o desenvolvimento da leitura e do letramento, por meio de ações que promovam o acesso, a seleção, a organização e a disseminação da informação.
- Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 que, em sua meta 19, estabelece a necessidade de garantir que todas as escolas públicas tenham bibliotecas escolares com acervo atualizado e



adequado à realidade local, e de promover a formação de mediadores de leitura para atuação nas bibliotecas escolares.

Além do que está previsto em lei, é importante que as bibliotecas estejam integradas ao currículo escolar, de forma a contribuir para a formação de leitores críticos e autônomos. Para isso, é fundamental que haja um planejamento da estrutura física destes espaços, com aquisição de mobiliário e equipamentos adequados, e que os recursos disponíveis sejam gerenciados de forma eficiente para atender às demandas da comunidade escolar.

Portanto, a organização das bibliotecas escolares deve seguir as diretrizes da legislação brasileira, contemplando um acervo diversificado e organizado, espaços adequados para leitura e pesquisa, além de profissionais capacitados para desenvolver ações educativas que promovam o acesso e o desenvolvimento da leitura e do letramento.

Outro aspecto importante é a mediação da leitura, que deve ser realizada por um profissional qualificado para orientar os estudantes na escolha de obras adequadas ao seu perfil e interesse, bem como estimulá-los a desenvolver o gosto pela leitura.

Assim, as bibliotecas escolares e Faróis do Saber de Curitiba devem estar integrados ao projeto político-pedagógico da escola, sendo vistos como uma importante ferramenta para o desenvolvimento de competências e habilidades dos estudantes, tanto no que diz respeito à formação de leitores críticos quanto à realização de pesquisa e produção textual.

8 EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A Educação Ambiental, enquanto dimensão da Educação, “[...] visa à construção de conhecimentos, ao desenvolvimento de habilidades, a atitudes e valores sociais, ao cuidado com a comunidade de vida, à justiça e à equidade socioambiental, e à proteção do meio ambiente natural e construído”, como preconizado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (BRASIL, 2012, Art. 3.º).

A Política Estadual de Educação Ambiental determina a promoção e o desenvolvimento da Educação Ambiental “[...] de maneira integrada,



interdisciplinar e transversal no currículo escolar, como prática e princípio educativo contínuo e permanente, em todos os níveis e modalidades do ensino formal [...]” (PARANÁ, 2013, Art. 6.º).

De acordo com o previsto no Plano Municipal da Educação (Lei Municipal n.º 14.681/2015), alinhado às normativas federais e estaduais, a Educação Ambiental é compreendida “[...] como componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada e prática, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal” (CURITIBA, 2015, Meta 26).

A partir de aportes legais e teóricos, as ações pedagógicas, oficinas, projetos e programas de Educação Ambiental visam a sensibilizar, bem como a conscientizar a comunidade escolar para a compreensão de “[...] uma visão integrada de meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos” (BRASIL, 1999, Art. 5.º), como disposto na Política Nacional de Educação Ambiental.

Nesse contexto, a Educação Ambiental na SME de Curitiba, consolidada nas Diretrizes Curriculares Municipais de Educação Ambiental (DCMEA), ocorre em consonância com as legislações vigentes nos âmbitos nacional, estadual e municipal, e contribui com a formação socioambiental cidadã de crianças, estudantes e professores na medida em que

[...] por meio de seus objetivos, princípios e ações educativas, oportuniza a construção de formas diferentes de ser, pensar, conhecer, sentir e agir nas relações entre sociedade-natureza, elucidando nas inter-relações entre a teoria e prática, escola e comunidade, os direitos e deveres individuais e coletivos (CURITIBA, 2020, p. 46).

As DCMEA se constituem como mais um instrumento de colaboração para a compreensão do papel das instituições de ensino e de seus agentes no que diz respeito à responsabilidade com os caminhos a serem trilhados para a consolidação de uma Educação Ambiental que possibilite a formação de cidadãos conscientes de sua realidade de vida, alcançando e desfrutando de uma cidadania plena e planetária.



9 NRE MATRIZ E O CONTEXTO EDUCACIONAL

9.1 CONTEXTO EDUCACIONAL NO NRE MATRIZ

O Núcleo Regional de Educação Matriz (NRE-MZ) está situado na Rua da Cidadania da Praça Rui Barbosa, n.º 101, Centro.

As unidades (escolas e CMEIs) atendidas, em sua maioria, estão localizadas em áreas centrais do município de Curitiba, outras em bairros próximos ao centro da cidade. As mais centrais recebem crianças e estudantes cujas famílias, pais e/ou responsáveis são comerciantes que trabalham na região central da cidade. O público atendido nessas unidades mora na região central da cidade, enquanto há também os que são oriundos da região metropolitana de Curitiba.

Além disso, nessas escolas, há ainda grande concentração de migrantes de diferentes etnias: chinesas, haitianas, venezuelanas, árabes, libanesas, sírias, marroquinas, argentinas, egípcias, americanas, entre outras.

O NRE-MZ tem uma equipe pedagógica multidisciplinar composta pelo chefe de núcleo, articuladora pedagógica, assistente pedagógica, pedagogas de referência, alfabetizadoras de Língua Portuguesa e de Matemática, pedagogas do DIAEE, coordenadora da Rede de Proteção, professora representante do Programa Linhas do Conhecimento, profissional da aprendizagem criativa e gestora da informação. A equipe administrativa é composta por assistente administrativa, profissional de Recursos Humanos, profissional de logística, profissional do Sistema Estadual de Registro Escolar (SERE) e uma profissional de gestão de documentos/malote.

As unidades educacionais do NRE-MZ desenvolvem seu trabalho pedagógico pautado nos direitos à aprendizagem, considerando cada criança e estudante como indivíduos únicos com suas especificidades.

Conforme o Currículo do Ensino Fundamental: Diálogos com a BNCC (2020) da Rede Municipal de Ensino (RME) de Curitiba, a educação pauta-se em ações emancipatórias, no qual o estudante independentemente do seu contexto econômico, cultural, religioso ou étnico, visa sempre o avanço no processo de consolidação dos seus conhecimentos.



O NRE-MZ atende 13 unidades, entre escolas e CMEIs. O atendimento às unidades é realizado por toda a equipe multidisciplinar e administrativa do NRE. As escolas e CMEIs são acompanhadas em todas as suas especificidades, a fim de que todas as necessidades sejam sanadas da melhor maneira possível.

9.2 CARACTERIZAÇÃO DO NRE-MZ E ARTICULAÇÃO COM OS PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS DA RME DE CURITIBA AO CONTEXTO ECONÔMICO, HISTÓRICO E CULTURAL DA REGIONAL MATRIZ

O NRE-MZ realiza o atendimento às famílias e comunidade em geral. Nos últimos anos, percebeu-se um aumento significativo de atendimentos realizados às famílias de migrantes e da região metropolitana. Oferta-se informações, orientações e assessoramento tanto às famílias quanto às escolas e CMEIs.

Os Núcleos Regionais da Educação (NREs) de Curitiba são unidades organizacionais descentralizadas da Secretaria Municipal da Educação (SME) de Curitiba e têm como objetivo descentralizar os órgãos públicos, facilitando o acesso da população a diversos serviços e assim aproximar a população dos serviços da prefeitura (IPPUC, 2018).

Desde 2017, o NRE-MZ está situado na Rua da Cidadania da Praça Rui Barbosa. Anteriormente estava localizado na Rua Doutor Faivre, também no centro da cidade.

9.3 NÚMERO DE UNIDADES

Fazem parte do NRE-MZ vinte e cinco equipamentos, entre escolas, CMEIs, Bibliotecas, Faróis, CMAEEs, conforme descrito abaixo:

Descrição	Quantidade
Escolas Municipais	7
Centros Municipais de Educação Infantil - CMEIs	6
Centro Municipal de Atendimento Especializado – CMAEEs	2
Faróis do Saber em Praça	2
Bibliotecas em escolas municipais	7
Biblioteca especializada em educação	1
Total Equipamentos	25



As unidades educacionais trabalham dentro dos princípios da mantenedora, qualificando suas ações, quando necessário, com o replanejamento. Nesse viés, a aprendizagem de qualidade como direito de todos deve considerar as variáveis que compõem o Indicador Vulnerabilidade Curitiba (IVC).

O IVC classifica os índices de cada escola em grupos de 0 a 10, em que o 0 representa menor vulnerabilidade e o 10 maior vulnerabilidade (BACILA *et al.*, 2021). Na Regional Matriz há unidades que se enquadram nos diversos grupos e seus extremos. Portanto, se faz necessária a atenção individual do NRE para cada uma das unidades atendidas.

O NRE-MZ conta com sete escolas, que são: EM Batel - EIEF, EM Caramuru - EIEF, EM Dom Manuel da Silveira D'Elboux - EIEF, EM Mirazinha Braga - EIEF, EM Noely Simone de Ávila - EIEF, EM Professor Brandão - EIEF e EM Irmãos Rebouças - EIEF. Além das escolas, o NRE-MZ conta também com seis CMEIs, que são: CMEI Centro Cívico, CMEI Curitiba, CMEI Laura Santos, CMEI Matriz, CMEI Vereadora Nely Almeida e CMEI Vila Torres.

O NRE-MZ também conta com dois CMAEEs, o CMAEE Maria do Carmo Pacheco e o CMAEE/Centro de Ensino Estruturado para o Transtorno do Espectro Autista (CEETEA).

O CMAEE Maria do Carmo Pacheco atende estudantes e crianças ofertando avaliação pedagógica e atendimentos na área de pedagogia especializada, reeducação auditiva e visual, bem como estimulação para as crianças da Educação Infantil, de acordo com as necessidades.

O CMAEE/Centro de Ensino Estruturado para o Transtorno do Espectro Autista (CEETEA) atende estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e tem como proposta de trabalho atividades exploratórias e desenvolvimento de projetos na área de interesse e necessidade de cada estudante, que vem ao encontro do Currículo do Ensino Fundamental: Diálogos com a BNCC (CURITIBA, 2020), da SME de Curitiba. Ainda na Educação Especial, temos as salas de recursos nas escolas da regional.



A EM Professor Brandão - EIEF e a EM Irmãos Rebouças - EIEF oferecem a Sala de Recurso de Aprendizagem. A EM Irmãos Rebouças - EIEF também oferece a Sala de Recursos Multifuncional, com o objetivo de atender às necessidades de todos os estudantes, por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias, eliminando as barreiras para sua plena participação na sociedade, com vistas à autonomia na e fora da escola.

Também contamos com classes especiais na EM Noely Simone de Ávila - EIEF e na EM Irmãos Rebouças - EIEF para o atendimento pedagógico, em caráter transitório, com o foco no trabalho de alfabetização. E ainda na EM Irmãos Rebouças - EIEF temos a oferta da EJA, para atender jovens e adultos que não tiveram a escolarização anteriormente.

O Atendimento Pedagógico Domiciliar e/ou Hospitalar é ofertado aos estudantes afastados das unidades por motivo de tratamento de saúde, mediante atestado médico, visando à continuidade de seus estudos e tratamento.

Como citado acima, as unidades do NRE-MZ estão pautadas no compromisso com o direito à educação de qualidade para todos os estudantes, sejam eles crianças, jovens ou adultos.

9.4 CONTEXTOS E TRANSFORMAÇÕES: DIAGNÓSTICOS E PRÁTICAS

Todo trabalho realizado no NRE-MZ vem reverberar a concepção de ensino-aprendizagem desenvolvida na RME de Curitiba, o qual está fundamentado nos princípios de inclusão e equidade, primando por uma educação de qualidade, que é um direito de todos (crianças e estudantes).

Toda prática educativa deve estar de acordo com os princípios embasados no Currículo do Ensino Fundamental: Diálogos com a BNCC (2020). Quando colocamos em nossas propostas os princípios de equidade e inclusão, estamos defendendo e garantindo os direitos das crianças e dos estudantes, rompendo o preconceito, pois tais práticas possibilitam acesso, permanência e a continuidade da aprendizagem ao longo do percurso escolar (CURITIBA, 2020).

Nessa perspectiva, o NRE-MZ coloca essas práticas em ação por meio do planejamento pedagógico desenvolvido em suas unidades, na organização



do trabalho pedagógico (OTP), com os subsídios teóricos e formação continuada sobre a gestão democrática, equidade, inclusão e também no trabalho administrativo.

No início de cada ano, o NRE-MZ reescreve seu plano de ação com a participação de todos os integrantes da equipe multidisciplinar. Nesse momento, todos os integrantes desta equipe discutem as especificidades de cada unidade educacional, com o objetivo de traçar metas que possibilitem o fortalecimento do trabalho pedagógico desenvolvido nas unidades educacionais.

Cada segmento da equipe multidisciplinar também realiza seu plano de ação juntamente com o acompanhamento das unidades educacionais, a fim de qualificar os processos de ensino-aprendizagem, visando a uma educação de qualidade.

A equipe multidisciplinar participa de formações continuamente ofertadas pela mantenedora e através de estudos e reflexões, qualificam seu trabalho a partir dos documentos orientadores da SME de Curitiba. Para o fortalecimento teórico-prático da equipe multidisciplinar, são planejados momentos formativos específicos, que priorizem momentos de estudo para o (re)planejamento de ações formativas, organização e alinhamento das agendas para o atendimento efetivo nas unidades escolares.

As formações ofertadas pela equipe multidisciplinar do NRE-MZ consideram o percurso formativo de cada unidade educacional, com vistas à intencionalidade pedagógica e à continuidade das aprendizagens dos estudantes. As temáticas estão pautadas nas questões pedagógicas, principalmente com relação ao planejamento de ensino, ao plano de aula, às adequações metodológicas e à avaliação.

Entre as práticas desenvolvidas neste NRE, está o acompanhamento pedagógico desenvolvido nas unidades. Para que esse acompanhamento se efetive, as pedagogas de referência separam as duas primeiras semanas de cada mês para elas irem às escolas, com pautas formativas específicas. Essas pautas formativas são momentos de estudo e reflexão que acontecem nas unidades. Participam dessa pauta as equipes gestoras da unidade.



As pautas são enviadas previamente para as escolas, a fim de que as equipes gestoras se organizem, antecipadamente, para o momento de acompanhamento mensal. Visando garantir o acompanhamento pedagógico efetivo nas unidades, as pedagogas do NRE-MZ podem fazê-lo tanto no período da manhã quanto da tarde, pois em algumas escolas as pedagogas mudam conforme o turno.

As pautas são elaboradas conforme a especificidade e necessidade pedagógica de cada unidade, contemplando as modalidades e ofertas da escola: Educação Integral em Tempo Ampliado, Educação Infantil, EJA e Educação Especial.

Nas pautas de acompanhamento mensal, oportunizam-se diversas estratégias, pautadas nos documentos norteadores da RME de Curitiba. Reflete-se sobre possibilidades de elaboração de registros próprios de acompanhamento, valorizando a autonomia da escola e a autoria profissional, fortalecendo a identidade da equipe da escola e qualificando suas ações. Todos os acompanhamentos mensais são registrados pela pedagoga de referência, em caderno próprio da unidade. Esse caderno descreve o percurso individual de cada unidade.

Na terceira semana do mês, as pedagogas de referência organizam os seus momentos de estudo e planejamento de seus fazeres pedagógicos. Já na quarta semana do mês, acontecem as formações específicas ofertadas pela equipe multidisciplinar aos diferentes públicos: professores, pedagogos, diretores.

Os assessoramentos para a equipe pedagógica das escolas acontecem em dois momentos mensais junto com o NRE-MZ: um na unidade, durante a pauta formativa; outro na regional, com formação específica. A equipe pedagógica do NRE-MZ organiza os momentos formativos que visam auxiliar nos processos de gestão e organização do trabalho pedagógico, em consonância com as políticas educacionais vigentes.

A equipe multidisciplinar acompanha e orienta os processos das avaliações dos estudantes nas unidades educacionais, por meio do planejamento de ensino, do plano de aula e dos conselhos de classe, orientando



e sensibilizando acerca da importância da equipe gestora da unidade e professores participarem das formações ofertadas pelo NRE.

O chefe de NRE, a articuladora pedagógica e a assistente pedagógica atendem todas as unidades, juntamente com todos da equipe multidisciplinar do NRE-MZ. A articuladora pedagógica faz o acompanhamento pedagógico de todos os integrantes da equipe multidisciplinar, alfabetizadoras de Língua Portuguesa e Matemática, pedagogas de referência das unidades, pedagogas do DIAEE, professora representante do Programa Linhas do Conhecimento, coordenadora da Rede de Proteção, gestora da informação e representante da aprendizagem criativa, no acompanhamento da gestão e na implementação das políticas educacionais vigentes para organização do trabalho pedagógico nas unidades educacionais.

As alfabetizadoras de Língua Portuguesa e Matemática realizam a formação Integrando Saberes durante o ano, cada uma em sua área de atuação, com os professores e pedagogas. Acompanham também as permanências dos docentes nas escolas, com reflexão e apontamentos sobre os planejamentos de ensino e planos de aula desenvolvidos e orientam nas adequações metodológicas, a fim de qualificá-los. As pedagogas do Departamento de Inclusão e Atendimento Educacional Especializado (DIAEE NRE-MZ) acompanham as crianças e os estudantes de inclusão, atendem as famílias fornecendo as informações, sempre que necessário, sobre cada um deles, suas evoluções, seus encaminhamentos e suas necessidades.

Participam das constantes formações do departamento, bem como auxiliam os professores nas adequações pedagógicas.

As aulas de campos locais, rotas e propostas lúdicas realizadas pela professora representante do Programa Linhas do Conhecimento (PLC) das unidades instigam crianças, estudantes e profissionais a conhecer, cuidar e amar a cidade.

Desenvolvendo ações que vêm ao encontro do planejamento que os professores realizam em sala de aula.

A coordenadora da Rede de Proteção acompanha todos os casos do NRE-MZ, em que é necessária atenção às questões de cuidado e proteção em que os



direitos das crianças e estudantes não estão garantidos ou ameaçados. As unidades são orientadas em como proceder quando os direitos estão sendo negligenciados e quais documentos devem ser preenchidos, entre eles: notificação obrigatória (NO), relatório circunstanciado, Ficha de Comunicação do Educando Ausente (FICA), a fim de encaminhar toda a documentação para os órgãos competentes.

A gestora da informação atua com ações formativas e orientações, junto com os agentes de leitura das unidades escolares, que estão lotados nas bibliotecas escolares e faróis do saber. Realizam assessoramentos para professores e equipes gestoras das escolas e CMEIs, em relação ao trabalho com os livros e a literatura.

A representante da aprendizagem criativa trabalha juntamente com os profissionais das unidades educacionais em processos formativos para a integração das tecnologias nas práticas pedagógicas e a promoção de uma aprendizagem criativa. Para isso, são utilizados diferentes recursos tecnológicos, disponíveis na unidade, para instrumentalização dos profissionais da educação.

A profissional do SERE orienta e auxilia no acompanhamento dos cadastros, regularizações da vida escolar, nos lançamentos de dados referente ao censo, lançamentos de frequências dos estudantes. Registra informações sobre a vida acadêmica dos estudantes matriculados nas escolas e as crianças matriculadas nos CMEIs.

O profissional de Recursos Humanos trabalha junto com as unidades educacionais para sanar as dúvidas em questões de RH, verificando o dimensionamento de profissionais e documentos gerais referentes à gestão de pessoal e comunicando as novas orientações recebidas dos setores responsáveis para os gestores das unidades e todas as ações específicas de sua função.

O profissional de logística, trabalha no acompanhamento das obras previstas, acompanhamento dos serviços terceirizados de limpeza, segurança e alimentação das unidades, atendimento às demandas de materiais e insumos para consumo. Acompanhamento e suporte ao controle do patrimônio,



acompanhamento e suporte às demandas que envolvam telefonia e internet das unidades do NRE-MZ.

A profissional responsável pelo malote no NRE-MZ organiza toda a parte documental entre as escolas, núcleo e SME, registrando no sistema e fazendo a logística dos documentos entre as unidades da regional e da SME.

9.5 AVALIAÇÃO DE SISTEMA: ÍNDICES DE IDEB, PROVA CURITIBA

O NRE-MZ está alinhado à SME de Curitiba em relação à avaliação educacional nas suas dimensões. A avaliação educacional é composta por três dimensões: avaliação de sistema, avaliação institucional e avaliação da aprendizagem. Cada dimensão avaliativa tem um propósito pedagógico em relação ao ensino e à aprendizagem dos estudantes. É necessário o estudo e aprofundamento destas dimensões para que se qualifique o plano de ação da escola, o planejamento de ensino, o plano de aula e as ações formativas nas escolas (CURITIBA, 2020).

Diante dos resultados de cada avaliação realizada nas escolas do NRE-MZ, a equipe multidisciplinar realiza também o (re)planejamento das suas ações pedagógico-administrativas, pautadas nos diagnósticos fornecidos pelas escolas. Esses dados subsidiam os momentos de estudos da equipe multidisciplinar sobre a reflexão da prática pedagógica em relação ao ensino e à aprendizagem dos estudantes.

A Prova Curitiba, de natureza diagnóstica, nos embasa no replanejamento das formações enquanto NRE-MZ na direção que devemos olhar as necessidades formativas de cada escola, a fim de auxiliar as equipes gestoras sobre o (re)planejamento das ações junto com os professores.

Os dados da Prova Curitiba são apresentados a partir da proficiência de cada estudante, agrupados por turma, por escola e depois apresentada à proficiência de toda a regional. Dessa forma, é possível considerar os avanços e o que é necessário retomar na aprendizagem do estudante, pautando-se no Currículo do Ensino Fundamental: Diálogos com a BNCC (2020). O processo de análise e discussão de dados está intimamente articulado ao trabalho



pedagógico dos professores, que precisam estar envolvidos nessas discussões no interior da escola.

Tais dados também auxiliam as equipes gestoras das escolas que, em muitos momentos, precisam rever o seu plano de ação, considerando os resultados da sua unidade.

A equipe multidisciplinar do NRE-MZ, diante também dos resultados da Prova Curitiba, replaneja suas formações e suas pautas formativas individuais e seu plano de ação, a fim de (re)planejar suas ações formativas. Além dos dados advindos da Prova Curitiba, também são considerados os resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) de cada escola.

Todas as dimensões das avaliações educacionais auxiliam os diagnósticos a fim de possibilitar o (re)planejamento das ações formativas no âmbito do NRE-MZ, qualificando as ações pedagógicas, com vistas ao direito de uma educação de qualidade para as crianças e os estudantes.

9.6 ARTICULAÇÃO COM OS PRINCÍPIOS DA RME NA GARANTIA DO DIREITO À APRENDIZAGEM

O NRE-MZ está articulado com os princípios da RME de Curitiba no que tange aos direitos a uma educação de qualidade. Todo o trabalho desenvolvido é pautado na criança e no estudante como centro do processo de aprendizagem. Essa premissa está alicerçada nos documentos norteadores da RME de Curitiba.

As ações pedagógicas desenvolvidas, já descritas, estão articuladas à legislação vigente, que respalda e embasa o trabalho dos profissionais do núcleo enquanto formadores. Dessa maneira, as decisões do cotidiano necessitam ser assertivas e sempre coerentes com práticas pedagógicas, tendo em vista a criança e o estudante como sujeitos de direitos, embasadas nos princípios de equidade e inclusão.

O trabalho formativo, contínuo, orientador e pedagógico que o NRE-MZ desenvolve com os profissionais das escolas visa atender a todos para qualificar o trabalho desenvolvido. Entretanto, a equipe multidisciplinar do NRE-MZ analisa cada uma das unidades de maneira individual. Assim, busca-se estabelecer um



planejamento específico às necessidades das equipes gestoras das unidades (diretora, vice-diretora e pedagogas), professores e funcionários.

O trabalho da equipe do NRE-MZ se baseia no plano de formação anual, que está articulado às formações das equipes gestoras das escolas, relacionado com as pautas formativas que são trabalhadas no ambiente escolar e pensadas individualmente para cada unidade. Em cada assessoramento feito, considera-se o percurso formativo desses profissionais.

Assumimos um compromisso com a educação de qualidade, em que cada criança e estudante deve ter seus direitos garantidos. Esses direitos devem ficar explícitos no cotidiano escolar vivido, em componentes curriculares, práticas educativas, propostas da Educação Infantil, acolhimento, planejamento de ensino e plano de aula, adequação metodológica, atividades diferenciadas e diversificadas, enfim, em todas as propostas do tempo parcial ou integral de tempo ampliado, do começo ao fim da jornada escolar.

As ações (re)planejadas pela equipe multidisciplinar são desenvolvidas a partir dos diagnósticos identificados nas unidades, com o intuito de qualificar as propostas pedagógicas e, conseqüentemente, o trabalho.

9.7 AÇÕES DO NRE-MZ E A PRÁTICA EDUCATIVA REALIZADA NAS ESCOLAS

O direito a uma educação de qualidade é baseado na legislação vigente e nos documentos norteadores da RME de Curitiba. Para que esse direito se concretize, são necessários o embasamento teórico e a reflexão sobre a prática, com vistas ao Currículo do Ensino Fundamental: Diálogos com a BNCC (2020).

A intencionalidade pedagógica só se efetivará verdadeiramente se o espaço educativo se constituir como lugar de reflexão, a partir do planejamento e da avaliação, tendo em vista a busca pela qualidade da escola pública. É necessário considerar sempre o contexto histórico, que acolhe as diversidades sociais e considera suas individualidades e seu coletivo (CURITIBA, 2020).

O NRE-MZ, em parceria com as escolas, atua diretamente com as equipes gestoras na qualificação do trabalho pedagógico a ser desenvolvido cotidianamente. Essa atuação acontece nas formações ofertadas pela equipe



multidisciplinar do NRE-MZ, como pautas formativas e assessoramentos. Dessa forma, visa contribuir com a prática dos profissionais, a fim de qualificar o percurso formativo dos profissionais, que impacta diretamente em todo trabalho desenvolvido pela unidade, afirmando sua identidade como uma instituição de educação de qualidade.

Busca-se, em todo trabalho desenvolvido pelo NRE-MZ, a garantia de momentos de discussão e reflexão, nas diferentes ações de acompanhamento, assessoramento, reuniões coletivas e individuais. Nesse sentido, todo o trabalho do NRE fundamenta-se em ações que corroborem para práticas pedagógicas também de qualidade.

9.8 AÇÃO DO NRE-MZ NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

A equipe do NRE-MZ entende a importância da equipe gestora formadora dentro da escola como fundante para o desenvolvimento e qualificação dos profissionais, que devem ter suas práticas articuladas aos princípios da SME.

Para que tenhamos equipes gestoras formadoras atuantes (diretora, vice-diretora, pedagogas e professora articuladora do integral do tempo ampliado), precisamos constantemente estar junto com elas para alinharmos o direcionamento dessa qualificação profissional, seja na formação que acontece na própria escola ou fora do ambiente escolar.

A intenção da formação é dar subsídio para superar as necessidades formativas de cada profissional, contribuindo na sua vereda formativa.

Todas as formações realizadas pelo NRE-MZ são pensadas diante aos contextos escolares apresentados, estudados e refletidos em conformidade com a documentação da SME. Dessa forma visa fortalecer as práticas pedagógicas exitosas dos profissionais. Toda a ação formativa NRE-MZ visa o aprimoramento na ação- reflexão-ação das equipes escolares.

A equipe pedagógica do NRE-MZ, todo início de ano, reescreve seu plano de curso, com estratégias formativas voltadas diretamente às equipes gestoras das escolas, no intuito de aprofundar o conhecimento com base nos documentos oficiais, Currículo do Ensino Fundamental: Diálogos com a BNCC



(2020) da RME de Curitiba. O trabalho formativo das alfabetizadoras é diretamente com os professores regentes, corretores e pedagogas. Todos os profissionais das escolas são atendidos em suas necessidades formativas.

Outros assessoramentos também acontecem nas unidades educativas pelo DIAEE, em salas de aula com os professores ou com equipes gestoras, direcionadas ao estudante e à criança de inclusão, em relação às adequações pedagógicas, com diversas orientações.

As formações do NRE-MZ corroboram com a fundamentação teórica e a prática pedagógica baseada nos Currículos do Ensino Fundamental, Educação Infantil, Referencial da Educação Integral em Tempo Ampliado, Diretrizes da Inclusão da Educação Especial, Diretrizes Curriculares Municipais de Educação Ambiental.

Investindo na qualificação profissional, o NRE-MZ está em sintonia com a RME de Curitiba e afirma que as formações ofertadas vêm ao encontro da valorização dos profissionais e suas práticas exitosas, fortalecendo os estudos sobre os encaminhamentos pedagógicos e trazendo um olhar sensível para as individualidades e para o coletivo.

A formação dos profissionais da educação constitui uma necessidade e oportunidade para o desenvolvimento profissional e pessoal, pois contribui para o seu contexto profissional, no local onde está inserido. As ações formativas, desenvolvidas nas unidades educacionais durante as permanências e a organização da Semana de Estudos Pedagógicos (SEP), fortalecem esses momentos de estudo sistematizados e compõem o desenvolvimento profissional. Todo esse processo de desenvolvimento profissional e pessoal qualifica as ações pedagógicas dos profissionais no interior das unidades educativas (CURITIBA, 2022).

9.9 . PROGRAMAS E PROJETOS NAS ESCOLAS DO NRE

Os programas e projetos desenvolvidos nas unidades educacionais visam fortalecer a aprendizagem de todos os estudantes. Eles fazem parte do plano de ação das escolas, sendo acompanhados pela equipe pedagógica do NRE-MZ e com possíveis alterações, conforme a necessidade pedagógica.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
ESCOLA MUNICIPAL BATEL – EIEF

Cada programa/projeto coaduna com o Currículo do Ensino Fundamental: Diálogos com a BNCC (2020) da SME de Curitiba, articulados com uma aprendizagem que inova, trazendo oportunidades na busca de uma educação transformadora.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
ESCOLA MUNICIPAL BATEL – EIEF

Projeto/Programa	Descrição	Setor responsável na SME	NRE	Escolas participantes
Apoio Pedagógico LEIA + extensão	O projeto visa atender os estudantes, na extensão de carga horária (1 hora) manhã e tarde, que necessitam de auxílio na alfabetização nos componentes de Língua Portuguesa e Matemática, nos ciclos I e II, com grupos de 12 a 15 estudantes.	CEFAR	Matriz	EM Professor Brandão-EIEF EM Batel - EIEF EM Mirazinha Braga - EIEF
Apoio Pedagógico LEIA + em contraturno	O projeto visa atender os estudantes no contraturno de manhã e de tarde, divididos em grupos de 12 ou 15, organizados antes e depois do recreio. Estudantes que necessitam de auxílio na alfabetização nos componentes de Língua Portuguesa e Matemática, nos ciclos I e II.	CEFAR	Matriz	EM Caramuru - EIEF
Agrinho	Agrinho é um programa de responsabilidade social do Sistema FAEP, resultado da parceria entre o SENAR-PR, FAEP e o governo do Estado do Paraná, mediante as Secretarias de Estado da Educação e do Esporte, da Agricultura e do Abastecimento, da Justiça, Família e Trabalho e do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo, bem como com a colaboração das Prefeituras municipais e diversas empresas e instituições públicas e privadas.	SGE	Matriz	EM Irmãos Rebouças - EIEF
Canto Coral	O projeto desenvolve a musicalidade e contribui para a educação vocal dos estudantes, além disso, proporciona a	Coordenadoria de Projetos –	Matriz	EM Mirazinha Braga - EIEF



CURITIBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
ESCOLA MUNICIPAL BATEL – EIEF

	ampliação musical e a prática vocal em grupo dos coralistas e promove ações que contribuam para a formação musical e o desenvolvimento profissional dos regentes.	Gerência de Projetos Educacionais		
Escolas Criativas	O programa Escolas Criativas, que conta com o apoio da Fundação Lemann e da Fundação LEGO, incentiva a adoção sustentável de práticas mais criativas, mão na massa e outras relevantes para os estudantes em escolas públicas do Brasil.	Gerência e Inovação Pedagógica	Matriz	EM Mirazinha Braga - EIEF EM Caramuru - EIEF
Fala Curitibinha/Curitibano	Busca promover momentos de participação cidadã, por meio da identificação e apontamento de estratégias para solução de um problema do/no contexto escolar, os quais, posteriormente, são expostos em um espaço público de diálogo com autoridades e gestores da Prefeitura Municipal de Curitiba (PMC), da SME e do Instituto Municipal de Administração Pública (IMAP). O Projeto Fala Curitibinha/Fala Curitibano é destinado a estudantes é destinado às crianças do Pré II, 4º, 5º e 8º anos do Ensino Fundamental, EJA e Educação Especial.	Linhas do Conhecimento	Matriz	EM Noely Simone de Ávila - EIEF
Fanfarra	O projeto Fanfarra permite ao estudante entrar em contato com a educação musical e com instrumentos musicais, como bombo, caixa, surdo, prato e lira, proporcionando conhecimento teórico desta arte.	Coordenadoria de Projetos – Gerência de Projetos Educacionais	Matriz	EM Mirazinha Braga - EIEF



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
ESCOLA MUNICIPAL BATEL – EIEF

Futsal	O trabalho com o futsal é realizado de forma recreativa e competitiva, desenvolvendo consciência participativa, cooperativa e solidária, portanto, cidadã. Além disso, oportuniza-se a sociabilidade, o amadurecimento emocional e psicomotor do indivíduo, favorecendo o aprendizado do saber ganhar e saber perder, do repartir, do organizar, do liderar, do persistir e do ser responsável. Nesse sentido, o futsal atua como um aliado na educação, visando melhorias no ensino- aprendizado dos estudantes e oportunizando sua participação em torneios e competições.	Coordenadoria de Projetos – Gerência de Projetos Educacionais	Matriz	EM Professor Brandão - EIEF
Guarda Mirim	Programa para crianças e adolescentes, elaborado pela Secretaria Municipal da Defesa Social (SMDS), em parceria com a Secretaria Municipal da Educação. As atividades pedagógicas e lúdicas do Programa são realizadas em contraturno escolar. É coordenado e executado por guardas municipais qualificados. Visa contribuir para que os estudantes assumam seu autodesenvolvimento, especialmente do caráter, ajudando a desenvolver suas potencialidades físicas, intelectuais, sociais, afetivas e espirituais, para o exercício da cidadania, tornando- os cidadãos disciplinados, responsáveis, atuantes na sua comunidade.	Coordenadoria de Projetos – Gerência de Projetos Educacionais	Matriz	EM Mirazinha Braga - EIEF



CURITIBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
ESCOLA MUNICIPAL BATEL – EIEF

Projeto Hortas Escolares, Pomares e Jardins de Mel	Visa desenvolver ações de educação ambiental e alimentar em pequenos espaços e terrenos localizados nas unidades educacionais municipais de Curitiba, a fim de promover a conscientização de crianças, estudantes e professores para a importância da alimentação saudável e do cultivo de alimentos em hortas urbanas. O projeto é desenvolvido em parceria com a Secretaria Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (SMSAN) e promove a formação de professores, suporte técnico e pedagógico durante o desenvolvimento da proposta.	Linhas do Conhecimento	Matriz	EM Mirazinha Braga - EIEF
Projeto Educação Para o Empreendedorismo Sustentável - Jovens Empreendedores Primeiros Passos (JEPP)	O projeto Jovens Empreendedores Primeiros Passos (JEPP), desenvolvido em parceria pelo SEBRAE e SME, por meio do Programa Linhas do Conhecimento, tem o intuito de fomentar a cultura empreendedora, incentivando a autonomia dos estudantes na gerência da própria vida e na busca de suas aprendizagens. Nesse sentido, trabalha noções de empreendedorismo e educação financeira de maneira lúdica. Na RME de Curitiba, participam do projeto escolas que atendem em tempo integral, sendo desenvolvido por professores que atuam na prática de Educação Ambiental. O JEPP também aborda temas transversais ao longo dos nove anos de curso: cultura da cooperação, cultura da inovação, ecossustentabilidade, ética e cidadania. A metodologia é	Linhas do Conhecimento	Matriz	EM Noely Simone de Ávila - EIEF EM Irmãos Rebouças - EIEF EM Batel - EIEF EM Mirazinha Braga - EIEF



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
ESCOLA MUNICIPAL BATEL – EIF

	semiaberta, ou seja, permite que o professor faça adaptações no conteúdo, para adequá-lo à realidade local.			
Jogos Intelectivos	Com a finalidade de estimular o raciocínio lógico-matemático, buscando estratégias de resolução de problemas. A meta do projeto é proporcionar o aumento na capacidade de concentração, no processamento das informações, em particular da memória.	Coordenadoria de Projetos	Matriz	EM Dom Manuel Silveira D'Elboux - EIF
Jornalistas Mirins	A realização do projeto com os estudantes do 1.º ao 9.º ano possibilita a criação e a editoração de jornais para serem publicados e veiculados na internet, no site oficial do projeto: https://extraextra.curitiba.pr.gov.br/ . Os jornalistas mirins, mediados pelos docentes supervisores, podem se manifestar por meio de produções de seu interesse ou elaboradas de forma individual e coletiva, como na produção de entrevistas, anúncios, vídeos, charges, homenagens, entre outros gêneros textuais; permitindo que realizem conexões com outros fatos ou fontes de informação. As atividades desenvolvidas permitem aos envolvidos a reflexão sobre o mundo à sua volta e sobre os assuntos da atualidade, levando-os a analisar as informações, formulando-as com coerência, promovendo o protagonismo e viabilizando o acesso à tecnologia digital.	Gerência de Inovação Pedagógica	Matriz	EM Mirazinha Braga - EIF



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
ESCOLA MUNICIPAL BATEL – EIEF

Justiça e Cidadania também se Aprendem na Escola	Projeto em parceria com o Tribunal de Justiça e tem como objetivo principal conscientizar professores e estudantes (alcançando também seus pais e responsáveis) sobre seus direitos e deveres, mostrando a importância e como exercê-los, bem como promover a integração do Poder Judiciário com a comunidade e ampliando o conhecimento sobre cidadania e justiça. Desenvolvido pela professora do 5.º ano durante o ensino regular	Coordenadoria de Projetos – Gerência de Projetos Educacionais	Matriz	EM Mirazinha Braga - EIEF EM Irmãos Rebouças - EIEF EM Professor Brandão - EIEF
LEIA +	O Programa LEIA+ (Liga pela Equidade, Igualdade e Alfabetizações) tem como objetivo desenvolver ações que permitam consolidar a equidade como um princípio de gestão educacional, promovendo reflexões e práticas à garantia do acesso, da permanência e da aprendizagem em percursos exitosos e de protagonismo, a todos e a cada um dos estudantes e das crianças matriculadas nas unidades educacionais participantes.	CEFAR	Matriz	EM Noely Simone de Ávila - EIEF EM Irmãos Rebouças - EIEF
Maestro da Bola	Consiste em oferecer atividades gratuitas na modalidade de futebol/futsal para crianças e adolescentes de 07 a 14 anos, prioritariamente matriculados na Rede de Ensino Pública (priorizando àqueles em condições de vulnerabilidade social).	Coordenadoria de Projetos – Gerência de Projetos Educacionais	Matriz	EM Noely Simone da Ávila - EIEF
PROERD	Os estudantes do 5.º ano são atendidos semanalmente por um Policial Militar, que desenvolve atividades pedagógicas	Coordenadoria de Projetos –	Matriz	EM Mirazinha Braga - EIEF



CURITIBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
ESCOLA MUNICIPAL BATEL – EIEF

(Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência)	visando ao fortalecimento de vínculos, noções de cidadania e o fortalecimento de competências sociais que previnam a violência e o uso e abuso de drogas. Recebem uma cartilha e a intervenção pedagógica dos policiais, ocorre por meio de uma proposta de trabalho e metodologia diferenciadas em sala de aula, no período regular.	Gerência de Projetos Educacionais		
Programa Defesa Civil na Educação – Conhecer para Prevenir (CPP)	O Programa é desenvolvido em parceria entre a Secretaria de Defesa Social e a Secretaria Municipal de Educação. Tem como objetivo preparar os estudantes por meio de ações educativas a adotarem uma postura correta em situações de risco, evitando acidentes e minimizando danos em casos de catástrofe e prevenindo contra as principais adversidades presentes na vida urbana e que podem ser hipóteses do cotidiano. Participam todos os estudantes de todas as escolas.	Coordenadoria de Projetos – Gerência de Projetos Educacionais	Matriz	EM Dom Manuel Silveira D’Elboux - EIEF EM Batel - EIEF EM Mirazinha - EIEF EM Noely Simone de Ávila - EIEF EM Caramuru - EIEF EM Professor Brandão - EIEF EM Irmãos Rebouças - EIEF
Programa Curitibinhas na Inclusão, Bullying não!	O Programa Curitibinhas na Inclusão, Bullying não! busca a mitigação de ações de intimidação sistemática, conforme a Lei n.º 13.185, que caracteriza o bullying como uma violência física ou verbal com intenção de intimidar, humilhar, maltratar, menosprezar de modo repetitivo e persistente. O objetivo	DIAEE	Matriz	EM Dom Manuel Silveira D’Elboux - EIEF EM Batel - EIEF



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
ESCOLA MUNICIPAL BATEL – EIEF

	fundamental deste programa, é proporcionar o conhecimento sobre o que é o bullying, o que caracteriza esse fenômeno e suas consequências para que, desse modo, sejam desenvolvidas ações preventivas a essa prática.			EM Mirazinha – EIEF EM Caramuru - EIEF EM Irmãos Rebouças - EIEF EM Noely Simone de Ávila - EIEF EM Professor Brandão - EIEF
Programa Linhas do Conhecimento	A partir dos objetivos e princípios do programa, são desenvolvidas propostas lúdicas, ações de ampliação cultural e aulas de campo, ampliando e explorando os territórios educativos da cidade. Tais iniciativas são aliadas, ainda, ao processo de formação continuada dos docentes da RME de Curitiba.	Linhas do Conhecimento	Matriz	EM Dom Manuel Silveira D'Elboux – EIEF EM Batel - EIEF EM Mirazinha - EIEF EM Caramuru - EIEF EM Noely Simone de Ávila - EIEF EM Irmãos Rebouças - EIEF
Programa Sala de Recursos Multifuncional	O programa tem como principal objetivo a aquisição de materiais didáticos e pedagógicos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, para atender às especificidades pedagógicas dos estudantes da Educação Especial,	DIAEE	Matriz	EM Irmãos Rebouças - EIEF



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
ESCOLA MUNICIPAL BATEL – EIEF

	matriculados em classes comuns das escolas públicas do Ensino Regular das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal, conforme disposto na Resolução n.º 15, de 7 de outubro de 2020			
Punhobol	A metodologia do minipunhobol com progressões utiliza quadras minimizadas, conseqüentemente trouxe a ampliação da área de jogo de acordo com o processo de desenvolvimento. São também utilizadas bolas mais leves, que representam o nível de jogo dos estudantes. A possibilidade de praticar o punhobol de forma reduzida e com materiais adequados para o ensino torna possível aos estudantes a execução dos fundamentos, proporcionando motivação, pois eles terão êxito e prazer nas atividades.	Coordenadoria de Projetos	Matriz	EM Dom Manuel Silveira D'Elboux - EIEF EM Mirazinha Braga - EIEF
Projeto ESPORTE NO LEIA+	O projeto “Esporte no LEIA+” visa prestar atendimento a crianças e adolescentes, por meio de atividades sistemáticas, no contraturno escolar, em diferentes modalidades esportivas e tem por objetivo o desenvolvimento do acervo motor, socialização, melhoria da qualidade de vida, aprimoramento de técnicas e táticas esportivas e conseqüentes transformações dos participantes, incentivando valores olímpicos.	CEFAR	Matriz	EM Noely Simone de Avila – EIEF (POLO AQUÁTICO/INICIAÇÃO) EM Irmãos Rebouças - EIEF (VELÓDROMO)
PROFESP	Projeto em parceria com a Aeronáutica e o Exército, onde os estudantes vão até o espaço do CINDACTA ou 20.º BIB para	Coordenadoria de Projetos –	Matriz	EM Brandão - EIEF



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
ESCOLA MUNICIPAL BATEL – EIEF

(Programa Forças no Esporte)	praticar esportes. Questões de educação e organização são trabalhados com os estudantes, além de fornecerem alimentação para todos que participam das atividades. É um projeto com grande ganho pedagógico, pois eles aprendem questões além daquelas que são aprendidas na escola.	Gerência de Projetos Educacionais		
Rádio Escola	O projeto oportuniza aos estudantes, do 1.º ao 9.º ano, o contato com a produção radiofônica promovendo o desenvolvimento de um sujeito ativo de sua própria comunicação, proporcionando aos estudantes alternativas para o desenvolvimento de suas potencialidades de expressão verbal e escrita; de como utilizá-las com maior eficácia, de forma crítica, significativa e ética, em práticas sociais; incentivando a pesquisa e a leitura sobre assuntos da atualidade; fomentando a produção de diferentes gêneros radiofônicos e o protagonismo juvenil.	Gerência de Inovação Pedagógica	Matriz	EM Dom Manuel da Silveira D'Elboux - EIEF
Tênis	O trabalho do tênis, por meio da iniciação com o minitênis auxilia no desenvolvimento de habilidades motoras dos estudantes, como a coordenação, as habilidades óculo-pedais, o aprimoramento de noção espaçotemporal, como também auxiliam no desenvolvimento físico, como a melhora da resistência cardiorrespiratória, flexibilidade, força e velocidade. As atividades propostas têm a preocupação de	Coordenadoria de Projetos – Gerência de Projetos Educacionais	Matriz	EM Batel - EIEF EM Mirazinha Braga - EIEF EM Dom Manuel Silveira D'Elboux - EIEF



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
ESCOLA MUNICIPAL BATEL – EIEF

	respeitar os limites maturacional e físico dos estudantes, tornando-se um aliado no desenvolvimento da criança.			
Xadrez	O objetivo do projeto de xadrez, nas escolas municipais, é inseri-lo no processo de ensino-aprendizagem, visando preparar o estudante para que seja capaz de tomar decisões em situações que exijam o raciocínio rápido. Além disso, a prática do xadrez desenvolve habilidades como: memória, concentração, planejamento e tomadas de decisões, o que possibilita aos nossos estudantes a participação de sucesso em torneios e campeonatos de xadrez.	Coordenadoria de Projetos – Gerência de Projetos Educacionais	Matriz	EM Dom Manuel Silveira D'Elboux - EIEF



CURITIBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
ESCOLA MUNICIPAL BATEL - EIEF

A equipe pedagógica do NRE-MZ incentiva os projetos/programas entendendo a importância de ampliar o tempo e o acesso a diferentes ambientes educativos dos estudantes e das crianças na escola.

Acompanha os mesmos primeiramente no plano de ação das unidades e posteriormente, nas idas nas escolas quando são desenvolvidos, pois reiteramos a importância deles para fortalecer a aprendizagem de qualidade.

10 CONTEXTO EDUCACIONAL DA ESCOLA MUNICIPAL BATEL - EIEF

10.1 IDENTIFICAÇÃO

10.1.1 Nome da instituição:

Escola Municipal Batel – EIEF

10.1.2 Endereço completo:

Rua Desembargador Motta, 2082 – Centro – Curitiba – Paraná

10.1.3 Telefone:

(41) 3324-1321

10.1.4 E-mails:

embatel@sme.curitiba.pr.gov.br / embatel@educacao.curitiba.pr.gov.br

10.1.5 Equipe gestora:

Diretora: Débora Fernanda Bessa Erthal

Vice-diretora: Ana Paula Taschetto Bueno

Pedagoga: Wlasta Maria Curi Staben de Moura Leite

10.2 CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR / QUESTIONÁRIO ESPECÍFICO

Foram 414 questionários enviados para todas as famílias dos estudantes no final de 2022 via *GOOGLE FORMS*, sendo obtido um total de 171 famílias que responderam.



Por meio dos dados obtidos dentre as 171 famílias que responderam ao questionário, vários deles necessitam de um olhar diferenciado por parte da equipe diretiva, pedagógica e docente da unidade como base para ações presentes e futuras, dentro os quais podemos citar: o bairro onde residem, renda familiar, local de origem das famílias, acesso a bens e serviços, programas culturais e/ou de lazer.

Há grande diversidade quanto ao local de moradia e origem dos estudantes (diferentes bairros, cidades, países...) que ao longo dos anos constituem-se em características predominantes da unidade escolar.

Outros dados significativos são: a maioria dos pais/responsáveis declara possuir curso superior completo, no que se refere ao nível de escolarização das famílias, e as diferentes formas de contato com o mundo da escrita, bem como o que se refere a inclusão quanto ao motivo pelo qual as famílias escolheram a nossa escola, constituem-se elementos importantes para o detalhamento das ações pedagógicas.

Percebe-se assim que, nossa escola, para além do atendimento a comunidade do entorno, atende também filhos de trabalhadores do comércio da região central da cidade que, acompanham seus pais ao trabalho e permanecem ali até o horário de início da aula no período da tarde ou após o horário de aula, no caso dos estudantes da manhã.

Outro item que chama atenção tem relação com a atividade desenvolvida pelo estudante no período contrário de aula. A maioria fica em casa na companhia de um adulto. Outros frequentam projetos de contraturno, acompanham os pais ou responsáveis ao trabalho, praticam esportes. Ainda alguns ficam sozinhos, sendo casos devidamente acompanhados pelos órgãos competentes.

Praticamente 94% das nossas famílias expressaram no questionário entender a importância e acompanhar as tarefas de casa dos filhos.

Desta forma, a equipe pedagógica administrativa e professores da Escola Municipal Batel – EIEF definem que a tarefa de casa fará parte do cotidiano escolar dos nossos estudantes, com o claro objetivo de contribuir na formação de hábitos de estudos e desenvolvimento da autonomia do educando. Desta forma, o coletivo de profissionais prezarão pela qualidade das atividades



propostas, bem como que essas sejam de domínio e/ou conhecimento prévio do estudante, em quantidade adequada a faixa etária/ano de escolarização, sendo enviada para casa de duas a três vezes na semana para os estudantes do Ciclo I e três vezes, para os estudantes do Ciclo II.

Os diferentes impactos destas realidades constituem-se em desafios permanentes a educação tendo por foco a construção dos saberes academicamente construídos considerando os conhecimentos prévios dos estudantes sobre o meio que os cerca.

10.3 HISTÓRICO DA UNIDADE

10.3.1 Atos normativos de criação e denominação da escola

A Escola Municipal Batel – EIEF, foi criada e denominada por Decreto Municipal nº 1.975, de 12 de setembro de 2011, publicado em Diário Oficial Municipal nº 99, de 29 de dezembro de 2011.

O seu funcionamento foi autorizado através da Resolução nº 71, de 02 de julho de 2012, publicado em Diário Oficial Municipal nº 50, de 05 de julho de 2012, para a oferta a Educação Básica nas etapas da Educação Infantil - Pré-Escola e do Ensino Fundamental - Ciclo I e Ciclo II/anos iniciais.

10.3.2 Histórico da instituição

A instituição está normatizada para atender a Educação Básica nas etapas da Educação Infantil (Pré-Escola) e do Ensino Fundamental - Ciclo I e Ciclo II/Anos Iniciais. O Ensino Fundamental obrigatório de 9 (nove) anos, com oferta dos 5 (cinco) Anos Iniciais organizados em dois ciclos, Ciclo I: 1.º, 2.º e 3.º ano e Ciclo II: 4.º e 5.º ano.

Desde a sua criação até o ano de 2017, a Escola Municipal Batel - EIEF, compartilhou espaço, por meio de dualidade administrativa, com o Colégio Estadual Dezenove de Dezembro que foi gradativamente fazendo a cessação das atividades do Ensino Fundamental nos Anos Finais.

Em 2012, 2016 e 2017 a escola atendeu turmas de **Educação Infantil**, mas sem demanda significativa a instituição atendeu nos últimos anos apenas os Anos Iniciais do Ensino Fundamental.



A escola iniciou em 2015 o atendimento no turno da manhã com duas turmas do Ciclo II (4.º e 5.º ano) respondendo a uma necessidade da comunidade do entorno, cujos filhos vinham sendo atendidos pela Escola Municipal Brandão - EIEF, além de famílias que migraram do sistema privado para o público e outras que optaram por rematricular seus filhos no período da manhã.

Em 2018 e 2019, a unidade escolar funcionou com turmas dos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos turnos da manhã e tarde, bem como projetos de contraturno.

Em 2020, a escola funcionou presencialmente até meados de **março**, quando iniciou suas atividades do ensino remoto devido a pandemia da COVID-19, retornando em ensino híbrido no 2.º semestre de 2021 e depois no ensino presencial.

Neste período foram realizadas atividades complementares com base nas videoaulas realizadas pela SME, reuniões com professores, por meio de videochamadas, (via MEET, ZOOM, entre outras plataformas) de cunho administrativo e pedagógico e momentos formativos com a implementação do novo currículo em 2020, bem como os Cadernos de Transição de 2020/2021 e 2021/2022.

Com relação as famílias foram atendidas também como reuniões via plataformas digitais, telefonemas, entrega de kits pedagógicos e de alimentação, com a busca constante por famílias e estudantes que não estavam atendendo as solicitações da escola: busca e entrega de atividades, ausência de contato, entre outras situações.

Ainda neste período, houve a criação de bibliotecas clicáveis objetivando o acesso virtual a diferentes materiais: livros, revistas, artigos científicos. Além dos profissionais da unidade, são beneficiadas as famílias dos estudantes do 1.º a 5.º ano do ensino fundamental. O material catalogado embasa tanto as atividades desenvolvidas pelos professores quanto serve para os estudantes e suas famílias pesquisarem temas relacionados as atividades complementares. De acordo com a comunidade escolar as bibliotecas clicáveis facilitam práticas e possibilitam pesquisas do modo rápido e fácil funcionando como legado as gerações futuras.



Em 2022, a maioria dos estudantes retornou ao ensino presencial, sendo que alguns devido a condições de saúde permaneceram no remoto ou faziam atendimento domiciliar. Foram igualmente atendidos pela escola com atividades e/ou reuniões com professores de atendimento pedagógico domiciliar.

Ainda em 2022 recebemos um enxoval completo com jogos, materiais diversificados, Farolzinho Móvel e tablets para cada profissional da educação e a introdução do RCO (Registro de Chamada Online).

Com relação ao espaço da Biblioteca a unidade possuía uma sala organizada para a biblioteca onde os professores regentes e os demais profissionais faziam uso com os alunos no início do funcionamento da escola. Mas, em abril de 2014 conforme orientação da Gerência de Faróis do Saber e Bibliotecas, passou a contar com a presença de uma Agente de Leitura na mesma. Nesse período, a profissional desenvolveu atividades de leitura e empréstimos a todos os alunos da unidade.

Em 2015, a unidade recebeu uma profissional para atuar no turno da manhã, atendendo as demandas das turmas iniciadas nesse período, com atividades culturais e pedagógicas, além de realizar empréstimos semanais para os alunos. O acervo da unidade está sendo gradualmente ampliado. Atualmente a escola conta com uma profissional atuando pela manhã e outro à tarde atendendo aos estudantes em horários específicos para tal.

Em 2022 a Biblioteca foi denominada ZILDA ARNS, por votação, em função de sua atuação em causas humanitárias, especialmente a infância e sua ampla visão de mundo.

Desde 2014, a instituição tem ofertado Apoio Pedagógico em contraturno escolar para os estudantes com dificuldades de aprendizagem apontados em Conselho de Classe Final com progressão com apoio e os estudantes advindos de outras instituições, municípios, outros estados e que também apresentem dificuldades de aprendizagem.

Esse projeto atende, também, demandas relativas a estudantes migrantes recém-chegados ao nosso país e que não dominam o nosso idioma. Nesses casos, o objetivo é colocá-los o máximo de tempo possível em contato com falantes de Língua Portuguesa, proporcionando letramento além de ir inserindo-os na cultura da escola, cidade e país. Todos os alunos atendidos no Apoio



CURITIBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
ESCOLA MUNICIPAL BATEL - EIEF

Pedagógico, possuem um Plano de Apoio Individual construído e alimentado durante o ano pelas professoras regentes, corregentes e do apoio pedagógico, exceto os migrantes que necessitam de adequação curricular dependendo do caso.

Em 2022, a escola realizou Apoio Pedagógico com extensão de carga horária para os turnos da manhã e tarde, tendo por foco jogos educativos.

Ao longo dos anos a escola atende crianças e estudantes público-alvo da educação especial e de imigrantes, sendo atendidos em suas necessidades pedagógicas e buscando a parceria com as famílias e outras instituições conforme o caso.

A escola também vem firmando ao longo desses dois últimos anos uma parceria com o Departamento de Arte (DeArte) da Universidade Federal do Paraná (UFPR), e buscando estruturar de forma definitiva esse trabalho com o intuito de oferecer no período de aula, especificamente nas aulas de Arte, a introdução a musicalização por meio do contato com diferentes instrumentos musicais e história da música ao longo dos anos. Esse trabalho é feito pelos estudantes do curso de Música da UFPR, orientados por seus professores.

10.4 OS TERRITÓRIOS, OS ESPAÇOS E OS TEMPOS DA ESCOLA

Com relação aos espaços, nossa escola conta com 7 salas de aula, onde funcionam 14 turmas. 1 laboratório de informática, 1 Biblioteca, 1 pátio coberto, 1 pátio externo, 1 sala de Educação Física, 1 Almojarifado Pedagógico, 1 Almojarifado com Materiais Pedagógicos, 1 Cozinha, 1 Sala para o Setor Pedagógico, 1 Secretaria, 1 Sala para documentação (arquivo-morto), um parquinho com areia e brinquedos, 1 Sala para Professores, 1 banheiro feminino infantil, 1 banheiro masculino infantil, 3 banheiros para adultos, 1 minicozinha para professores e demais funcionários. A unidade não possui banheiro exclusivo para estudantes com necessidades especiais e utiliza, se necessário, em conjunto com a Unidade CDP Professora Elizete Lucia Moreira Matos (Polo UAB Curitiba), assim como o elevador acessível.

Os espaços são utilizados pelos profissionais da educação conforme a destinação (espaços de armazenamento) ou de acordo com os planos de aula



realizados pelos mesmos e revisados pelo setor pedagógico, e ainda, o uso de acordo com as necessidades pedagógicas da unidade escolar.

10.4.1 Características do entorno

Em nossa escola, situada no centro da cidade, a exploração do entorno constitui-se em riquíssima oportunidade para a construção do conhecimento, agregando saberes, ampliando as visões de mundo por meio das diferentes dimensões do letramento e instiga a formação do pensamento acadêmico promovendo a seu modo, justiça social com o acesso democrático e as possibilidades colaborativas e organizativas que esta iniciativa permite.

Temos diferentes espaços públicos e privados, como por exemplo: praças, prédios históricos, livrarias e bibliotecas, estabelecimentos comerciais (lojas, shoppings, restaurantes...) entre outros, que podem e devem ser devidamente explorados em aulas de campo previamente planejadas e organizadas, pois numa cidade educadora como Curitiba que envolve o passado, presente e futuro, faz-se necessário este olhar atento, cuidadoso e responsável com relação aos diferentes contextos nela inseridos.

A participação dos nossos estudantes em eventos de cunho pedagógico e social também se constitui em oportunidades significativas para ampliação das visões de mundo e a construção do conhecimento acadêmico.

Quanto mais conhecermos e interagirmos com nossa cidade mais significativa ela se torna para toda a comunidade escolar.

10.4.2 Diagnóstico do contexto econômico e histórico-cultural da comunidade

Conforme dados apresentados no questionário dirigido às famílias, no que se refere aos aspectos socioeconômicos, 40,9% das famílias tem renda de 1 a 3 salários mínimos e em torno de 11% a renda mensal é de até um salário mínimo. Temos também as famílias cuja renda é entre 3 a 5 salários mínimos, sendo 34,5% do total e ainda as que possuem renda com mais de 5 salários mínimos que se constituem em 13,5%.



O cinema possui destaque nas atividades culturais para a maioria das famílias. Parques, praças e outros espaços públicos aparecem em menor número.

A maioria das famílias afirma ter contato com material escrito, especialmente livros de literatura e assim sendo, acompanha as tarefas de casa enviadas pela escola.

Neste cenário, os desdobramentos de ações devem concentrar-se nas possibilidades intra e extra escolares, para além dos muros da escola: parques, praças, museus, exposições e eventos de cunho pedagógico, bibliotecas, entre outras, considerados estes espaços como educativos e assim ampliando as visões de mundo, repertório cultural e ampliação vocabular, dentro dos microuniversos que estes espaços oferecem.

Deste modo, acreditamos que o impacto no processo de ensino-aprendizagem é extremamente significativo, pois os estudantes, sujeitos de direitos, são partícipes na construção da cidadania, nas ações de sustentabilidade e no letramento em diferentes áreas do conhecimento.

Além disso, faz-se necessário retomar a vinda de autores literários na unidade, bem como cientistas e outros profissionais ou ainda a visita a espaços literários.

10.4.3 Como o tempo escolar é organizado

Considerando os direitos de aprendizagem previstos nas legislações e de acordo com a SME, nossa escola possui 2 Ciclos de Aprendizagem: Ciclo I – 1.º, 2.º e 3.º anos e Ciclo II – 4.º e 5.º anos, com tempos e espaços planejados considerando o desenvolvimento e as necessidades pedagógicas dos estudantes.

Conforme organização pedagógica e orientação legal são ofertadas aulas de 55 (cinquenta e cinco) minutos divididas nas quatro horas de atendimento escolar. Cada turma tem duas aulas de Arte, Educação Física e Ciências e uma de Ensino Religioso, semanais, distribuídas em grade horária. Além de atendimento na Biblioteca para atividades pedagógico-culturais (roda da leitura,



CURITIBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
ESCOLA MUNICIPAL BATEL - EIEF

hora do conto, etc) e empréstimo de livros, bem como Informática, também previsto em grade horária.

O recreio possui atividades como o Cantinho da leitura, baú de brinquedos, jogos, corda, bola e dança, diversificando as opções com brinquedos e brincadeiras.

Os professores regentes ministram aulas de Língua Portuguesa, Matemática, História e Geografia, sendo mais aulas semanais de Língua Portuguesa e Matemática.

10.4.4 Tempo de permanência: organização para planejamento, avaliação e estudos com o acompanhamento do pedagogo

O tempo de permanência caracteriza-se fundamentalmente por estudos, leituras, análise dos resultados obtidos pelas planilhas de aprendizagem construídas na unidade e avaliações de larga escala, bem como discussões sobre a práxis pedagógica coletiva e/ou individual, objetivando reflexões/ações sobre o fazer pedagógico, planejar e replanejar, tomadas de decisão, com a finalidade de aprimoramento na atuação profissional, considerando as especificidades dos estudantes.

Assim sendo, para efetivação de sua viabilidade há um cronograma do setor pedagógico no qual estão contemplados momentos formativos internos e externos: acompanhamento de estudos, planejamento, correção de planos de aula, (replanejamento), assessoramento, permanência concentrada no NRE, assim como participação dos professores em cursos promovidos pela mantenedora.

Nesta perspectiva, o papel do pedagogo como articulador e formador requer organização, conhecimento, parceria com a equipe gestora, professores e demais funcionários, bem como as famílias dos nossos estudantes.

Os momentos formativos envolvendo o Setor Pedagógico e os professores em nossa unidade escolar são constantes, buscando a qualificação do fazer docente e as reflexões para o planejamento e replanejamento: elaboramos diferentes materiais pedagógicos como jogos em diferentes áreas do conhecimento, banco de atividades para estudantes com

deficiência, sequências didáticas com sugestões de atividades, Blocos de textos de Língua Portuguesa, do 2.º ao 5.º ano, criação de bibliotecas clicáveis de Ciências e História, formatação de textos para leitura em casa e posteriormente em sala de aula, repasse dos materiais formativos produzidos pela SME para discussão com as possibilidades de uso, ditados mensais para o acompanhamento dos níveis de escrita dos estudantes, correção dos planos de aula elaborados pelos professores, com acréscimo de sugestões para enriquecimento das aulas.

Assim, as intercorrências oriundas das diferentes demandas são fatores a serem considerados e que interferem na rotina pré-estabelecida de forma significativa, porém não necessariamente determinante para que os momentos formativos nas permanências dos professores ocorram de diferentes maneiras. Os momentos formativos coletivos e/ou individuais via de regra, estão assim descritos mensalmente no cronograma a seguir:

1.ª SEMANA	2.ª SEMANA	3.ª SEMANA	4.ª SEMANA	DIAS “EXTRAS”:
Preenchimento de relatórios junto com os professores: CMAEE, profissionais da área de saúde/ Atendimento a famílias. Professores: Cursos	Correção de planos de aula junto com os professores, com atividades para os diferentes níveis. (quinzenal)/ atendimento às famílias	Estudos: documentos, textos, planilhas, apresentações em power point elaboradas pelo setor pedagógico.	Mapeamento de escrita/ Reuniões com clínicas /atendimento a estudantes: avaliação com pedagoga, estudantes novos.	Formações e reuniões NRE/ MZ, SME, CMAEE, mediações RENASCER.

Sendo um instrumento flexível, temos ainda como atividades: planejamento trimestral, plano de ação, revisão de avaliações trimestrais.

Temos ainda que considerar variáveis que podem interferir no cronograma: faltas, reuniões extraordinárias, situações emergenciais, mudanças de datas de cursos, eventos, entre outros.

10.5 CARACTERIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA INSTITUIÇÃO

O perfil do grupo pode ser assim caracterizado no momento: 1 secretário escolar, 19 professores, 2 pedagogos sendo um por turno, 2 auxiliares de



serviços escolares, 1 funcionário apoio administrativo, 3 funcionários com laudo de saúde, assistente pedagógica, 3 funcionários que trabalham na limpeza, 1 na cantina.

Temos professores com um padrão que atuam em apenas um dos turnos, outros com 1 padrão e atuam em Regime Integral de trabalho (RIT) no turno contrário. 5 profissionais possuem dois padrões e atuam na unidade.

A escola não possui difícil provimento devido ao fácil acesso.

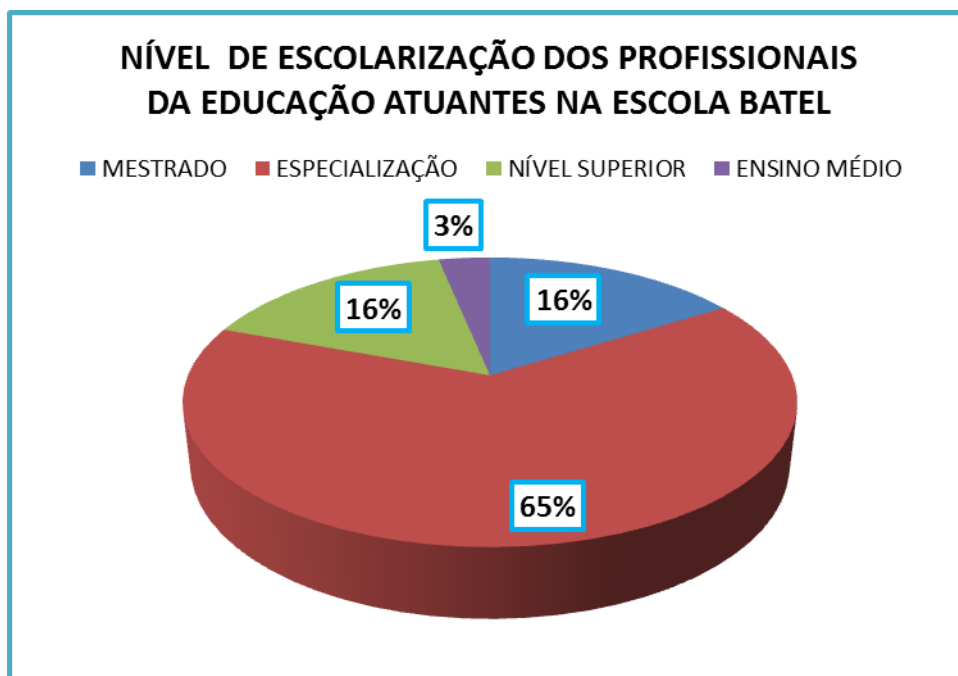
A maioria do corpo docente são mulheres entre 30 e 50 anos. Muitas possuem filhos de variadas idades e outras não possuem filhos.

Nossa unidade escolar conta com 5 profissionais com menos de 5 anos de atuação profissional, 4 profissionais entre 5 e 10 anos, 8 profissionais entre 11 e 20 anos de atuação, 3 profissionais entre 21 e 25 anos de atuação, 2 profissionais entre 30 e 35 anos de atuação e 1 profissional com mais de 40 anos de atuação profissional.

No momento, com o quadro incompleto, contamos com profissionais que fazem Regime Integral de trabalho (RIT) e outros atuam em regime de Processo Seletivo Simplificado (PSS).

Contamos ainda com 8 Profissionais de Apoio que atendem crianças e estudantes com deficiência, conforme as orientações do MEC/DIAEE.

10.5.1 Formação inicial dos profissionais



Conforme o gráfico acima, dentre os profissionais atuantes na escola temos um que possui Ensino médio completo, 5 com curso superior completo, a maioria possui pós-graduação a nível de especialização, 5 com mestrado, dentre eles 2 doutorandos.

Os profissionais da escola são professores e funcionários, a saber: assistente pedagógica, secretários, apoio escolar, apoio administrativo e 20 profissionais da educação.

10.5.2 Plano de desenvolvimento profissional

A LDBEN de 1996, em seu artigo Art. 61 afirma que:

Parágrafo único. A formação dos profissionais da educação, de modo a atender às especificidades do exercício de suas atividades, bem como aos objetivos das diferentes etapas e modalidades da Educação Básica, terá como fundamentos:

I – a presença de sólida formação básica, que propicie o conhecimento dos fundamentos científicos e sociais de suas competências de trabalho;

II – a associação entre teorias e práticas, mediante estágios supervisionados e capacitação em serviço;

III – o aproveitamento da formação e experiências anteriores, em instituições de ensino e em outras atividades.



E em seu artigo 67: cabe aos sistemas de ensino promover “a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público, o aperfeiçoamento profissional continuado e período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga horária de trabalho”.

Assim, tendo o suporte legal, a unidade escolar busca a excelência em qualidade, divulgando e acompanhando os cursos promovidos pela mantenedora, repassando materiais de cursos e refletindo sobre eles, buscando conteúdos digitais em artigos científicos objetivando o aperfeiçoamento profissional.

Entende-se que o professor é sujeito epistêmico, produtor de conhecimentos e cuja responsabilidade no processo de formação é de todos os profissionais, pautado em relações sociais mais coletivas e solidárias.

No Plano de Ação da Escola realizado anualmente, reflete-se coletivamente sobre as necessidades da escola com proposição de novas ações e continuidade de outras, ressignificando espaços/tempos, objetivando a melhoria da escola como um todo.

Assim sendo, o plano de formação da unidade está concentrado em suas práticas pedagógicas analisando-as e revendo-as, se for o caso, sendo discutidas em reuniões, permanências e outros momentos coletivos.

A formação continuada ocorre em todos os espaços/tempos da escola:

- Permanência e hora-atividade: participação em cursos ofertados pela SME, troca de experiências de práticas exitosas com as demais colegas da escola, planejamento, elaboração de avaliações, estudos, entre outros.

- Reuniões pedagógicas: estudos e elaboração de projetos educativos, do projeto político pedagógico, planos de ação, planejamentos anuais e trimestrais, reflexões acerca das práticas desenvolvidas no interior da escola, etc.

- Conselho de Classe: discussões e reflexões acerca dos resultados apresentados com vistas ao replanejamento da ação docente.

- SEP na escola: partindo das necessidades e fragilidades da unidade em relação as questões de ensino-aprendizagem.

Ao longo do ano, estudam-se textos para reflexão e aprimoramento, com o devido registro das discussões e assinatura dos presentes.



É importante ressaltar a caminhada da unidade em relação as adequações metodológicas com base no percurso individual de cada estudante, que vem se intensificando de forma importante, caracterizando o princípio da equidade na prática.

Os profissionais da educação ao realizarem cursos/assessoramentos tem o compromisso do repasse de informações e materiais dos mesmos, socializando os conhecimentos adquiridos, em reuniões pedagógicas ou via digital, para todos os colegas.

Nessa perspectiva, o pedagogo torna-se o principal articulador desse trabalho, ele é “o principal responsável pela organização do trabalho pedagógico na escola [...], assim, o foco de sua ação é o acompanhamento do planejamento e o aporte teórico-metodológico aos professores” (CURITIBA, 2013, p.8, apud SEP, 2014, p. 31), na busca da superação da fragmentação do trabalho pedagógico, reiterando a atuação docente pautada na coletividade.

10.6 ETAPAS E MODALIDADES OFERTADAS

Nossa unidade escolar atende os Anos Iniciais do Ensino Fundamental de 9 anos, do 1.º ao 5.º ano na faixa etária dos 6 aos 10 anos.

10.7 REGIME ESCOLAR

O horário de funcionamento do turno da manhã é das 08h às 12h. No turno da tarde é das 13h às 17h e em tempo integral das 08h às 17h, com jornada de 9 horas, conforme a organização da escola.

No turno da manhã, o horário de recreio para o Ciclo I é das 9h40min às 9h55min. Para o Ciclo II, o horário de recreio é das 9h20 min até às 9h35min.

No turno da tarde o horário de recreio para o Ciclo I é das 15h15min às 15h30min. Para o Ciclo II, o recreio é das 14h55min às 15h10min.

10.7.1 Dias letivos e carga horária anual

Conforme legislação vigente serão considerados 200 (duzentos) dias letivos de efetivo trabalho educacional distribuídos em carga horária anual de



800 (oitocentos) horas, sendo exigida dessa carga horária a frequência mínima de 75% para os estudantes do ensino fundamental e 60% para as crianças da pré-escola.

10.7.2 Calendário Escolar

A elaboração e organização do calendário escolar das Escolas Municipais da Rede Municipal de Ensino de Curitiba – RME considera os dispositivos legais e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que determina a carga horária anual mínima de oitocentas horas, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho educacional/escolar, bem como o tempo reservado para organização administrativo-pedagógica e formação continuada dos profissionais. A Secretaria Municipal da Educação por meio de Instrução Normativa própria instrui a organização e cumprimento do calendário escolar, sendo este encaminhado ao setor responsável para sua aprovação.

10.8 MATRIZ CURRICULAR/CARGA HORÁRIA (ANOS FINAIS E EJA)

Não há oferta para modalidade ANOS FINAIS.

Não há oferta para a modalidade EJA.

10.9 TURMAS E HORÁRIOS (EI, EF, EJA, EE)

Atualmente, a unidade atende 14 turmas, assim distribuídas:

1.º ANO	2.º ANO	3.º ANO	4.º ANO	5.º ANO
3 turmas: uma turma no turno da manhã e duas turmas no turno da tarde.	4 turmas: duas no turno da manhã e duas no turno da tarde.	2 turmas: uma no turno da manhã e outra à tarde.	3 turmas: duas no turno da manhã e uma no turno da tarde.	2 turmas: uma no turno da manhã e outra à tarde.

10.10 PRINCÍPIOS E FINS

A escola municipal, pública e gratuita, é direito da população e dever do Poder Público, tendo por finalidade garantir a aprendizagem de conhecimentos, habilidades e valores na Educação Básica, nas etapas da Educação Infantil e Ensino Fundamental, necessários para a socialização, assegurando ao estudante a formação comum indispensável para o exercício da cidadania.

A escola atenderá ao pressuposto da matrícula compulsória para estudantes com deficiência conforme a legislação vigente.

A escola oferecerá aos seus(as) estudantes ensino com base nos seguintes princípios fundamentais da Constituição Federal e da Estadual, da Lei Orgânica do Município e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei Nº 9.394/96 e do Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069/90 e Legislação do Sistema de Ensino:

- I - igualdade de condições para o acesso e a permanência do aluno na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V - gratuidade do ensino em escola mantida pelo Poder Público Municipal, com isenção de taxas e contribuições de qualquer natureza;
- VI - valorização dos profissionais do ensino, garantida na forma da lei;
- VII - gestão democrática e colegiada no ensino público municipal, na forma da lei;
- VIII - garantia de padrão de qualidade no ensino;
- IX - valorização da experiência extraescolar;
- X - vinculação entre educação escolar, o trabalho e as práticas sociais;
- XI - educação para desenvolvimento sustentável;
- XII - consideração com a diversidade étnico-racial.

Em consonância com o Currículo do Ensino Fundamental: Diálogos com a BNCC (2020) a Escola Municipal Batel - EIEF garante a ação educativa



pautada nos princípios e gestão de uma escola de qualidade para os nossos estudantes, sujeitos de direitos como está abaixo descrito no referido currículo:

O direito à aprendizagem, portanto, democrática, baliza as ações e decisões das escolas da RME. Dessa forma, deve-se asseverar que cada uma, nos seus PPPs e na consolidação de suas propostas educativas, garanta a **equidade** e a **inclusão** como princípios a serem defendidos por todos os envolvidos no processo de ensino e de aprendizagem. (CURITIBA, 2020, p.15)

Equidade: atender cada estudante em suas necessidades pedagógicas é o compromisso da RME e em nossa escola a aplicabilidade do princípio é fortemente trabalhada com todos os profissionais da educação nela atuantes, objetivando a aprendizagem dos nossos estudantes e conseqüente a efetivação da justiça social.

Inclusão: na perspectiva de que todos podem aprender e considerando o direito subjetivo à educação conforme a legislação vigente, a inclusão é ainda um desafio na construção de políticas públicas para a permanência do estudante na escola com qualidade no que se refere a pertença, organização, condições físicas e psicológicas, parceria com as famílias, clínicas, diferentes instâncias da SME e/ou outras secretarias.

10.10.1 Da Instituição

A Escola Municipal Batel - EIEF, caracteriza como função social promover a aquisição e produção do conhecimento. Conforme as discussões realizadas com a comunidade escolar, esse conhecimento é o saber sistematizado, produzido pela humanidade ao longo do processo histórico, cultural e social. Portanto, o conhecimento a ser ensinado pela escola é o conhecimento científico, cultural e das práticas sociais. Assim, é dever da escola garantir a aprendizagem de certas habilidades e conteúdo que são necessários para a vida em sociedade.

A instituição escolar deve realizar ações que promovam a inserção social, buscando oferecer instrumentos que auxiliem na compreensão da realidade local e assim contribuir para participação dos educandos nas relações sociais diversificadas.



A razão pedagógica, a razão didática, está associada à aprendizagem do pensar, isto é, a ajudar os/as alunos(as) se constituírem como sujeitos pensantes (...) Democracia na escola hoje, justiça social na educação, chama-se qualidade cognitiva e operativa do ensino. (LIBÂNEO, 2002, p. 26)

Nossa escola é uma instituição organizada para realização da ação do Estado na efetivação desse direito, oportuniza os saberes elaborados na perspectiva da emancipação social dos sujeitos conduzindo à expansão da cidadania. Temos o desafio e a responsabilidade intransferível de oferecer uma escola de qualidade para todos/as, “conscientes de que a exclusão do processo de escolarização [...] constitui cerceamento do direito de acesso do indivíduo a importantes dimensões da cultura”. (CURITIBA, 2014, p. 11).

A função da escola pública é de possibilitar acesso à emancipação humana e transformação social através da transmissão de saberes historicamente sistematizados pela humanidade. É a socialização do saber sistematizado com o fazer, com que o saber seja criticamente apropriado pelos(as) estudantes; aliar os saberes científicos aos saberes prévios dos estudantes, adotando uma gestão participativa no seu interior e assim contribuir na construção de uma sociedade com igualdade, humanidade e justiça social. Devemos estar atentos a situações de conflitos no ambiente escolar, a fim de desenvolver ações, envolvendo toda comunidade educativa, objetivando a conscientização, prevenção e identificação de práticas de qualquer tipo de discriminação. A escola deve ser um lugar seguro e de acolhimento para todos que dela fazem parte.

Vale ressaltar a reafirmação de ações para conscientização, prevenção, e identificação de possíveis atitudes equivocadas (não condizentes com o Regimento Escolar) na relação entre pares, com professores e demais funcionários com toda comunidade escolar.

Faz necessária a orientação às famílias sobre a internet, pois com relação ao mundo virtual: acesso a sites somente com supervisão de um adulto, conscientização sobre tempo e qualidade do uso, bem como a utilização de mídias sociais e canais de vídeo.

10.10.2 Da Gestão Escolar

Entendemos que um projeto de Gestão Escolar deve ser visto como um processo, constituído de objetivos e meios, que necessitará ser permanentemente revisto a partir das ações cotidianas, da reflexão e do diálogo.

A gestão escolar é um processo que rege o funcionamento da escola, compreendendo a tomada de decisão, planejamento, execução, acompanhamento e avaliação das questões administrativas e pedagógicas, promovendo a participação da comunidade escolar, numa ação democrática. Em decorrência do princípio constitucional da democracia e colegialidade, terá como órgão máximo de direção o Conselho de Escola. SOUZA (2006) afirma que:

A gestão democrática é compreendida então como um processo político através do qual as pessoas que atuam na/sobre a escola identificam problemas, discutem e planejam, encaminham, acompanham, controlam e avaliam o conjunto das ações voltadas ao desenvolvimento da própria escola na busca da solução daqueles problemas. Esse processo, sustentado no diálogo, na alteridade e no reconhecimento as especificidades técnicas das diversas funções presentes na escola, tem como base a participação efetiva de todos os segmentos da comunidade escolar, o respeito as normas coletivamente construídas para os processos de tomada de decisões e a garantia de amplo acesso as informações aos sujeitos da escola (SOUZA, 2006, p. 144)

As ações seguirão um planejamento pré-estabelecido: as atribuições de cada um, Direção, Equipe Pedagógica, Professores e Funcionários, serão previamente discutidas e determinadas juntamente com o Conselho de Escola.

10.10.3 Órgãos Colegiados (Conselho de Escola, Grêmio e Conselho de Classe)

O Conselho de Escola é o órgão máximo de Direção, de natureza deliberativa, consultiva e fiscal, sendo formado por representantes da comunidade escolar – pais, estudantes, professores e funcionários, membros da APPF e de instituições comunitárias com igual direito a voz e voto.

Quando se percebe o Conselho como de natureza deliberativa, quer dizer que este tem o poder de reunir-se com seus pares para discutir, estudar, resolver um assunto e tomar uma decisão.

Enquanto natureza consultiva compreende-se que antes de tomar alguma decisão devem-se consultar os segmentos os quais representam.

Em relação à natureza fiscal entende-se que o Conselho tem o dever de examinar, fiscalizar, verificar e acompanhar as ações da escola em relação aos aspectos administrativos, pedagógicos e financeiros.

O Conselho de Escola tem a finalidade de efetivar a Gestão Escolar, compreendendo este como processo que dirige o funcionamento da escola e orienta o planejamento e a execução de ações, acompanhando as questões administrativas, pedagógicas e financeiras da escola, através do envolvimento da comunidade escolar, por intermédio de seus representantes.

Lembrando ainda, que o Conselho de Escola deve estar comprometido com:

- A legislação em vigor,
- A democratização da Gestão Escolar;
- As oportunidades de acesso, permanência e qualidade de ensino na escola pública de todos que a ela têm direito;
- O currículo da Rede Municipal de Ensino de Curitiba.

Os objetivos do Conselho de Escola são:

- Democratizar as relações no âmbito da escola, visando à qualidade de ensino através de uma educação transformadora que prepare o indivíduo para o exercício da plena cidadania;
- Promover a articulação entre os segmentos da comunidade escolar;
- Estabelecer na escola, indicações e critérios gerais relativos à sua organização, funcionamento e articulação com a comunidade de forma solidária e responsável.

O Conselho de Escola é um espaço permanente de debates e articulação entre os vários setores da escola, para atender às necessidades comuns e aos encaminhamentos necessários à solução de problemas administrativos, pedagógicos e financeiros que possam intervir no funcionamento da escola.

Principais atribuições do Conselho de Escola:

- Analisar, aprovar, acompanhar e avaliar o Projeto Político-pedagógico da Escola;
- Definir as prioridades de atendimento para a aplicação dos recursos do Programa de Descentralização, PDDE – FNDE e os recursos próprios capitados;

- Analisar e aprovar, emitindo parecer, o Plano de Aplicação de todos os recursos financeiros aplicados;
- Definir prioridades de atendimento para execução de obras na escola;
- Analisar, aprovar e emitir parecer sob o calendário escolar, observadas a legislação vigente e as diretrizes emanadas da SME;

As reuniões em nossa escola ocorrem bimestralmente, e quando se faz necessário realizam-se reuniões extraordinárias sendo registradas em livro ata todos os assuntos que vierem a ser tratados.

10.10.3 Conselho de Classe

O formato do Conselho de Classe teve alterações significativas ao longo do tempo, destacando a participação de todos os professores que atuam com o estudante, bem como os momentos de pré-conselho com levantamento de dados, pós-conselho com o resultado das discussões e análises ocorridas no Conselho propriamente dito.

Sendo o Conselho de Classe uma instância coletiva para momentos de discussão e análise sobre o processo de ensino aprendizagem, com vista a tomada de decisões.

De acordo com os princípios e fundamentos do Currículo do Ensino Fundamental: Diálogos com a BNCC (2020), temos que:

O Conselho de Classe se configura como instância coletiva de avaliação, no qual as análises dos processos de ensino e de aprendizagem são realizadas sempre com o intuito de que os profissionais da escola redimensionem o planejamento em função do direito à aprendizagem. Na RME, os Conselhos de Classe são organizados e realizados trimestralmente, definidos em calendário escolar vigente, fundamentando-se em uma concepção de avaliação da aprendizagem formativa, cumulativa e mediadora, em que a reflexão e a reorganização do trabalho pedagógico ocorra de forma que haja promoção contínua da aprendizagem. Nesse viés, avaliam-se as metodologias utilizadas pelos professores, os instrumentos de avaliação, os recursos, as estratégias e a organização dos tempos e espaços. Ao realizar uma análise minuciosa do currículo em ação, tem-se condições de resguardar o caráter emancipatório dos Conselhos de Classe, pois a autoavaliação da escola traz dados para o seu (re)planejamento. (CURITIBA, 2020, p. 28)

Com base nos dados obtidos a cada trimestre, nos momentos destinados para tal, os professores reúnem-se no Setor Pedagógico para os 3 Conselhos



que ocorrem anualmente, com análise detalhada dos seguintes materiais: cadernos, portfólios, avaliações trimestrais, ficha de pré-conselho, com registro em livro ata destinado para tal. Nas fichas individuais do Setor Pedagógico constam os resultados dos conselhos e os investimentos necessários para superação das dificuldades.

O Conselho é organizado em 3 momentos:

1) **PRÉ-CONSELHO**: os momentos de pré-conselho são organizados nas permanências e/ou horas-atividade, com a discussão e mapeamento das potencialidades e fragilidades de cada estudante, durante o trimestre, com o levantamento de dados significativos para o processo de aprendizagem.

Os professores regentes/corregentes recebem antecipadamente do Setor Pedagógico, um instrumento denominado FICHA DE PRÉ-CONSELHO, planilha na qual estão explicitados: perfil da turma, possíveis estratégias para superação de dificuldades, os componentes curriculares que foram objetos de avaliação, os resultados do desempenho dos estudantes no trimestre correspondente, bem como possíveis encaminhamentos para o Setor Pedagógico, com relação nominal.

Os professores de Ensino Religioso, Educação Física e Arte também recebem antecipadamente do Setor Pedagógico, um instrumento denominado FICHA DE PRÉ-CONSELHO, porém com enfoque nos dados das turmas em que atuam, quanto a desempenho acadêmico e comportamental, sendo que há campos para observações individuais de estudantes, quando os professores julgarem necessário.

Na pasta de PAPI de cada turma existem documentos sobre o mesmo (elaboração, níveis de escrita, sugestões de atividades em Língua Portuguesa e Matemática, mapeamento completo das necessidades pedagógicas dos estudantes com dificuldades, de acordo com o planejamento).

2) **CONSELHO DE CLASSE**: neste momento de tomada de decisões, sobre cada estudante da unidade, elencamos ações de destaque: encaminhamentos de ordem clínica e/ou para Rede de Proteção, novas reuniões com famílias, sugestões de encaminhamentos pedagógicos da equipe gestora e/ou pedagoga, para além do que foi elencado no pré-conselho, reforçando a importância da mediação pedagógica para o processo de aprendizagens, sendo



explicitadas estratégias e investimentos pedagógicos para superação das dificuldades/necessidades de aprendizagem dos estudantes.

3) **PÓS-CONSELHO DE CLASSE**: realizado em momentos posterior, nas permanências dos professores, onde há divulgação das ações realizadas e realimentação das mesmas. Como ações de pós-conselho destacamos os encaminhamentos de ordem clínica (novos ou reencaminhamentos), o preenchimento e envio de documentação para avaliação no CMAEE, bem como ações pedagógicas: devolutivas aos professores, reflexões e ações sobre o fazer pedagógico, com base no que foi discutido no conselho de classe.

10.10.4 Instituição Auxiliar (APPF)

A APPF da Escola Municipal Batel – EIEF é um órgão de representação de pais, professores e funcionários da unidade escolar, não tendo caráter político partidário, nem fins lucrativos, não sendo remunerados os seus dirigentes ou conselheiros.

O funcionamento e atribuições da APPF estão descritos em documento próprio – Estatuto Associação de Pais, Professores e Funcionários da Escola (03/05/2019)

A Diretoria da Associação de Pais, Professores e Funcionários da Escola Municipal Batel - EIEF é composta por:

Presidente

Vice-presidente

1.º Secretário(a)

2.º Secretário(a)

1.º Tesoureiro(a)

2.º Tesoureiro(a)

Os objetivos principais da APPF são:

- Participar de reuniões próprias com seus membros;
- Integrar a comunidade no contexto escolar;
- Representar os interesses da comunidade escolar contribuindo para a melhoria do ensino;



- Promover o entrosamento entre pais, alunos, pedagogo(a), professores, funcionários e membros da comunidade;

- Gerir e administrar os recursos financeiros próprios e os que forem repassados através de convênios, doações, acordos, contribuições, termos de colaboração.

As reuniões da APPF são realizadas mensalmente e os assuntos tratados são registrados em livro ata.

10.11 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

O planejamento escolar está articulado com suas dimensões PPP, Plano de Ação, Planejamento de Ensino, Plano de Aula e PAPI, de forma reflexiva e ações que envolvem a melhoria do fazer pedagógico.

Consideramos planejar como uma ação necessária para promover a aprendizagem, pois toda ação educativa deve ser planejada.

A Escola Municipal Batel -EIEF entende que o planejamento, a avaliação e o currículo são elementos indissociáveis do trabalho pedagógico. A escola pretende assegurar a aprendizagem dos (as) estudantes por meio da organização curricular estruturada, da mediação pedagógica e considera necessário articular as ações de planejamento às ações avaliativas, tendo como ponto de partida os resultados da aprendizagem dos (as) estudantes, identificando as competências e habilidades específicas a serem trabalhadas, promovendo a prática pedagógica inclusiva, respeitando o nível cognitivo de aprendizagem dos (as) estudantes.

É preciso garantir o processo de avaliação da aprendizagem como estratégia para acompanhar o desenvolvimento progressivo do estudante, promovendo a reflexão sobre a ação docente. O planejamento de ensino realizado trimestralmente é um recorte do plano curricular. É necessário ter clareza da intencionalidade ao se trabalhar determinados conteúdos para um adequado encaminhamento metodológico.

O planejamento de ensino é realizado de forma conjunta: Setor Pedagógico e professores. Os mesmos são orientados previamente a trazerem suas contribuições para este momento: livros, indicação de sites, fotos, entre outros bem como ao Setor Pedagógico prepara-se para tal com sugestões sobre



os temas escolhidos, incluindo sequências didáticas, consulta aos materiais disponibilizados pela SME, atividades e adequações metodológicas, para o preenchimento correto e completo do PAPI.

Neste momento as reflexões sobre as melhores estratégias e recursos fazem-se presentes, ampliando os conhecimentos e ações pedagógicas em prol dos nossos estudantes.

A partir destas definições sobre o planejamento de ensino, os professores realizam seus planos de aula organizados juntamente com seus pares e professores de corregência e a pedagoga para auxiliar nesta construção.

Os momentos de planejar concentram-se nos horários de permanência e de hora-atividade, em que o professor tem autonomia para decidir quais serão as estratégias e atividades que seus estudantes precisam para superar seus desafios. É um o momento de reflexão, de escolha, de percepção global do processo de aprendizagem em função de uma visão de mundo e do ser humano.

Os conteúdos fazem parte do Plano Curricular de cada ano. Primeiramente o espaço de divulgação é a Escola, onde o Currículo é apresentado, há diálogo e após, é feito o compartilhamento via *site* da SME, que permite aos estudantes e seus familiares a compreensão do que está sendo trabalhado fazendo direito a educação e o valor desta para a emancipação social dos sujeitos.

Trimestralmente, o setor pedagógico procede a revisão de avaliações com os professores para que o alinhamento do que é planejado e do que é realizado seja efetivado com coerência e reflexões, com discussões e troca de saberes com os professores e os encaminhamentos de atividades diversificadas e diferenciadas para os estudantes que delas necessitarem em uma perspectiva inclusiva, e assim, conforme o caso é possível evidenciar: atividades com fotos, com hiperfoco de interesses, em tamanho maior ou fonte maior, pensando e refletindo sobre as melhores alternativas para o desenvolvimento acadêmico dos estudantes, coletivamente.

Algumas modalidades organizativas são contempladas na construção do nosso planejamento: atividades permanentes, sequências didáticas, projetos didáticos e atividades de sistematização.



CURITIBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
ESCOLA MUNICIPAL BATEL - EIEF

O planejamento também contempla: temas integradores como Direitos Humanos e Cidadania, Educação Ambiental e Tecnologias em seu processo educativo, Educação das Relações Étnico-Raciais e Ensino de História e Cultura Afro- Brasileira e Africana e Indígena / Educação em Direitos Humanos.

Com relação a aprendizagem criativa, na atual conjuntura urgem novos pensares sobre diferentes visões de mundo, ampliando as possibilidades dos nossos estudantes para os novos tempos que aí estão e que virão, com a inventividade e a utilização de recursos tecnológicos e artesanais, que vem de encontro aos pressupostos da aprendizagem criativa.

A proposta, da Aprendizagem Criativa de Papert, pressupõe que o estudante terá um aprendizado mais significativo se estiver engajado na construção do conhecimento. Assim sendo, é correto afirmar que a Aprendizagem Criativa se sustenta no conceito de que o estudante construa a partir de uma experimentação concreta e ativa. Que esse movimento, o agir do sujeito aprendiz seja fluido, na perspectiva do jardim de infância para a vida toda tendo por foco uma espiral de aprendizagem que começa com imaginação, passando pela criação, pelo brincar, pelo compartilhamento, pela reflexão voltando para imaginação.

Nessa perspectiva, de acordo com os Princípios e Fundamentos do Currículo:

“A SME busca promover o uso das tecnologias e a implementação de ambientes inovadores e digitais de aprendizagem, por meio da formação continuada de professores, disponibilização e manutenção de recursos tecnológicos de alto e baixo custo.” (CURITIBA, 2020, p. 54)

Em nossa unidade há a participação nas campanhas e iniciativas da SME para o desenvolvimento do pensamento criativo, tais como SEP da escola em 2020 e 2023, assessoramento sobre o Farolzinho Móvel em 2022 com profissionais atuantes da Gerência de Inovação Pedagógica e a participação de professores, funcionários e pedagoga.

Atualmente, alguns equipamentos do Farolzinho estão sendo utilizados, como microscópios por exemplo, que foram muito bem recebidos pelos estudantes em atividades planejadas para tal. Outros dependem de conexão



com boa velocidade e a escola mobiliza esforços para a melhoria da qualidade do sinal da internet.

São igualmente importantes para o planejamento: aulas de campo para espaços culturais, artísticos, entre outros, entrevistas, leituras diversas de livros literários, didáticos, revistas, jornais entre outros, produção de material pelas/os estudantes, cartazes, folder, peças teatrais, jograis, que levem informações e conhecimento a toda comunidade escolar.

Algumas medidas pedagógicas são importantes para a aprendizagem dos estudantes: Projeto Leia Mais Extensão (Apoio Pedagógico em Língua Portuguesa e Matemática).

Vale ressaltar como parte importante da organização, o atendimento aos estudantes e suas famílias, a participação em reuniões com clínicas que atendem nossos estudantes e o encaminhamento ao CMAEE e outros profissionais da área de saúde.

Para além da organização acima descrita, o setor pedagógico coordena, organiza e incentiva as ações promovidas pela SME: Festival da Matemática, desafios de Língua Portuguesa, concurso Agrinho, trabalho infantil, reciclagem, aniversário de Curitiba, aulas de campo com planejamento e documentação anteriores a este momento.

Ocorre também o registro efetivo dos momentos formativos e orientações em ficha própria com assinatura dos presentes.

Como instrumento de controle de frequência diária dos estudantes e registro dos conteúdos temos o Livro de Registro de Classe Online Município, cujo uso é fundamental para ações junto às famílias dos estudantes faltosos e assim assegurar o direito a educação.

O uso do Livro de Registro de Classe Online Município tem como referências legais a Instrução Normativa N.º 14/2022, de 11 de novembro de 2022 e a Resolução N.º 68/2022, de 17 de outubro de 2022.

10.12 AVALIAÇÃO EDUCACIONAL

As avaliações em larga escala como a Prova Curitiba que ocorre anualmente desde 2018 (exceto em 2020 devido a pandemia), é uma avaliação aplicada anualmente para todos os estudantes de 2.º a 9.º ano do Ensino



CURITIBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
ESCOLA MUNICIPAL BATEL - EIEF

Fundamental da Rede Municipal de Educação de Curitiba. Consiste em uma ferramenta de diagnóstico da aprendizagem dos estudantes para os componentes curriculares de Matemática, Língua Portuguesa e Ciências.

Os resultados obtidos a partir da aplicação da Prova Curitiba permitem que sejam conhecidas pontualmente tanto as potencialidades quanto as fragilidades dos estudantes da Rede Municipal de Curitiba quanto aos conteúdos e critérios de ensino-aprendizagem previstos no Currículo do Ensino Fundamental: Diálogos com a BNCC.

As análises dos resultados obtidos nas avaliações de rendimento escolar em larga escala, além de reorientação das políticas públicas para a educação, constituem-se em momentos significativos para reflexões e ações posteriores, revelando cenários de competências e habilidades cognitivas dos estudantes.

Pode-se ainda afirmar que as avaliações de larga escala se constituem em recortes do panorama escolar explicitado por estes resultados, não devendo constituir-se em única fonte de informações/ações.

Em nossa unidade o Setor Pedagógico disponibiliza a cada professor o mapeamento com os resultados desta avaliação, para análise e discussão como base para ações futuras, tais como replanejamento e encaminhamentos, dialogando e orientando os professores sobre os referidos resultados, com a elaboração de estratégias para a superação das fragilidades.

A avaliação da aprendizagem proporciona aos sujeitos envolvidos no processo educativo não apenas verificar o que o estudante consolidou ou não em determinado período do processo de ensino, mas também refletir com o coletivo de profissionais sobre a organização do trabalho pedagógico ofertado. Ela permite também readequar as ações e os encaminhamentos metodológicos que coadunam com a concepção disposta no Currículo do Ensino Fundamental (2020) e no Projeto político-pedagógico de cada escola, tendo, dessa forma, uma concepção de avaliação denominada formativa.

De acordo com Fernandes e Freitas (2007), nessa concepção, o professor compreende que avaliar não é apenas medir, mas que a medida faz parte do processo avaliativo. Assim, é necessário ter diferentes instrumentos de avaliação em momentos distintos do trabalho pedagógico: trabalhos individuais ou em grupo, avaliações trimestrais, relatórios, portfólios, cadernos dos estudantes,



CURITIBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
ESCOLA MUNICIPAL BATEL - EIEF

entre outros, para que as tomadas de decisões não se limitem à utilização de apenas uma medida avaliativa, conferindo à avaliação um caráter processual, formativo, cumulativo e também diagnóstico.

As informações e dados coletados por meio de observações, atividades contextualizadas, significativas, com os devidos registros das dificuldades e avanços dos estudantes, bem como as adequações metodológicas, atuam como reguladores das aprendizagens e realimentam o processo.

A equipe de pedagogos e professores, orientada por essa concepção, deve estar focada em registrar o processo de desenvolvimento da aprendizagem dos estudantes, documentando as observações do que já desenvolveram em relação ao conteúdo trabalhado, se atingiram o que foi proposto, se ainda necessitam de auxílio ou se estão além dos objetivos elencados. Nesse sentido, com função diagnóstica, a avaliação da aprendizagem reorienta de forma mais objetiva a construção do conhecimento dos estudantes, pois não se olhará o erro para classificá-los (LUCKESI, 1998), mas para assegurar encaminhamentos metodológicos que lhes proporcionem consolidação dos processos de aprendizagem.

Para Hoffmann (2014), o diagnóstico dos “erros” permite ao professor mediar de forma mais assertiva o processo de ensino, além de possibilitar o planejamento de estratégias que alavanquem o desenvolvimento do estudante. Assim, quando reafirma, em suas propostas de trabalho, a organização coletiva de um instrumento de registro de avaliação da aprendizagem, a SME tem como prerrogativa que a avaliação serve para tomadas de decisão e precisa apontar ações para o futuro.

Sobre avaliação diagnóstica é realizada no início do processo de aprendizagem de cada ano letivo, elaboradas a partir de questionamentos chave: o que os estudantes sabem? O que precisam saber? - tendo por função a obtenção de informações e dados significativos para subsidiar diferentes ações posteriores, tais como: mapeamentos, identificação de diferentes características de aprendizagem dos estudantes, planejar as formas de trabalho adequadas a tais características, bem como o olhar diferenciado para os estudantes com dificuldades/necessidades de aprendizagem, sendo possível detectá-las e agir sobre elas.



O relatório AVALIA (Avaliação Individual de Aprendizagem) foi uma construção coletiva pautada na concepção de avaliação de aprendizagem da Rede Municipal de Ensino e tem por função reunir todo o processo de construção da aprendizagem do estudante.

O documento norteia o processo avaliativo da Rede Municipal de Ensino de Curitiba, a partir de um processo legítimo de discussão e tomada de decisão, definiu-se um instrumento de registro que correspondesse às necessidades pedagógicas relacionadas à dimensão da avaliação da aprendizagem.

Em nossa unidade, o preenchimento do relatório ocorre após as decisões do Conselho de Classe, tendo por foco o registro do que é compreendido pelo estudante: integralmente ou parcialmente.

O portfólio é um importante instrumento de avaliação que subsidia o professor na análise de avanços acadêmicos e as dificuldades dos estudantes, auxiliando-o nos necessários ajustes dos encaminhamentos metodológicos. é um instrumento que privilegia uma avaliação diagnóstica e formativa, e não apenas a constatação de defasagens. Consiste em pasta individual, na qual são organizadas as produções acadêmicas dos estudantes realizadas durante o ano letivo e tem por objetivo documentar os percursos individuais de construção do conhecimento: representações pictóricas, fases da escrita, da construção numérica, fotos, mapas, registros de aulas de campo, mapas mentais, trajetos, narrativas históricas, convites, entre outros.

Deste modo permite ao estudante assumir esse processo como “algo próprio, em uma tentativa de dotar de coerência as atividades de ensino com as finalidades de aprendizagem que cada um e o grupo propuseram-se” (STEFFEN; SOUZA, 2005, p. 68).

Nessa perspectiva, cada estudante pode refletir sobre seu próprio desempenho acadêmico e pode ser organizado não apenas pelo professor, mas em conjunto com o estudante, estabelecendo critérios para sua organização e analisando-o periodicamente.

Com esta finalidade em nossa unidade, serão arquivadas algumas atividades de todos os estudantes ao longo do seu percurso acadêmico, como as já citadas anteriormente.



O PAPI é um instrumento destinado aos estudantes que demonstram dificuldades de aprendizagem alimentado a cada intervenção realizada pelo professor e os resultados obtidos pelo estudante face ao que foi efetivamente trabalhado.

A consistência dos registros é extremamente importante para o direcionamento dos encaminhamentos dados, reforçando a mediação pedagógica qualificada como fator decisivo para que o estudante avance em seu processo de aprendizagem, pois desta forma o estudante reflete por exemplo, sobre como pensa sobre a escrita e a construção do SND.

A análise periódica dos PAPIs pelo Setor Pedagógico é fundamental para o realinhamento de ações.

10.13 PROCESSOS DE REGULARIZAÇÃO DA VIDA ESCOLAR

Para os processos de Regularização de Vida Escolar/Lacuna de série ano/período a Rede Municipal baseia-se na Instrução Normativa n.º 06/2021 e para os Processos de Classificação e Reclassificação na Instrução Normativa n.º 04/2021.

Com relação a lacuna, cada profissional da unidade escolar de acordo a referida instrução (direção, pedagogo(a), secretário(a), professores) procede os encaminhamentos necessários para a regularização da vida escolar do estudante.

São realizadas avaliações em todos os componentes curriculares da Base Nacional Comum Curricular (Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Ciências, Educação Física, Arte e Ensino Religioso) do(s) ano(s) em que for(em) constatada(s) a(s) lacuna(s). Em Educação Física, Arte e Ensino Religioso a atividade avaliativa é descritiva.

10.13. 1 Classificação

O processo de Classificação envolve estudantes brasileiros sem documentação, estudantes transferidos de escolas do exterior e estudantes egressos de Classe Especial seguindo o disposto na Instrução Normativa n.º 04/2021 que normatiza os procedimentos para registros em documentos



escolares, classificação e reclassificação, nas escolas municipais que ofertam o ensino fundamental e suas modalidades.

O processo no interior da escola ocorre de acordo com a legislação vigente: ciência das famílias com registro em ata; formação de comissão; atividades avaliativas para aferição de conhecimentos, conforme o caso; registro dos resultados em ata; adequações metodológicas para o (a) estudante se for o caso e as tramitações legais com o encaminhamento da documentação inerente ao processo aos setores responsáveis da SME.

Para os estrangeiros sem domínio da Língua Portuguesa seguem-se as orientações do Artigo 35, da Deliberação n.º 09/21- CEE/CP e a efetivação do plano especial de estudo é realizada por meio de mediação pedagógica e atividades de acordo com o nível de conhecimento dos estudantes.

10.13.2 Reclassificação

O processo de Reclassificação envolve o estudante que apresente condições acadêmicas de ser reclassificado para o ano posterior e tem como data limite o final do 1.º trimestre, não podendo ser retido no ano que foi reclassificado, conforme a Instrução Normativa n.º 04/2021. A unidade escolar segue o disposto na referida Instrução.

O processo no interior da escola ocorre de acordo com a legislação vigente: ciência das famílias com registro em ata, formação de comissão, atividades avaliativas para aferição de conhecimentos, registro dos resultados em ata e as tramitações legais com o encaminhamento da documentação inerente ao processo aos setores responsáveis da SME.

10.14 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A avaliação institucional é processo contínuo e multifacetado que possibilita reflexões e novas ações sobre as formas organizativas da unidade: administrativas, financeiras, estruturais, pedagógicas e socioculturais, objetivando um diagnóstico da realidade de cada unidade escolar, para a melhoria da qualidade das ações educativas.



Na RME os Parâmetros e Indicadores de Qualidade (PIQ) são disponibilizados pela SME, através de formulário próprio a ser preenchido no site da Educação, para profissionais da rede municipal e a comunidade, em momento específico para tal.

O PIQ é um instrumento avaliativo que permite às escolas municipais, CMEIs e CMAEEs conhecerem e uniformizarem processos internos, buscando sempre a qualificação das ações educativas.

Em nossa unidade realizamos uma apresentação com fotos e texto para as famílias explicando, sobre a estrutura e funcionamento e a parte pedagógica, esclarecendo dúvidas e outros questionamentos que podem surgir no momento. A referida apresentação precede a avaliação do PIQ para que as famílias respondam com segurança ao que é perguntado.

10.15 OBJETIVOS DE CADA ETAPA/MODALIDADE OFERTADA E FORMA DE ORGANIZAÇÃO

A escola oferta somente a modalidade do Ensino Fundamental, em 2 Ciclos de Aprendizagem, já descritos anteriormente neste documento.

O Ensino Fundamental é parte da educação básica e tem por objetivo “a alfabetização plena e a formação de leitores”, de acordo com a LDBEN (**LEI Nº 9.394, de 20/12/1996**).

Consideramos a diversidade dos sujeitos de aprendizagem neste contexto e deste modo organiza-se a unidade escolar para atender aos objetivos previstos em lei, considerando o ambiente educativo, oferta de recursos diversificados, mediação pedagógica de qualidade e atividades de acordo com o nível de conhecimento de cada estudante.

10.16 ENSINO FUNDAMENTAL

A unidade segue o Currículo do Ensino Fundamental da SME (2020), tendo como princípios a equidade e a inclusão. Considera que todos podem aprender, articulamos os saberes, as vivências e experiências dos nossos estudantes, suas diferentes realidades na cidade educadora, aos conhecimentos histórica e academicamente referenciados.

A Escola Municipal Batel – EIEF considera o currículo, o planejamento e avaliação elementos indissociáveis do trabalho pedagógico.

Compreendendo a escola como autora de sua prática e pautada nos princípios e pressupostos de uma escola de qualidade, pretendemos assegurar a aprendizagem dos estudantes por meio da organização curricular estruturada conforme a SME e assim, faz-se necessário articular as ações de planejamento às ações avaliativas, tendo como ponto de partida os resultados da aprendizagem dos estudantes, identificando as competências e habilidades específicas a serem trabalhadas, promovendo práticas pedagógicas inclusivas, respeitando o nível de aprendizagem dos estudantes de forma contínua.

Ainda entendemos a necessidade de garantir o processo de avaliação da aprendizagem como estratégia para acompanhar o desenvolvimento progressivo do estudante, promovendo reflexões sobre a ação docente.

Consideramos o planejamento como ação necessária para promover a aprendizagem, toda ação educativa deve ser planejada. Nossa estrutura curricular se organiza em trimestres, considerando os objetivos, os conteúdos curriculares e os critérios de ensino-aprendizagem.

O planejamento é elemento norteador do trabalho pedagógico e uma necessidade para efetivar o processo de ensino-aprendizagem, conforme o Currículo do Ensino Fundamental: Diálogos com a BNCC (2020):

Nesse sentido, planejar possibilita às escolas a sistematização do trabalho pedagógico. (...) na RME, os planejamentos constituem-se como instrumentos que permitem a reflexão e o redimensionamento do trabalho pedagógico. É necessário realizar planejamentos que considerem quem são os estudantes, suas famílias e/ou responsáveis, suas culturas, suas histórias e seus contextos de vida, articulando, como afirma Moreira (2007), o conhecimento científico aos saberes advindos da realidade. (CURITIBA, 2020, p. 21)

Assim, o planejamento deve considerar diferentes dimensões, na perspectiva da cidade educadora, cujas vivências para além dos muros da escola são repletas de significados, de vida!

Nossos estudantes realizam momentos de aprendizagem planejados como aulas de campo, no entorno ou espaços específicos constituindo-se no currículo em ação, planejado, replanejado e avaliado.

10.16.1 Educação Integral em Tempo Ampliado

À escola cabe estabelecer um compromisso com a concepção de educação integral, trazendo à tona um currículo emancipador, dialógico e de acordo com Bonafé (2014), que considere a cidade como *locus* para o processo de ensino e de aprendizagem, amplificando vivências de práticas culturais diversificadas.

À vista disso, destaca-se a relevância em apreender os preceitos de uma Cidade Educadora, que concebe que

[...] a educação transcende as paredes da escola para impregnar toda a cidade. Uma educação para a cidadania, na qual todas as administrações assumem a sua responsabilidade na educação e na transformação da cidade num espaço de respeito pela vida e pela diversidade. (AICE, 2020, p.4).

Entende-se que, para ser educadora, a cidade deve ser vivenciada enquanto currículo, tendo a escola como ponto de partida para essa articulação. Aos estudantes, dessa forma, se oferta o aprender com a cidade, pela cidade e na cidade, pois a concepção sobre currículo está inter-relacionada a uma concepção emancipatória de formação humana.

A escola tem um papel específico, nas pontes pedagógicas que pode construir entre os estudantes – de diferentes faixas etárias e o seu território/a sua cidade, pelo seu caráter longitudinal e sistemático na vida dos cidadãos. (MOLL, 2019, p. 37).

Desse modo, a concepção de Educação Integral em Tempo Ampliado alinha-se ao reconhecimento dos diversos espaços, tanto da cidade quanto da escola, como ambientes de aprendizagem para os estudantes, com vistas a potencializá-los por meio da mediação educadora, que articula os conhecimentos advindos desses lugares e dos saberes e vivências dos estudantes aos conhecimentos previstos nos documentos curriculares oficiais. As interações, problematizações, experimentações e desafios são ofertados e organizados na Educação Integral em Tempo Ampliado por meio de Práticas Educativas que oportunizam aos sujeitos da aprendizagem o desenvolvimento em suas múltiplas dimensões.

Nossa unidade escolar não oferta Educação Integral em Tempo Ampliado.

10.16.1.1 Práticas Educativas e Oficinas Pedagógicas

As Práticas Educativas, que trazem como norte o Currículo e a Concepção da Educação Integral em Tempo Ampliado da RME são: Práticas de Língua Portuguesa, Práticas de Matemática, Práticas Artísticas, Práticas de Movimento, Práticas de Educação Ambiental, Práticas de Ciência e Tecnologia e Práticas de Língua Estrangeira.

A metodologia para o trabalho pedagógico nas Práticas Educativas é desenvolvida por meio de Oficinas Pedagógicas que permitem o diálogo com diferentes componentes curriculares, além de proporcionar a ampliação de saberes, de forma articulada, diferenciada e intencional.

A Oficina Pedagógica deve ser construída a partir das relações entre os Componentes Curriculares e as Práticas Educativas, em um diálogo articulado de conteúdos na ação intencional do ato de planejar.

Embora o ponto de partida para o planejamento das Oficinas Pedagógicas seja o currículo, por meio da relação Componente Curricular e Prática Educativa, a temporalidade não se estabelece na trimestralidade, podendo ser inferior ou superior a esse período, tornando possível estabelecer uma escuta sobre interesses, curiosidades e necessidades dos estudantes ante a elaboração e planejamento da Oficina.

Para essa organização, cabem as seguintes determinações:

- Cumprir a carga horária de 4h/aula para as Práticas de Língua Portuguesa e Práticas de Matemática.

- Cumprir a carga horária mínima de 2h/aula para as demais Práticas Educativas inclusive Práticas de Língua Estrangeira, quando houver o profissional para tanto.

Nossa unidade escolar não contempla Educação Integral em tempo ampliado.

10.16.1.2 Alimentação Escolar

Recebemos o cardápio de lanche mensal da empresa RISOTOLÂNDIA, com as devidas adaptações para os estudantes que necessitam conforme orientação médica.



CURITIBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
ESCOLA MUNICIPAL BATEL - EIEF

Orientamos todos os estudantes quanto ao desperdício de alimentos e alimentação saudável.

Os estudantes tem horário para lanche conforme descrito anteriormente, no item 9.9. TURMAS E HORÁRIOS (EI, EF, EJA, EE).



CURITIBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
ESCOLA MUNICIPAL BATEL - EIEF

10.16.2 Programas e projetos na escola

Projeto/Programa	Descrição	Observações
Leia + Extensão de Carga Horária	Projeto destinado a estudantes com dificuldades de aprendizagem, com extensão de carga horária de uma hora a mais 2 vezes por semana para cada grupo, tendo por foco os componentes curriculares de Língua Portuguesa e Matemática.	A indicação dos estudantes é realizada mediante análise das produções acadêmicas dos estudantes, portfólio, PAPI, atas do Conselho de Classe, planilhas, entre outros documentos.
Curitibinhas Políglotas	Projeto destina-se ao aprendizado de uma nova língua, significa oportunidade para o desenvolvimento pessoal e cultural dos estudantes.	A indicação é para os estudantes do 4.º ano do Ensino Fundamental, tendo continuidade no 5.º ano.
Programa Preste Atenção!	O Programa prevê sensibilizar e ampliar olhares educacionais acerca de prováveis marcadores em quatro áreas (Atraso Neuropsicomotor; Transtorno do Espectro Autista – TEA; Rebaixamento Intelectual e Atraso na Linguagem) que porventura possam comprometer o desenvolvimento integral de crianças (CMEIs) e estudantes (Escolas do Ensino Fundamental – anos iniciais). A partir desta observação elucidar possíveis encaminhamentos, os mais assertivos possíveis, frente às	DIAEE



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
ESCOLA MUNICIPAL BATEL - EIEF

	individualidades pessoais e acadêmicas de crianças e estudantes.	
CPP	O Programa Conhecer para Prevenir é desenvolvido pela Coordenadoria Municipal de Defesa Civil em parceria com a Educação (SME), com o intuito de instruir e preparar crianças, professores, funcionários e pais como devem agir em casos de acidentes ou eventos que envolvam abandono do prédio, incêndios ou inundações, por exemplo. Também orienta para a necessidade de permanência na unidade como em caso de tiroteios, invasões e outras situações de emergência.	



10.17 EDUCAÇÃO INFANTIL

A Educação Infantil, de acordo com a LDBEN n.º 9.394/1996 é a primeira etapa da Educação Básica e, de acordo com a BNCC, “[...] é o início e o fundamento do processo educacional” (BRASIL, 2017). Possui especificidades e finalidades próprias, previstas no sistema de ensino municipal que precisam ser consideradas no cotidiano da escola, para as crianças que serão acolhidas nesse ambiente.

A finalidade da Educação Infantil, que está expressa no §1.º do Art. 1.º da LDBEN n.º 9.394/1996, é a de promover a formação integral dos sujeitos e, alicerçada sob princípios éticos, políticos e estéticos, conforme consta nas DCNs, visa contribuir para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

Uma premissa para o desenvolvimento integral das crianças é a concepção do educar e cuidar enquanto ações indissociáveis no processo educativo, a valorização do brincar, a articulação entre instituições educativas e famílias (BRASIL, 2018). O olhar para o desenvolvimento integral das crianças prevê ainda considerar a organização do tempo, visto sua relevância na compreensão e construção de sentidos da vida pessoal e coletiva. A forma como as ações são organizadas ao longo do tempo em que as crianças vivem suas experiências na escola pode favorecer articulações, conexões, retomadas, o respeito aos ritmos em um equilíbrio que contribuem para o desenvolvimento infantil.

As escolas que ofertam a Educação Infantil, precisam prever a organização dessa etapa, considerando em todos os encaminhamentos as suas especificidades, atendendo ao exposto pela BNCC (BRASIL, 2018) que indica que essa forma de estruturação constitui “[...] um conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais” (p. 7), que por meio da organização de tempos e espaços escolares, respeita a trajetória da criança ao longo da vida escolar.

Para tanto, o trabalho pedagógico contextualiza e articula os conhecimentos expressos nos diferentes campos de experiências para a Educação Infantil, ressignificando-os por meio de metodologias participativas e criativas que valorizem os saberes e as práticas pedagógicas cotidianas,



CURITIBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
ESCOLA MUNICIPAL BATEL - EIEF

efetivando a escola como espaço e tempo para assegurar os direitos de aprendizagem.

A avaliação na Educação Infantil precisa estar articulada com os princípios, concepções e finalidades dessa etapa educacional. Nesse sentido, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), no art. 31 estabelece que na Educação Infantil “[...] a avaliação far-se-á mediante o acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental” (BRASIL, 1996). Destaca-se com isso, que não há caráter seletivo, retenção de crianças em turmas específicas no decorrer da Educação Infantil ou algum pré-requisito que impeça a criança de ingressar no Ensino Fundamental.

Essa perspectiva é reforçada nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, que ressaltam o caráter de acompanhamento do trabalho pedagógico, a elaboração de registros e documentação que torne visível o trabalho educativo desenvolvido em cada instituição educacional, sem o objetivo de seleção, promoção ou classificação. (BRASIL, 2009).

Na Educação Infantil de Curitiba, uma forma de registro que tem por finalidade acompanhar a aprendizagem e o desenvolvimento de cada bebê e criança é o **Parecer Descritivo**. Os Pareceres Descritivos consistem em uma das formas de acompanhar e comunicar as aprendizagens das crianças e tornam visíveis as aprendizagens, considerando os percursos individuais, singulares de construção de conhecimento. Do mesmo modo, cumprem o papel ético de narrar essas aprendizagens para as famílias e de tornar visível o percurso trilhado pelo grupo das crianças. Consistem ainda em importante ferramenta para o professor, que em um processo contínuo de observação, de registro e de reflexão sobre suas práticas pedagógicas toma consciência de que modo suas ações reverberam nas aprendizagens das crianças. E é por isso, que a avaliação na RME não é um fim, mas um meio de observar e compreender a complexidade e dinamismo do desenvolvimento infantil, de promover reflexões e tomadas de decisão que possibilitem a qualificação das práticas.

Nesse sentido, o PPP evidencia a identidade das unidades educacionais revelando o currículo da Educação Infantil contextualiza os princípios e fundamentos trazidos nos momentos anteriores.

A escola não oferta esta etapa de ensino.

10.17.1 As transições das crianças no contexto escolar

No decorrer da trajetória escolar das crianças ocorrem transições e com elas, transformações nos espaços, tempos e situações que impactam os diferentes modos de ser desses sujeitos e de estar, sentir e se relacionar com o mundo.

O conceito de transição constitui-se dentro da teoria bioecológica do desenvolvimento humano (BRONFENBRENNER, 1996), pois, “compreende processos fundamentais que ocorrem em períodos específicos durante a vida, e estão muitas vezes ligados, entre outras coisas, às mudanças de atividades, papéis, relações e ambiente” (ALVÃO; CAVALCANTE, 2015, p. 634), ou seja, o sujeito vive ao longo da sua existência diferentes transições, das quais, se desenvolvem a partir da interconexão entre os diversos contextos e relações.

Partindo do pressuposto de que o desenvolvimento do sujeito é influenciado pelas vivências cotidianas realizadas nos vários ambientes e nas relações que estabelece com outro, é fundamental considerar as diferentes transições que ocorrem na organização curricular vividas no contexto escolar pois, nos processos, há transições da casa à escola, transições da Creche à Pré-escola e da Pré-escola ao Ensino Fundamental (BRASIL, 2009).

As transições da vida cotidiana dentro das instituições educativas, definidas por Fochi (2019) como microtransições¹⁴, que relacionam-se às diversas interações entre crianças e adultos, a imersão nas múltiplas linguagens, as hipóteses elaboradas a partir do diálogo da criança com o mundo real e com os mundos possíveis (BRUNER, 1997) com a cultura e com as experiências com os espaços e as materialidades.

¹⁴ Significa ser coerente com a imagem de criança que pensa, que sente, que deseja e, assim, que precisa ser respeitada desde a sua condição humana. Mas não só isso, também significa reconhecer que os contextos em que as crianças estão inseridas e o como elas os vivem impactam direta e profundamente os seus modos de compreender a natureza relacional (criança/criança; adulto/criança; adulto/adulto). Portanto, problematizar as microtransições envolve contrapor práticas automatizadas e pôr acento nas interações e relações para estruturar a jornada educativa. (FOCHI, 2019).



Nesse sentido, o primeiro movimento de transição diz respeito ao ingresso das crianças na escola, o que exige um processo de acolhimento das crianças e de suas famílias pela instituição educativa (BRASIL, 2009) e, especialmente, de respeito ao desenvolvimento individual em que a criança gradativamente vai estabelecendo vínculos com os adultos e com os seus pares, desse e nesse novo contexto.

O ingresso na escola é marcado pela ampliação de vivências com outras crianças e adultos para além do contexto familiar. Essa ampliação vem carregada de expectativas e emoções que precisam ser acolhidas em um contexto que respeite as crianças e os adultos. Sendo assim, o planejamento é imprescindível, pois “[...] a ambientação e o acolhimento representam um ponto privilegiado de encontro entre a escola da infância e as famílias” (CATARSI, 2013, p. 7).

A organização dos espaços, mobílias e materiais aliado à sensibilidade, responsividade e atitude ética dos professores (GUIMARÃES; ARENARI, 2018) são fundamentais para que tais acolhimentos sejam humanizadores, pois, como destaca Staccioli (2013, p. 28) acolher uma criança é, também, acolher o mundo interno dela, bem como, essa ação está altamente ligada à escuta e a observação atenciosa às “[...] suas expectativas, os seus planos, as suas hipóteses e as suas ilusões”.

No processo humanizador ocorrem as transições entre as etapas, ou seja, da Educação Infantil para o Ensino Fundamental. As DCNEI (2009) indicam a importância de reconhecer as modificações vivenciadas pelas crianças na instituição educativa. Tal reconhecimento vem ao encontro da necessidade de apoio e estrutura para a ocorrência das transições, pois, a qualidade desses processos depende das relações estabelecidas entre os sujeitos e os contextos (OLIVEIRA-FORMOSINHO; LIMA; SOUSA, 2016).

Esse processo considera que, por meio da organização de tempos e espaços, respeita-se a trajetória da criança ao longo da vida escolar. E, especificamente, para a Educação Infantil as DCNEI orientam que a proposta pedagógica da transição para o Ensino Fundamental “[...] deve prever formas para garantir a continuidade no processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, respeitando as especificidades etárias, sem antecipação de

conteúdos que serão trabalhados no Ensino Fundamental” (BRASIL, 2009, p. 30).

A Educação Infantil e o Ensino Fundamental compartilham responsabilidades e atuam de forma colaborativa, o que cabe para ambas as etapas proporcionar às crianças e as suas famílias uma transição equilibrada, orgânica e que favoreça as relações e a ampliação de novos vínculos.

O diálogo entre profissionais: professores, gestores, pedagogos sobre os percursos vividos pelas crianças, a organização de documentação que traga visibilidade às aprendizagens e desenvolvimentos trilhados por cada criança, o diálogo com as famílias e escuta das expectativas, dúvidas e anseios das crianças são ações previstas na RME de Curitiba.

Esse modo de articulação e integração que prevê a transição como orgânica e como modo de vida (OLIVEIRA-FORMOSINHO, FORMOSINHO, MONGE, 2016), parte do pressuposto de que, é preciso estabelecer elos, enriquecer, complementar e compreender o desenvolvimento humano como pertencimento, exercício da cidadania e que a aprendizagem ocorre ao longo da vida. As Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica - DCNs (BRASIL, 2013) que presidem as demais diretrizes curriculares específicas para a Educação Infantil e para o Ensino Fundamental, contemplando o conceito maior de Educação Básica que, tem em vista, a garantia dos princípios de organicidade, sequencialidade.

Esses encaminhamentos pressupõem que o princípio da transição está no respeito à singularidade de cada criança envolvida e, isso só é possível porque defendemos um currículo que, na Educação Infantil, “[...] emerge da VIDA, dos encontros entre as crianças, seus colegas e os adultos e nos percursos no mundo” (BARBOSA, 2009, p. 50) o que indica que, acompanhar, estruturar e apoiar transições é um modo ético de compreender e reconhecer o cotidiano da instituição educativa como lugar privilegiado para o desenvolvimento de vidas (ALVÃO; CAVALCANTE, 2015).

A preocupação com o desenvolvimento de vidas, pressupõe acolher identidades, emoções, sentimentos e modos de aprender, Hoyuelos (2020, p. 28) ressalta a necessidade de “pensar como a rede de interações”, na qual se



articulam “tempos individuais e tempos sociais”, isto é, acolher as singularidades em todos os processos do desenvolvimento integral das crianças.

Para as crianças advindas da Educação Infantil, na prática, a transição inicia-se primeiramente com o contato inicial entre as duas instituições de ensino envolvidas, estabelecendo um diálogo profícuo, no qual ambas as partes marcam uma visita das crianças do CMEI até nossa escola, onde ocorre o acolhimento, tanto dos estudantes quanto das famílias, reforçando o sentimento de pertença ao ambiente escolar.

As ações decorrentes desta prática envolvem a explicação para as famílias de que os estudantes a partir do 1.º ano terão mudanças na grade curricular, tendo assim aulas de diferentes componentes curriculares, com maior ênfase nos conteúdos, ampliando sua visão de mundo.

Durante o período de ensino remoto pela pandemia (2020/2021), a transição ocorreu de forma *online*, por meio de videochamadas, com explicações sobre como é o trabalho escolar e a história da escola. Os pais receberam uma carta contendo imagens da instituição, história da escola e formas de organização do tempo e espaço.

Quanto aos estudantes com deficiência ou público-alvo da educação especial e inclusiva, que perpassam por este processo, primeiramente acontece uma reunião com a família para conhecer as demandas do(a) estudante, como ele funciona, bem como laudos médicos e/ ou atendimentos.

Os estudantes em transição do 5.º ano para o 6.º ano, são direcionados às escolas estaduais conforme o georreferenciamento. Os diretores das escolas estaduais fazem visitas à escola municipal ofertando as vagas disponíveis e explicando como é o funcionamento das mesmas. Também acontecem visitas em algumas escolas estaduais para a família conhecer o espaço escolar e tirar as dúvidas, pois o currículo das escolas estaduais é diferente do currículo municipal e assim destacamos a importância da mediação pedagógica neste processo.

Quanto aos estudantes com deficiência ou público-alvo da educação especial e inclusiva, são encaminhadas as documentações necessárias que fizeram parte do acompanhamento do ensino fundamental (PAPI).



CURITIBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
ESCOLA MUNICIPAL BATEL - EIEF

10.18 EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

O público atendido na Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva é composto por crianças/estudantes com deficiência, Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD/TEA) e Altas Habilidades/Superdotação que estão matriculadas em turmas regulares da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos, visando o desenvolvimento do potencial, com atendimento adequado às necessidades apresentadas.

Considerando a relevância das adequações pedagógicas no contexto escolar pelo impacto positivo que estas proporcionam na trajetória educacional das crianças e estudantes que aprendem em tempos e modos diferenciados, é de suma importância que estejam contempladas no Projeto Político Pedagógico da unidade educacional, servindo como referência para a prática, e operacionalização do currículo.

Alguns elementos são fundamentais para que o trabalho com adequação pedagógica aconteça, sendo estes: 1) adequação de complexidade, que sugere um planejamento pautado no nível de compreensão da criança e estudante, 2) adequação de tempo, que, associado à 3) adequação de quantidade de atividades propostas, se revela em uma estratégia fundamental para a realização das atividades com protagonismo e de acordo com o potencial de execução das tarefas, 4) adequação de material e atividades, que prevê a utilização de tecnologias assistivas, de recursos estruturados, manipuláveis, diversos e diferenciados, propondo o despertar da autonomia, 5) adequação de espaço, imprescindível ao considerar o ambiente da sala de aula, ambientes externos da escola e a organização desses espaços, 6) adequação comportamental, pois atua na prevenção, inibindo comportamentos desafiadores, disruptivos e que possam interferir na aprendizagem e 7) adequação sensorial, pois muitas crianças e estudantes apresentam dificuldades em processar os estímulos do ambiente.

O processo avaliativo também deve considerar as adequações realizadas, para que possa instrumentalizar o planejamento do professor, então o Plano Educacional Individualizado - PEI, se revela em um grande aliado para o

acompanhamento da trajetória do desenvolvimento da aprendizagem das crianças e estudantes com deficiência, pois por meio dos dados apontados e registrados é possível elaborar diferentes estratégias e recursos, ofertando às crianças e estudantes uma proposta adequada às suas necessidades e potencialidades.

10.18.1 Atendimento Pedagógico Domiciliar (APD)

Programa criado para atendimento pedagógico às crianças (a partir de 4 anos) e estudantes, com deficiência ou não, matriculados nas unidades educacionais da RME de Curitiba, que por motivos de saúde encontram-se afastados (num período igual ou superior a 60 dias) das escolas e CMEIs e amparados por atestado médico. O programa oportuniza a continuidade dos estudos, o avanço no processo de ensino-aprendizagem e sua integração ou reintegração ao ambiente escolar. Os professores realizam o atendimento pedagógico uma vez por semana ou quatro horas semanais dependendo da demanda e condição de saúde do público atendido.

O APD é realizado em consonância com a prática efetivada nas unidades educacionais de origem, compreendendo que muitas crianças e estudantes atendidos, ao finalizarem o tratamento de saúde, irão retornar ao cotidiano escolar. As atividades pedagógicas dos estudantes são realizadas de acordo com os documentos norteadores da SME de Curitiba, considerando as normativas da BNCC, que promovam a construção do conhecimento de modo a ampliar seu repertório de experiências nos componentes curriculares.

10.18.2 Classe Especial (CE)

O trabalho na Classe Especial (CE) é realizado por professores com especialização em Educação Especial que desenvolvem um trabalho utilizando uma metodologia diferenciada com vistas a garantir o acesso aos componentes curriculares dispostos no Currículo do Ensino Fundamental: Diálogos com a BNCC (2020). A CE possui grupos reduzidos de estudantes que são atendidos em salas de aula nas escolas de ensino regular. Este programa tem caráter



transitório com duração máxima de dois anos. Após esse período, o estudante passa por um processo de classificação e posterior reingresso às classes comuns do ensino regular. Os objetivos centrais desse programa são a retomada das aprendizagens não consolidadas, sistematizando conteúdos e assegurando a igualdade de oportunidades, a garantia e a inserção gradativa dos estudantes nas turmas do ensino comum, a efetivação de uma educação de qualidade considerando os diferentes ritmos e especificidades de aprendizagem dos estudantes.

10.18.3 Sala de Recursos Multifuncionais

As Salas de Recursos Multifuncionais (SRMs) são espaços da escola onde se realiza o Atendimento Educacional Especializado (AEE) para crianças a partir de quatro anos e estudantes dos anos iniciais do Ensino Fundamental, com deficiência e Transtorno do Espectro Autista (TEA) por meio do desenvolvimento de estratégias de aprendizagem, centradas em um novo fazer pedagógico que favoreça a construção de conhecimentos, subsidiando-os para o desenvolvimento e a participação da vida escolar. Essas salas constituem-se em um espaço organizado com materiais didáticos, pedagógicos e equipamentos, bem como profissionais com formação específica para o atendimento às necessidades educacionais dos estudantes. No atendimento, torna-se fundamental que o professor considere os diferentes componentes curriculares, os aspectos relacionados ao estágio de desenvolvimento cognitivo das crianças e estudantes, o nível de escolarização, o comprometimento das funcionalidades, os recursos específicos para a aprendizagem e as atividades de complementação curricular. O AEE nas SRMs caracteriza-se por oferecer o suporte necessário às questões educacionais que favoreçam e possibilitem a autonomia na vida diária, a comunicação, a linguagem, a acessibilidade, a adequação postural, a necessidade de materiais adaptados ou de comunicação alternativa e no acesso ao conhecimento, dentro e fora do ambiente educacional.

10.18.4 Profissional de Apoio Escolar

O Programa Direito Inclusivo Assegurado, prevê a contratação de acadêmicos dos cursos de Pedagogia, preferencialmente os que estejam cursando a partir do 3.º período, de instituições de Ensino Superior para acompanhamento, como profissional de apoio à inclusão, de crianças e estudantes da RME em questões de higiene, alimentação, locomoção e algumas atividades escolares, sob a orientação do professor regente, conforme a legislação vigente – Lei n.º 13.146/2015, Lei n.º 12.764/2012, Resolução n.º 04/2009 CEB/CNE, entre outras.

O contrato é firmado entre o Instituto Municipal de Administração Pública (IMAP) e os acadêmicos, que recebem uma bolsa-auxílio fornecida pela SME, acrescida de 30% em seu valor convencional por sua especificidade.

Os profissionais de apoio são constantemente orientados e supervisionados por profissionais especializados, tanto dos NREs como do DIAEE, bem como por professores das SRMs e pela equipe diretiva da unidade onde atuam, além do professor regente da turma, na qual está matriculado o estudante por ele acompanhado.

10.18.5 Sala de Recursos de Aprendizagem

Programa oferecido pela SME de Curitiba desde 1990 aos estudantes dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Oferta AEE aos estudantes matriculados nas classes comuns do ensino regular das escolas da RME que apresentam Transtornos Funcionais Específicos e/ou dificuldades de aprendizagem, considerando a interação dos aspectos cognitivos, afetivos, sociais e culturais.

Diferente do reforço escolar, deve proporcionar condições de aprendizagem e desenvolvimento por meio de um conjunto rico e variado de interações, com atividades dinâmicas que promovam mudanças de atitude frente às diferentes formas de aprendizagens. O atendimento é efetivado por professor especializado, tendo em vista o trabalho pautado no desenvolvimento das habilidades cognitivas e na metodologia de Projeto de Trabalho.

10.18.6 Centros Municipais de Atendimento Educacional Especializado

Os CMAEEs, na perspectiva da Educação Inclusiva estão vinculados diretamente ao DIAEE. Devem, segundo o Ministério da Educação (MEC), por meio do decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, “[...] garantir os serviços de apoio especializado voltado a eliminar as barreiras que possam obstruir o processo de escolarização de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.”

Nessa perspectiva, os Atendimentos Educacionais Especializados e serviços ofertados pelos CMAEEs são: a Avaliação Psicopedagógica, AEE na Área da Pedagogia, na Área Visual, na Área Auditiva, na Área de Altas de Habilidades/Superdotação e na Área da Estimulação.

10.19 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA

Nas escolas da RME de Curitiba, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade da Educação Básica, pautada no direito à aprendizagem, comprometida com o acesso, a permanência e o sucesso escolar dos sujeitos que a frequentam.

Os estudantes devem ser reconhecidos como jovens e adultos em tempos e percursos de jovens e adultos. Devem ser identificados como sujeitos dos direitos humanos, por meio de suas trajetórias sociais onde se evidenciam os limites e possibilidades.

Nesse contexto, as propostas educativas devem responsabilizar-se pela equidade e a inclusão que são princípios a serem defendidos por todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem dos estudantes da EJA.

O currículo deve considerar as reais necessidades dos estudantes, sejam elas ocasionadas por fatores intergeracionais, étnico, de gênero, de crença, de orientação sexual, de preferência, enfim, de convivência com o outro. Espera-se que as aprendizagens realizadas venham a contribuir para o aumento da autoconfiança, empregabilidade, engajamento político e maior participação em questões sociais.



A escola deve ser delineada pelos princípios orientadores do sistema educativo da RME de Curitiba. De acordo com Da Silva (2021, p. 202) ela é “[...] entendida como instituição que abriga sujeitos, agrega instâncias, e conta com um espaço para construir sua identidade [...]”.

A RME de Curitiba atende o 1.º segmento da EJA que corresponde aos anos iniciais do Ensino Fundamental. A matrícula é assegurada em qualquer época do ano para os interessados com idade igual ou superior a 15 anos completos.

A modalidade também oportuniza o aproveitamento de estudos, com a participação nos processos de classificação e reclassificação.

A organização da modalidade ocorre em regime de 4 etapas semestrais, com total de 1200 horas na carga horária, conforme matriz curricular própria;

1.ª etapa, correspondente ao 1.º ano dos anos iniciais do Ensino Fundamental;

2.ª etapa, correspondente ao 2.º ano dos anos iniciais do Ensino Fundamental;

3.ª etapa, correspondente ao 3.º ano dos anos iniciais do Ensino Fundamental;

4.ª etapa, correspondente ao 4.º e 5.º ano dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Curitiba, como Cidade Educadora, reconhece que o jovem e o adulto que frequenta a EJA vêm de espaços formadores diversos, em que podem exercer seus direitos e protagonismo. Diante disso, compreende que ele é um sujeito com garantia à educação, respeitando tempos e direitos.

A escola não oferta esta modalidade de ensino.

10.20 PROCESSOS DE TRANSIÇÃO

Faz-se necessário ponderar sobre as diferentes transições que ocorrem na vida do estudante: pessoal e academicamente com diferentes transformações físicas e psicológicas.

A primeira transição é o ingresso na escola, que deve ser marcado por afeto e acolhimento, pois cada um é um ser único, com sua trajetória de vida, experiências e vivências.

Além disso, toda transição implica em aspectos significativos os quais podemos destacar: envolvimento das famílias, construção da cidadania e que a aprendizagem ocorre ao longo do tempo de vida de cada indivíduo.

A descrição dos processos em nossa unidade consta no item 9.15: OBJETIVOS DE CADA ETAPA/MODALIDADE OFERTADA E FORMA DE ORGANIZAÇÃO.

10.21 EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A Educação Ambiental na Rede Municipal de Ensino fundamenta-se nas leis vigentes e documentos orientadores, objetivando a sustentabilidade com suas dimensões: consumo responsável, destinação de resíduos, bem como a concepção crítica e transformadora para a realidade local, destacando a justiça social, a equidade.

A Educação Ambiental atende os seguintes princípios básicos de acordo com a legislação vigente e outros documentos norteadores: Lei 9.795 / 1999, sobre a Política Nacional de Educação Ambiental, Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948), Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental – Resolução n.º 02 (BRASIL, 2012), Parecer n.º 14/2012 (BRASIL, 2012), Política Estadual de Educação Ambiental do Paraná Lei n.º 17.505/2013 (PARANÁ, 2013), Plano Municipal da Educação Lei n.º 14.681/2015 (CURITIBA, 2015), Carta das Cidades Educadoras (BARCELONA/AICE, 2015), Agenda 2030/ODS (ONU, 2015) e as Diretrizes Curriculares Municipais de Educação Ambiental da SME (CURITIBA, 2020), sendo que todos os documentos podem ser acessados na página do Núcleo de Gestão da Educação Ambiental: <https://educacao.curitiba.pr.gov.br/conteudo/biblioteca/12182>

De acordo com os Princípios e Fundamentos do Currículo do Ensino Fundamental: Diálogos com a BNCC (2020), no contexto de Curitiba como Cidade Educadora, a RME:

Nesse sentido, a Educação Ambiental no Ensino Fundamental tem caráter integrador, constante e ininterrupto, contempla, enquanto dimensão da educação, uma complexidade de saberes, conhecimentos e fazeres inter-relacionados, que possibilitam o desenvolvimento do trabalho pedagógico na perspectiva interdisciplinar e transversal (CURITIBA, 2020, p. 50)



Assim, nossa escola, como uma instituição educativa, mantém atenção permanente à formação de valores, atitudes e habilidades que propiciem a atuação individual e coletiva voltada para a prevenção, a identificação e a solução de problemas ambientais, tais como: poluição sonora, visual, de resíduos sólidos, desperdício de alimentos, entre outros.

Enquanto tema integrador, promove ações para a construção de uma cidadania responsável a partir de reflexão sobre a realidade local, voltada para a sustentabilidade considerando os/as estudantes em suas relações e diversidades, valorizando conhecimentos, práticas e saberes sustentáveis, na busca de novas perspectivas para melhoria da qualidade de vida, num processo de planejamento coletivo e dialógico.

Assim sendo, a unidade escolar considera de suma importância a Educação Ambiental, tanto no caráter preservacionista e conservacionista, bem como sua concepção crítica e transformadora e ainda a aplicabilidade do conceito de resiliência ambiental que é 'a capacidade de um sistema de absorver distúrbios, choques e conseqüentemente manter suas funções e estruturas básicas.' (WALKER & SALT, 2006), ou seja, a capacidade de absorver ou resistir aos potenciais impactos gerados a partir da ocorrência de um evento natural (desastres e adversidades).

A escola participou de ações, campanhas e projetos relacionados ao meio ambiente em parceria com universidades, havendo a necessidade de reafirmação de parcerias com outras instâncias e instituições.

Assim, como aporte teórico, a formação da consciência ambiental em nossos estudantes é primordial para esta e as gerações futuras: com os conceitos de QUERER E PRECISAR, a redução de emissão de gases poluentes, a pesquisa dos hábitos das famílias com relação aos padrões de consumo, o projeto em parceria com a UFPR, envolvendo abelhas nativas.

Temos como práticas da unidade desde o cuidado com as sobras de lanche, separação dos resíduos, cuidados com o ambiente escolar e seu entorno, além de ações de reciclagem e consumo responsável, aproveitando materiais já existentes, são algumas ações desenvolvidas na unidade que levam ao pensar/agir sustentavelmente, considerando os elementos que compõe os



CURITIBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
ESCOLA MUNICIPAL BATEL - EIEF

diferentes espaços públicos e especialmente dos ODS, trabalhados em forma de atividades individuais e coletivas, com os estudantes e suas famílias.

Em 2021, com a pintura da fachada da escola, a artista Bruna Pereira fez sua intervenção com base na temática da ODS 1: “Erradicação da pobreza”, como ação coletiva, todos os professores e estudantes envolveram-se no impacto quanto ao cuidado do ambiente e cuidados com as pessoas. Deste modo os temas das ODS são levados à comunidade local de forma vibrante e com fácil entendimento.

Desenvolvemos ainda ações como espaços verdes: plantio de suculentas em xícaras e vasos (reaproveitamento de materiais), mini jardim na entrada da unidade, separação e destinação adequadas dos resíduos gerados, utilização de meios eletrônicos para comunicação, modos de economia de energia elétrica e água, redução ou eliminação do uso de descartáveis.

Para a gestão da Educação Ambiental na unidade educacional, em consonância com os documentos de referência nacionais, estaduais e municipais, torna-se relevante a promoção de reflexões sobre: os modos sustentáveis ou não de produção e consumo; geração de energia limpa; modos de enfrentamentos às mudanças climáticas – mitigação e adaptação; uso adequado, responsável e consciente dos bens naturais como água, terra e ar; ciclos da vida, cadeias alimentares, equilíbrio dinâmico e regeneração dos ecossistemas diante do uso abusivo dos bens naturais, agressões e eventos naturais; relações de interdependência seres humanos-Planeta na manutenção do equilíbrio ecológico; formação socioambiental cidadã e cidadania global; biofilia – tendência inata do ser humano de afiliação ao mundo natural; participação nas decisões e ações voltadas ao bem viver em comunidade (escola, família, grupos sociais, bairro, cidade).

11. REFERÊNCIAS

AICE. Associação Internacional das Cidades Educadoras. **Carta das Cidades Educadoras - 1990**. Disponível em: <https://cidadeseducadoras.org.br/wp-content/uploads/2016/06/carta-cidades-educadoras-barcelona.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2021.

AICE. Associação Internacional das Cidades Educadoras. **Carta das Cidades Educadoras - 2020**. Disponível em: <https://www.edcities.org/pt/carta-das-cidades-educadoras/>. Acesso em: 28 jun. 2021.

AIETA, V. S.; ZUIN, A. L. A. Princípios Norteadores da Cidade Educadora / Guiding Principles of Educating City. **Revista de Direito da Cidade**, [S.l.], v. 4, n. 2, p. 193-232, abr. 2012. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/9717>. Acesso em: 06 jun. 2021.

ALARCÃO, I. **Professores reflexivos em uma escola reflexiva**. São Paulo: Cortez, 2011.

ALVÃO M. C. CAVALCANTE L. I. C. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, 2015.

ARROYO, M. G. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis: Vozes, 2011.

ARROYO, M. G. **Imagens quebradas – trajetórias e tempos de alunos e mestres**. Petrópolis: Vozes, 2004.

ARROYO, M. G. **Indagações sobre o currículo: seus direitos e o currículo**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag2.pdf>. Acesso em: 14 set. 2021.

ARROYO, M. G. **Indagações sobre o Currículo: educandos e educadores: seus direitos e o currículo**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag2.pdf>. Acesso 27 ago. 2021.

ARROYO, M. G. **Vidas Ameaçadas: Exigências-respostas éticas da Educação e da Docência**. Editora Vozes: Petrópolis, 2019.

ARROYO, Miguel G. **Pedagogias em movimento: o que temos a aprender dos movimentos sociais? Currículo sem Fronteiras**, v. 3, p. 28-49, 2003.

BACILA, M. S. Educação disruptiva e a formação do formador na Rede Municipal de Ensino de Curitiba. **Revista Veredas**. v. 1, n. 1. Disponível em revistaveredas.curitiba.pr.gov.br/ Acesso em: 07 out. 2021.



BACILA, M. S.; OLIVEIRA, O. S. de. Gestão Educacional durante a pandemia em uma cidade educadora: uso de videoaulas e videopropostas. **Revista Curitiba em Destaque**, v. 4, p. 65-70, 2020.

Básica, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag3.pdf>. Acesso em 14 set. 2021.

BLAYA, Carolina. Processo de Avaliação, 2007.

BONAFÉ, J. M. A cidade como currículo: pesquisador espanhol desafia escola a olhar a rua. **Portal Aprendiz**, Entrevista concedida a Ana Luiza Basilio. 2014.

BONDÍA, J. L. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, n.19, jan./abr., 2002.

BRASIL. Assembleia Nacional. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa do Senado, 1988. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 14 set. 2021.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNC_C_20dez_site.pdf. Acesso em: 05 out. 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 5/2009. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil. Brasília, DF: **Diário Oficial da União**, 18 dez. 2009.

BRASIL. Lei Federal n.º 13.005 de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 25 jul. 2014.

BRASIL. Lei Federal n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF. 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei n.º 11.738/2008, 16 jul. 2008. Institui o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da Educação Básica.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB nº 20/2009**. Brasília: MEC/CNE/CEB, 2009.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 nov. 2011.



BRASIL. Presidência da República. Lei n.º 12.764 de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3.º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 dez. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional da Educação. Câmara Nacional de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica** / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 05 abr. 2013.

BRASIL. Presidência da República. Lei n.º 13.146 de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 07 jul. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CP Nº 1, de 27 de outubro de 2020. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 29 out. de 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução n. 01, de 25 de maio de 2021. Institui Diretrizes para a Educação de Jovens e Adultos. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 26 maio de 2021.

BRITO, G. da S.; COSTA, M. L. F. **Dossiê - Cultura Digital e Educação**. Apresentação - Cultura digital e educação: desafios e possibilidades. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/er/a/9mMf8kMd5kZntDYFV965v3n/?format=pdf&lang=en>
. Acesso 01 set. 2021.

BRONFENBRENNER, U. **A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

BRUNER, J. **Atos de Significação**. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1997.

CANAU, V. M. **Didática: tecendo/reinventando saberes e práticas**. Rio de Janeiro: Editora Sete Letras, 2018.

CARBONELL, J. **A aventura de inovar: a mudança na escola**. Tradução de Fátima Murad. Porto Alegre: Artmed, 2002. (Coleção Inovação Pedagógica).

CATARSI, E. As competências relacionais do professor na escola do acolhimento. In: STACCIOLI, G. **Diário do acolhimento na escola da infância**. Campinas: Autores Associados, 2013.



CONTRERAS, J. **Autonomia de Professores**. Tradutora: Sandra Trabucco Valenzuela. São Paulo: Cortez, 2002.

CORSARO, W. **The Sociology of Childhood**. California: Pine Forge Press, 1997.

CURITIBA. Estatuto da APPF da Escola Municipal Batel, 03/05/2019.

CURITIBA. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal da Educação. **Faróis do Saber e Inovação**. Curitiba: 2018.

CURITIBA. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal da Educação. **Currículo do Ensino Fundamental**: Diálogos com a BNCC - 2020. Princípios e fundamentos. v. 1. Curitiba, 2020.

CURITIBA. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal da Educação **Referencial para as Escolas em Tempo Ampliado de Curitiba**. Curitiba, 2019.

CURITIBA. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal da Educação. **Diretrizes Curriculares Municipais de Educação Ambiental da Secretaria Municipal da Educação**, Curitiba, 2020.

CURITIBA. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal da Educação. Instrução Normativa n.º 04 de 03 de maio de 2021. Normatiza os procedimentos para registros em documentos escolares classificação e reclassificação, nas escolas municipais que ofertam o ensino fundamental e suas modalidades. **Diário Oficial de Curitiba**, Curitiba, PR, 03 maio 2021.

CURITIBA. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Educação. **Programa Linhas do Conhecimento**. Disponível em: <https://educacao.curitiba.pr.gov.br/unidade/linhas-do-conhecimento/18443>. Acesso em: 28 jun. 2021.

CURITIBA, Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal da Educação, Caderno da Semana de Estudos Pedagógicos 2013, p.8, apud SEP, p.31, 2014.

CURITIBA, Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal da Educação, Caderno da Semana de Estudos Pedagógicos. p.11, 2014.

CURY, C. R. J. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. **Cadernos de Pesquisa**, n. 116, p. 245-262, julho/ 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/x6g8nsWJ4MSk6K58885J3jd/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 27 ago. 2021.

CURY, C. R. J. A Educação Básica como direito. **Cadernos de Pesquisa**, v. 38, n. 134, p. 293-303, maio/ago. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/QBBB9RrmKBx7MngxzBfWgcF/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 14 set. 2021.



CURY, C. R. J. A gestão democrática na escola e o direito à educação. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação – RBPAE**, Porto Alegre, RS, v.23, n.3, p. 483-495, set./dez. 2007.

DAY, C. **Desenvolvimento profissional de professores**: os desafios da aprendizagem permanente. Tradutora: Maria Assunção Flores. Portugal: Porto Editora, 2001.

DELGADO, A. C. C.; MUELLER, F. Sociologia da infância: pesquisas com crianças. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 26, n. 91, p. 351-360, Maio/Ago. 2005. Disponível em www.cedes.unicamp.br. Acesso em 02 set. 2021

DEWEY. J. **A escola e a sociedade**: a criança e o currículo. Lisboa: Relógio D'Água, 2002.

FERNANDES, C. de O; FREITAS, L. C. de. **Currículo e Avaliação**. Indagações sobre o Currículo. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008.

FERNANDES, Claudia. O, FREITAS, Luiz Carlos. Indagações sobre currículo: currículo e avaliação. Brasília: MEC/SEB, 2007.

FINCO, D. et al (Org.). **Campos de experiências na escola da infância**: contribuições italianas para inventar um currículo de educação infantil brasileiro. Campinas, SP: Edições Leitura Crítica, 2015.

FLORES, M. L. R.; ALBUQUERQUE, S. S. de. **Implementação do Proinfância no Rio Grande do Sul**: perspectivas pedagógicas. Porto Alegre: EDIPUC, 2015.

FOCHI, P. **Abordagem da documentação pedagógica na investigação praxiológica de contextos de educação infantil**. Relatório de Qualificação em nível de Doutorado em Educação, Universidade de São Paulo (USP), 2017.

FOCHI, P. Crianças, currículo e campos de experiência: notas reflexivas. **Conjectura: Filos. Educ.**, Caxias do Sul, RS, 52 - 72, v. 25, Dossiê, 2020.

FOCHI, P. **A documentação pedagógica como estratégia para a construção do conhecimento praxiológico**: o caso do observatório da cultura infantil. Tese de Doutorado. São Paulo, 2019.

FORMOSINHO, J.; MONGE, G.; OLIVEIRA-FORMOSINHO, J. **Transição entre ciclos educativos**: uma investigação praxeológica. Porto: Porto Editora, 2016.

FRASER, N. Escalas de justiça. Barcelona: Herder Editorial, S.L., 2008.

FREIRE, P. **Educação como prática de liberdade**. 23 ed. reimpr. São Paulo: Paz e Terra, 1967.



FREIRE, P. **Educação e atualidade brasileira**. São Paulo: Cortez, Instituto Paulo Freire, 2003.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. 40 ed. reimpr. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia** - saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 23 ed. reimpr. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

FREIRE, P. **Política e Educação**. São Paulo: Cortez, 1993.

FREIRE, P. **Política e Educação**. São Paulo: Villa das Letras, 2007.

FREIRE, P. **Política e Educação**. 3.^a ed. Rio de Janeiro / São Paulo: Paz e Terra, 2017.

FREIRE, P.; PAPERT, S. O futuro da escola. **Paulo Freire e Seymour Papert: a historical meeting in Brazil**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8WW1zHFeg4A>. São Paulo: TVPUC, Jornal da Tarde - PUC/SP. 1995. Acesso set. 2021.

FREIRE, P. **Pedagogia da Esperança**. 16.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

FUJIMOTO, A. de O. P.; MARTINS, R. A. Z. A lição de casa no processo ensino-aprendizagem: um estudo de caso em Itapevi/SP. E-FACEQ: Revista dos Discentes da Faculdade Eça de Queirós, Jandira, v. 2, n. 2, ago. 2013.

GESSER, V. O planejamento educacional: da gênese histórico-filosófica aos pressupostos da prática. Curitiba: CRV, 2011.

GIL, Antonio Carlos. DIDÁTICA DO ENSINO SUPERIOR. São Paulo: Atlas, 2006.

GILIOLI, C. O grupo de trabalho. In. MARTINI, D.; MUSSINI, I.; RUSTICHELLI, F. **Educar é a busca de sentido**. Aplicação de uma abordagem projetual na experiência educativa de 0-6 anos. São Paulo: Ateliê Carambola: 2020.

GUIMARÃES, D. O; ARENARI, R. Na creche, cuidados corporais, afetividade e dialogia. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 34, p. 01-18, 2018.



HADDAD, L. **Criança, infância e cidade**: perspectivas e estudos atuais. IX Encontro Alagoano de Pesquisa Educacional. Cenários e necessidades educativas dos profissionais da educação. De 27 a 29 de novembro de 2019.

HAGEMEYER, R. C. DE C; SÁ, R. A; GABARDO, C. V. Diálogos Epistemológicos e Culturais. 2ª ed. In: SÁ, R. A. **Escola, Cultura e Tecnologias Digitais na Escola**: apontamentos das pesquisas (2010-2015). Curitiba: W.A. Editores, 2019.

HOFFMANN, J. M. L. **O jogo do contrário em avaliação**. Porto Alegre: Mediação, 2018.

HOFFMANN, J. M. L. **Avaliação na Pré-Escola**. Porto Alegre: Mediação, 1996.

HOFFMANN, J. M. L. **Avaliação mediadora**: uma prática em construção da pré-escola à universidade. 18. ed. Porto Alegre: Mediação, 2000.

HOFFMANN, J. M. L. **Avaliação na pré-escola**: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança. 10. ed. Porto Alegre: Mediação, 2001.

HOYUELOS, **A estética no pensamento e na obra pedagógica de Loris Malaguzzi**. São Paulo: Phorte, 2020.

HOYUELOS, A. Os tempos da infância. FLORES, M. L. R.; ALBUQUERQUE, S. S. de (Org.). **Implementação do Proinfância no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.

IABELBERG, Carolina. Publicado em **GESTAO ESCOLAR**. Edição **016, OUTUBRO/NOVEMBRO 2011**. Título original: **Um espaço de reflexão**. Disponível em <<http://www.gestaoescolar.abril.com.br/aprendizagem/conselho-classe-espaco-reflexao-647283.shtml>> Acesso em 28/06/2015.

KENSKI, I. M. **Cultura Digital**. In: MILL, D. Dicionário crítico de educação e tecnologias e de educação a distância. Campinas, SP: Papirus, 2018.

KNOBLAUCH, A. **Ciclos de Aprendizagem e Avaliação**: o que a Prática Escolar Nos Revela. Araraquara: J. M Editora, 2004.

LARROSA, J. B. **Pedagogia profana** – danças, piruetas e mascaradas. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LIBÂNEO, J. C; OLIVEIRA, J. F. de; TOSCHI, M. S. **Educação Escolar**: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2003.

LIBÂNEO, J. C. **Adeus Professor, Adeus Professora?** novas exigências educacionais e profissão docente. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1998.

LIBÂNEO, J. C. Organização e gestão da escola: teoria e prática. 5. ed. revista e ampliada – Goiânia: Editora Alternativa, 2004.



LIBÂNEO, J. C. Reflexividade e formação de professores: outra oscilação do pensamento pedagógico brasileiro? In: PIMENTA, Selma G.; GHEDIN, Evandro (Orgs.). Professor reflexivo no Brasil – gênese e crítica de um conceito. São Paulo: Cortez, 2002.

LIMA, V. B.; ASSIS, L. F. Mapeando alguns roteiros de trabalho de campo em Sobral (CE): uma contribuição ao ensino de geografia. **Revista da Casa de Geografia de Sobral**, Sobral, v. 6/7, n. 1, p. 109-121, 2005. Disponível em: <http://www.uvanet.br/rcgs/index.php/RCGS/article/view/125>. Acesso em: 21 set. 2017.

LUCKESI, C. C. **Avaliação em Educação**: questões epistemológicas e práticas. 2018.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 6ª Edição, São Paulo, SP: Editora Cortez, 1997.

MAINARDES, J. **A escola em ciclos**: fundamentos e debates. São Paulo: Cortez, 2009.

MALAGUZZI, L. História, ideias e filosofias básicas. In: EDWARDS, C.; GANDINI, L.; FORMAN, G. **As Cem Linguagens da Criança**: a abordagem de Reggio Emilia na educação da primeira infância. Porto Alegre; Artmed, 1999.

MARIOTTI, A. T.; CANTELLI, R. P.; BORGES, R. R. **Do projetar o contexto investigativo ao maravilhar-se, quais caminhos seguir?** UNICAMP: Campinas, 2017.

MARQUES, Mário Osório. Escola, aprendizagem e docência: imaginário Social e Intencionalidade Política. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org). Projeto Político-Pedagógico da Escola: Uma Construção Possível. Campinas, SP: Papirus, 1995.

MARTINS FILHO, A. J. (Org). Criança pede respeito. **Temas em educação Infantil**. Porto Alegre: Mediação, 2005.

MEIRIEU, Philippe. Os Trabalhos de Casa. Lisboa: Presença, 1998.

MOLL, J (Org.). **Caminhos da Educação Integral no Brasil**: direitos a outros tempos e espaços. Porto Alegre: Penso, 2012.

MOLL, J (Org.). **Os tempos da vida nos tempos da escola**: Construindo possibilidades. Penso, 2013.

MOLL, J. Reflexões introdutórias ao monográfico “Cidade Educadora: olhares e práticas”. Pela utopia de cidades educadoras: por um mundo onde todos tenham lugar. **Kultur**, vol. 06. n.º 11, Porto Alegre, RS. 2019.



CURITIBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
ESCOLA MUNICIPAL BATEL - EIEF

MORAN, J. Educação híbrida: um conceito-chave para a educação, hoje. IN: BACICH, L.; TANZI NETO, A.; TREVISANI, F. de M. (Org.). **Ensino Híbrido: personalização e tecnologia na educação**. Porto Alegre: Penso, 2015.

MOREIRA, A. F. B; CANDAU, V. M. **Indagações sobre o currículo: currículo, conhecimento e cultura**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag3.pdf>. Acesso em 27 ago.2021.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MORIN, E. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2006.

MORO, C.; SOUZA, G. Produção acadêmica brasileira sobre avaliação em educação infantil: primeiras aproximações. **Revista Est. Aval. Educ.** São Paulo, v. 25, n. 58, mai./ago, 2014. p. 100-125.

MUELLER, F. **Culturas infantis na cidade: aproximações e desafios para a pesquisa**. Disponível em: <http://27reuniao.anped.org.br/gt07/p075.pdf>. Acesso em 02 set. 2021.

MUELLER, F. Infâncias nas vozes das crianças: culturas infantis, trabalho e resistência. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 27, p. 553-573, maio/ago. 2006.

MUELLER, F. **Retratos da infância na cidade de Porto Alegre**. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2007.

NOGUEIRA, Martha Guanaes. Tarefa de Casa. Uma violência Consentida? São Paulo: Loyola, 2002.

OLIVEIRA-FORMOSINHO, J. A perspectiva educativa da Associação Criança: A Pedagogia-em-Participação. In Oliveira-Formosinho (Org.). **Modelos Curriculares para a Educação de Infância**. Construindo uma práxis de participação. Porto: Porto Editora, 2013.

OLIVEIRA-FORMOSINHO, J. A formação em contexto: a mediação do desenvolvimento profissional praxeológico. In: CANCIAN, V. A.; GALLINA, S. F. da S.; WESCHENFELDER, N. (Org.). **Pedagogias das infâncias, crianças e docências na educação infantil**. Brasília, DF: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica, 2016. p. 87-111.

OLIVEIRA-FORMOSINHO, J. **Pedagogia-em-Participação: a perspectiva educativa da associação criança**. Porto: Porto Editora, 2013.

OLIVEIRA-FORMOSINHO, J.; KISHIMOTO, T. M. (Org.). **Formação em**



contexto: uma estratégia de integração. São Paulo: Thomson, 2002.

OLIVEIRA-FORMOSINHO, J.; KISHIMOTO, T. M.; PINAZZA, M. A. (Org.). **Pedagogias(s) da infância:** dialogando com o passado: construindo o futuro. Porto Alegre: Artmed, 2007.

OLIVEIRA, R. P. de. Da universalização do ensino fundamental ao desafio da qualidade: uma análise histórica. Revista Educação e Sociedade, Campinas, vol. 28, n. 100, Especial, p. 661-690, out. 2007.

ONU. **Transformando nosso mundo:** a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Organização das Nações Unidas. Traduzido pelo Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNIC Rio), 2015. Disponível em: <<https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>>. Acesso: 2 jul. 2021.

PARANÁ. Parecer CEE n.º 487/1999. **Projeto de implantação dos ciclos de aprendizagem (1.a a 8.a séries), na Rede Municipal de Ensino de Curitiba.** Curitiba: Conselho Estadual de Educação, 1999.

PARO, V. H. **Gestão democrática da Escola Pública.** São Paulo: Cortez, 2016.

PARO, V. H.; FERRETTI, C. J., VIANNA, C. P.; SOUZA, D. T. de. **Escola de tempo integral:** desafio para o ensino público. São Paulo: Autores associados, 1988.

PERRENOUD, P. **Avaliação:** da excelência à regulação das aprendizagens - entre duas lógicas. Porto Alegre. Artes Médicas., 2008.

PINAZZA, M.; FOCHI, P. Desenvolvimento de Profissionais da Educação Infantil: a perspectiva ecológica da formação em contexto. **Cadernos de Pesquisa em Educação - PPGE/UFES.** Vitória, ES, Ano 15, Vol. 20, N. 47, p. 68-69, jan./jul. 2018.

POMPERMAIER, F. Educação Integral na Educação Infantil e a Cidadania. **Perspectiva,** Erechim. v. 42, n.160, p. 53-62.

PRYJMA, M. F.; WINKELER, M. S. B. Da formação inicial ao desenvolvimento profissional docente: análises e reflexões sobre os processos formativos. **Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação Docente,** Belo Horizonte, v. 06, n. 11, p. 23-34, ago./dez. 2014.

REDIN, M. M.; REDIN, E. Porque é de infância [...] que o mundo tem precisão! **Ciência let.,** n. 43, p. 11-23, jan. jun. 2008. Disponível em www.fapa.com.br. Acesso em 01 set. 2021.

RESNICK, M. **Jardim de Infância Para a Vida Toda:** por uma aprendizagem criativa, mão na massa e relevante para todos. Porto Alegre: Penso, 2020.



CURITIBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
ESCOLA MUNICIPAL BATEL - EIEF

RINALDI, C. **Diálogos com Reggio Emilia**: escutar, investigar e aprender. São Paulo: Paz & Terra, 2012.

ROSAS, A. S. Paulo Freire na Trilha da Criatividade Libertadora. **Interritórios. Revista de Educação**. Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, Brasil, v.2, n.2. 2016.

SÁ, R. A. de; ENDLICH, E. **Tecnologias Digitais e formação continuada de professores**. Educação, Porto Alegre, v. 37, n. 1, p. 63-71, jan./abr. 2014.

SACRISTÁN, J. G. **O currículo**: uma reflexão sobre a prática. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SANTOS, P. O. S. dos; SILVA, A. L. da. A cidade dos adultos ocupada pelas crianças: a ressignificação infantil nos espaços urbanos a partir de Catingueira-Paraíba. **Revista de Ciências Sociais**, n. 43, jul./dez. 2015, p. 167-184.

SARMENTO, M. j.; CERISARA, A. B. **Crianças e miúdos**: perspectivas sociopedagógicas da infância e educação. Porto: Asa, 2004.

SARMENTO, M. J. A Sociologia da infância e a sociedade contemporânea: desafios conceituais e praxeológicos. In: ENS, Romilda Teodora Ens; GARRANHANI, Marynelma Camargo. **Sociologia da Infância e a formação de professores**. Curitiba: Champagnat, 2011. p. 13-46.

SAVIANI, D. Pedagogia: o espaço da educação na universidade. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 37, n. 130, p. 99-134, jan./abr. 2007.

SAVIANI, Dermeval. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. 8ª ed. Campinas, SP: Autores associados, 2003.

SILVA, A. F.; SILVA, E. de B. T. Cartas de Paulo Freire a uma criança e os princípios de uma pedagogia da infância. **Educação em Debate**, Fortaleza, Ano 40, n. 76, maio/ago. 2018.

SILVA, E. de B. T.; SILVA, A. F. da. As crianças, o quintal e o mundo: diálogos de Paulo Freire sobre a infância. **Revista Estudos Aplicados em Educação**. Disponível em https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_estudos_aplicados/article/view/7795 . Acesso em 15 set. 2021.

SOUZA, A.R. Perfil da Gestão Escolar no Brasil, p. 144, 2006.

STACCIOLI, G. **Diário do acolhimento na escola da infância**. Trad. Fernanda Ortale; Ilse Paschoal Moreira. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.



CURITIBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
ESCOLA MUNICIPAL BATEL - EIEF

STEFFEN, H. H.; SOUZA, K. S. G. Tecnologias educacionais e avaliação: tecendo concepções e ações. In: SANTOS, C. R. (Org.). *Avaliação educacional: um olhar reflexivo sobre a sua prática*. São Paulo: AVERCAMP, 2005. p. 63-71.

STENHOUSE, L. **An introduction to curriculum research and development**. Londres: Heinemann, 1975.

UNESCO. **Educação para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Paris, 2017.

VALVERDE, S. L.; MELLO, S. A. **Ritmos infantis: tecidos de uma paisagem interior**. São Carlos: Pedro e João, 2020.

VASCONCELLOS, C. dos S. **Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano de sala de aula**. São Paulo: Cortez, 2019.

VASCONCELLOS, C. dos S. **Planejamento: Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico**. São Paulo: Libertad, 2005.

VEIGA, I. P. A (Org.). **Projeto Político-Pedagógico da escola: Uma construção possível**. Campinas: Papirus, 2006.

VEIGA, I. P. A; RESENDE, L. M. G. de (Org.). **Escola: Espaço do Projeto Político Pedagógico**. Campinas, SP: Papirus, 1998.

VEIGA, I. P. A; RESENDE, L. M. G (Org.). **Escola: Espaço do Projeto Político-Pedagógico**. Campinas: Papirus, 2013.

VIANNA. H. M. *Avaliação educacional: teoria, planejamento, modelos*. São Paulo: IBRASA, p. 22, 2000.

VIVEIRO, A. A.; DINIZ, R. E. da S. Atividades de campo no ensino das ciências e na educação ambiental: refletindo sobre as potencialidades desta estratégia na prática escolar. **Ciência em Tela**. v. 2, n. 1, 2009.

WALKER, B. AND SALT, D. (2006). *Resilience Thinking: Sustaining Ecosystems and People in a Changing World*. Island Press, Washington, D.C.

WOJCIECHOWSKI, T. **Projetos de Educação Ambiental no primeiro e no segundo ciclo do ensino fundamental: problemas socioambientais no entorno de escolas municipais de Curitiba**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Paraná. Setor de Educação - Curitiba, 2006.



Prefeitura Municipal de Curitiba
Secretaria Municipal da Educação
Coordenadoria de Regularização e
Funcionamento das Instituições
Educativas
Av. João Gualberto, 623
3º Andar, Torre B
Alto da Glória
80030-000 Curitiba/ PR
Tel. 41 3350 8773

Interessado: Escola Municipal Batel-EIEF

Assunto: Aprovação do Projeto Político-Pedagógico

Parecer nº: 657-CRFE/SME

Ementa: Aprovação do Projeto Político-Pedagógico.

A Coordenadoria de Regularização e Funcionamento das Instituições Educacionais (CRFE) e o Departamento de Ensino Fundamental (DEF), no uso de suas atribuições, atendendo ao disposto nas Leis Municipais nº 12.081/2006 e nº 12.090/2006, e Deliberações nº 01/2019 e nº 03/2012, do Conselho Municipal de Educação de Curitiba, emitem o presente **Parecer**:

O Projeto Político-Pedagógico da **Escola Municipal Batel-EIEF** atende a legislação e normas educacionais vigentes, e em especial o contido na Lei Federal nº 9.394/1996 (Diretrizes e Bases da Educação Nacional), Resolução CNE/CEB nº 05/2009, Resolução CNE/CEB nº 04/2010, Resolução CNE/CEB nº 07/2010, Resolução CNE/CP nº 02/2017, do Conselho Nacional de Educação, Deliberação CME nº 01/2019, Deliberação CME nº 03/2012, Deliberação CME nº 02/2021, Deliberação CME nº 02/2022, Indicação CME nº 01/2012, do Conselho Municipal de Educação de Curitiba, sendo assim, recebe **Parecer Favorável**.

É o Parecer.

Curitiba, 12 de dezembro de 2023.

Eliana Cristina Mansano
Coordenadora Técnica
Coordenadoria de Regularização e
Funcionamento das Instituições Educacionais

Simone Zampier da Silva
Diretora
Departamento de Ensino Fundamental